



Resolução nº 493/CONSEA, de 01 de setembro de 2017.

Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa – Campus de Guajará-Mirim

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Processo 23118.002717/2016-40 – volumes 1 a 2;
- Parecer 2184/CGR, do relator conselheiro Conselheiro Alisson Diôni Gomes;
- Deliberação na 160ª sessão da Câmara de Graduação, em 15.08.2017;
- Deliberação na 92ª sessão Plenária, em 29.08.2017;

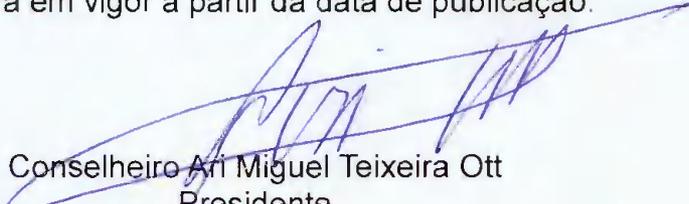
RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a reformulação **Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Língua Portuguesa (Licenciatura)**, vinculado ao **Campus de Guajará-Mirim**, constante do referido processo às folhas 238 a 313 (volume II) e anexo a esta resolução, nos seguintes termos:

1. **Denominação do curso:** Letras-Língua Portuguesa (Licenciatura);
2. **Grau acadêmico conferido:** Licenciado(a) em Letras – Língua Portuguesa/Literatura;
3. **Modalidade de ensino:** Presencial;
4. **Regime de matrícula:** Semestral;
5. **Duração:** mínima de 8 semestres e máxima de 12 semestres;
6. **Carga horária para integralização do curso:** 3.240 horas;
7. **Número de vagas:** 50;
8. **Turno de Funcionamento:** Regular no período vespertino;
9. **Endereço:** Campus da Universidade Federal de Rondônia em Guajará-Mirim, sito à BR-425, km 2,5, S/N, Jardim das Esmeraldas, Guajará-Mirim/RO.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução 270/CONSEA.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de publicação.


Conselheiro Ari Miguel Teixeira Ott
Presidente

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR
CAMPUS DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM-DACL

REFORMULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA (LICENCIATURA)
OFERTADO NO *CAMPUS* DA UNIR EM GUAJARÁ-MIRIM

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR
CAMPUS DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM-DACL

REFORMULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA (LICENCIATURA)
OFERTADO NO *CAMPUS* DA UNIR EM GUAJARÁ-MIRIM

Proposta de Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)** elaborada pelo NDE em parceria com o Conselho do Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem-DACL apresentada ao Conselho de *Campus* e posteriormente a SECONS para as demais providências, a fim de garantir sua atualização em aspectos pedagógicos e legais.

Identificação

- **Instituição:** Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR
- **Unidade:** *Campus* de Guajará-Mirim
- **Departamento:** Acadêmico de Ciências da Linguagem-DACL
- **E-mail:** daclguajara@unir.br
- **Endereço:** BR-425, Km 2,5, Bairro: Jardim das Esmeraldas, Guajará-Mirim-RO, CEP. 76850-000

Projeto: Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)**

Equipe de Trabalho – Conselho de Departamento

- Profa. Dra. Auxiliadora dos Santos Pinto
- Profa. Ma. Avany Aparecida Garcia (Vice-Chefe/Subcoordenadora)
- Profa. Ma. Beatriz Mercado Bazan
- Prof. Dr. Edinaldo Flauzino de Matos (Chefe/Coordenador)
- Profa. Ma. Gleidenira Soares Lima
- Profa. Dra. Geralda de Lima Vitor Angenot
- Profa. Ma. Janine Félix da Silva
- Profa. Ma. Márcia Dias dos Santos
- Profa. Ma. Michela Araújo Ribeiro
- Prof. Me. Oziel da Silva Marques
- Profa. Ma. Rosa Maria de Lima Ribeiro
- Auxiliar em Administração: Celielson de Aguiar Brito
- Técnico em Assuntos Educacionais: Prof. Esp. Carlos Barroso de Oliveira Júnior
- Representante discente: Ane Caroline Rodrigues dos S. Fonseca (2017- Atual).
- Secretária Executiva: Sônia dos Santos (Técnica Colaboradora 2014-2016)
- Discente: Thiago da Silva Peredo (Colaborador 2014)
- Discente: Jorge Cleibson França da Silva (Colaborador 2015-2016)

Núcleo Docente Estruturante-NDE

- Profa. Dra. Auxiliadora dos Santos Pinto (Membro)
- Profa. Ma. Avany Aparecida Garcia (Membro)
- Prof. Dr. Edinaldo Flauzino de Matos (Membro)
- Prof. Me. Oziel Marques da Silva (Membro)
- Profa. Ma. Márcia Dias dos Santos (Presidente)

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	07
1	CONTEXTUALIZAÇÃO	09
1.1	Contextualização da Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR	09
1.1.1	A ocupação de Rondônia.....	14
1.1.2	Histórico de desenvolvimento da UNIR	15
1.1.3	Inserção regional.....	16
1.1.4	Organização didática e pedagógica da UNIR.....	17
1.1.5	Princípios norteadores das práticas acadêmicas da UNIR.....	19
1.2	Contextualização da realidade socioeconômica da região de abrangência do Campus de Guajará-Mirim	20
1.2.1	História de Guajará-Mirim.....	21
1.2.2	Demografia.....	23
1.2.3	Economia.....	24
2	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	24
2.1	Objetivos do curso	24
2.1.1	Objetivo Geral	24
2.1.2	Objetivos Específicos	25
2.2	Concepção do curso	25
2.3	Justificativas	26
2.3.1	Concepção: justificativa da oferta.....	26
2.3.2	Justificativa para o curso de Letras.....	27
2.3.3	Justificativa para a habilitação em Letras-Língua Portuguesa (Licenciatura).....	27
2.4	Fundamentos legais	29
2.5	Perfil do egresso	35
2.6	Áreas de atuação	35
2.7	Perfil do Curso	36
3	ESTRUTURA CURRICULAR	37
3.1	O processo de construção da reformulação da proposta curricular	38
3.1.1	Justificativa para a alteração da proposta.....	38
3.1.2	Descrição da avaliação do curso pelo ENADE.....	38

3.2	Princípios norteadores para a reformulação da proposta curricular.....	40
3.3	Princípios norteadores do ementário e da ministração.....	41
3.4	Integração ensino, pesquisa e extensão.....	43
3.5	Multi e transdisciplinaridade.....	43
3.6	Calendário acadêmico.....	44
3.7	Convênios.....	45
3.8	Representação gráfica do perfil de formação do Curso de Letras – Língua Portuguesa (Licenciatura).....	47
3.9	Avaliação e metodologias de ensino.....	48
3.9.1	Avaliação institucional.....	48
3.9.2	Avaliação interna do PPC.....	48
3.9.3	Avaliação do processo de ensino aprendizagem.....	49
3.9.4	Metodologias de ensino.....	49
3.10	A proposta curricular.....	50
3.10.1	Descrição dos requisitos para integralização de currículo.....	50
3.10.2	Proposta da Matriz Curricular por períodos.....	50
3.10.3	Disciplinas divididas por eixo temático de formação.....	53
3.10.4	Totais do Curso em carga horária e créditos.....	56
3.10.5	Atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes.....	56
3.10.6	Tabela de equivalências entre as Matrizes: Antiga versus Nova.....	59
3.11	Trabalho de Conclusão de Curso.....	61
3.12	Ementário	62
3.12.1	Carga horária prática das disciplinas.....	63
3.12.2	Temas afro-brasileiros, africanos, indígenas e inclusão social.....	63
3.12.3	Disciplinas opcionais.....	64
3.12.4	Ementas por períodos.....	64
4	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO.....	107
4.1	Coordenação do Curso.....	107
4.2	Composição do Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	109
4.3	Demais docentes do Curso.....	113
4.4	Técnicos.....	122

5	INFRAESTRUTURA	123
5.1	Descrição da estrutura do CONDEP.....	124
5.2	Descrição do suporte Administrativo do <i>Campus</i>.....	125
5.3	Programas de Extensão Universitária, Monitoria Acadêmica e Auxílios.....	125
6	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	126
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127
9	APÊNDICES.....	130
	Regulamento do estágio supervisionado.....	130
	Regulamento Específico de Trabalho de Conclusão do Curso - TCC.....	137
	Anexos:	
	Legislação	

APRESENTAÇÃO

O Curso de Licenciatura Plena em **Língua Portuguesa e respectivas Literaturas**, mantido no *campus* de Guajará-Mirim, foi implantado no ano de 1989, com base na Portaria de autorização nº 16/1989/CFE e seu reconhecimento para funcionamento regular e permanente se deu por meio da Portaria nº 1.784/MEC, de 14/12/1993, publicada no D.O.U. aos 15/12/1993, com base nos Pareceres nº 663/1993/CFE e nº 660/1993/CFE. O referido curso passou por reformulações, sendo a mais significativa feita em 2013, todavia não foi implantada, de fato, por motivos administrativos. É inegável, portanto, a urgente necessidade de atualização da matriz atual deste curso, considerando a demanda das exigências do PDI para o período de 2014 a 2018 e, sobretudo, no sentido de atender as mudanças legais e sociais ocorridas nos últimos anos.

Dessa forma, o Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem (DACL), inicialmente, instituiu o Núcleo Docente Estruturante para a elaboração do novo projeto por meio da Portaria nº 12/DCGM/2013, de 21/08/2012, para, sob a presidência do Prof. Me. Oziel Marques da Silva, promover os estudos necessários e a reformulação da proposta curricular do Curso de Licenciatura em **Letras - Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas**. Posteriormente, o NDE foi reestruturado, conforme Portaria nº 007/DCGM/2015, de 01/09/2015, sob a Presidência da Profa. Ma. Márcia Dias dos Santos. Após estudos, propostas, discussões e encontros, o NDE apresentou uma nova Matriz Curricular, aprovada e registrada em ata da 1ª reunião ordinária do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e em ata da 1ª reunião ordinária do Conselho de Departamento (CONDEP/DACL), ambas ocorridas no dia 19 de fevereiro de 2016, encaminhada ao Conselho de *Campus* (CONSEC) posteriormente.

É importante ressaltar que o NDE fez as devidas adequações para atender à legislação vigente, especificamente no que diz respeito à Lei nº 10.634, de 09/01/2003, modificada pela Lei nº 11.645, de 10/03/2008, a qual “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo [...] a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-brasileira e Indígena*”, e a Lei nº 10.436, de 24/04/2002, a qual trata da inclusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como componente curricular. Assim, as devidas alterações estão concentradas de modo mais recorrente na grade curricular e, conseqüentemente, nas ementas das disciplinas ministradas.

O Núcleo Docente Estruturante iniciou seus trabalhos com estudo da legislação pertinente citada na proposta da Matriz Curricular e optou por uma forma democrática de reformulação dessa proposta. Assim, foram realizadas reuniões de trabalho do NDE e de seus colaboradores e estudos de demanda profissional na região. As discussões/estudos aferidos foram de extrema importância para a efetivação da proposta a ser apresentada. Além da reformulação da Matriz Curricular, também está sendo reformulada a nomenclatura do curso de “Letras” para **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)**, para se adequar à convergência de denominação (de → para) proposta pela Secretaria da Educação Superior.

Desse modo, o curso proposto será constituído da seguinte forma:

Área do Conhecimento: 80000002-Letras, Linguística e Artes

Subárea: 80100007-Linguística, 80200001-Letras

Ano de Implantação: 2017

Duração: 4 anos

Prazo Mínimo de Integralização: 4 anos, ou seja, 8 semestres

Prazo Máximo de Integralização: 6 anos, ou seja, 12 semestres

Título conferido: Licenciado(a) em **Letras - Língua Portuguesa/Literaturas**

Curso: Letras-Língua Portuguesa (Licenciatura)

Nível: Graduação

Modalidade: Presencial

Funcionamento: Regular no período vespertino

Número de vagas: 50

Conceito Preliminar de Curso (CPC): 03.

Ano de referência 2014

Nota do Enade: 01.

Carga horária total: 3.240 horas

Créditos: 162

Regime de matrícula: Semestral

Unidade Responsável: Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem - DACL

Tipo de ingresso: ENEM e Vestibulinho (processo seletivo para o preenchimento de vagas remanescentes), previstas no Regimento Geral da UNIR e outras, adotadas pela instituição, tais como: transferência *ex-officio*, portador de diploma, Mobilidade Acadêmica etc.

Legislação¹:

- ✓ Parecer CNES/CES 492/2000;
- ✓ Parecer CNE/CES 583/2001;
- ✓ Resolução CNE/CP 1, de 30 de maio de 2012;
- ✓ Resolução nº 278/CONSEA, de 04 de junho de 2012;
- ✓ Resolução CNE/CP 2, de 1º de julho de 2015;
- ✓ Resolução nº 05, de 26 de novembro de 1987;
- ✓ Resolução nº02, de 15 de junho e 2012.
- ✓ Lei das Diretrizes de Base da Educação Lei 9394/96,
- ✓ Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003;
- ✓ Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008;
- ✓ Lei 10.436, de 24 de abril de 2002.
- ✓ Lei 13.146, de 06 de julho de 2015.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Contextualização da Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR²

Dados institucionais

Dados da Mantenedora - Sede Administrativa Código da Mantenedora: 15587

CNPJ: 04.418.943/0001-90

Razão Social: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Base Legal da IES (Ato de Criação) Lei nº 7011, de 08/07/82

Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Público Federal

Endereço: Avenida Presidente Dutra, nº 2965, Centro. CEP: 76801-974 Município: Porto

Velho UF: RO Telefone: 69 2182-2020

E-mail: reitoria@unir.br

Dados da Mantida Código da Mantida: 699

Nome da Mantida: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Sigla: UNIR

Disponibilidade do Imóvel: Próprio

¹ Toda a legislação citada encontra-se anexada ao final do PPC

² Parte do Capítulo I está de acordo com o PDI da Instituição 2014 – 2018.

CEP: 76.808-695 UF: RO Município: Porto Velho Rodovia BR 364 km 9,5 - sentido Rio Branco-AC - Telefone(s): (69) 2182 2019/(69) 2182 2018 Fax:(69) 2182 2019

Site: www.unir.br

E-mail: reitoria@unir.br

Organização Acadêmica: Universidade / Categoria Administrativa: Pública Federal

Representante Legal CPF: ***.306.235-**

Nome: Ari Miguel Teixeira Ott

Sexo: Masculino

RG: 260.141- Órgão Expedidor: SSP/BA

Telefone(s): (69) 2182-2020 - Fax: e-mail: ariott@unir.br

Procuradora Institucional

CPF: 012.***.257-60

Nome: Verônica Ribeiro da Silva Cordovil

Sexo: Feminino

RG: 967754 - Órgão Expedidor: SSP/RO

Telefone(s): 69-8434-4772 - e-mail: veronicacordovil@unir.br

Pesquisador Institucional CPF: ***.768. 332-**

Nome: Lucas Rommel de Souza Neves

Sexo: Masculino

RG: 774662 SSP/RO

Telefone(s): (69) 9216-0256 - e-mail: lucas.rommel@unir.br

Coordenadora da Avaliação Institucional Interna

CPF: 161***892-15

Nome: Walterlina Barboza Brasil

Sexo: Feminino

RG: 233718 - Órgão Expedidor: SSP/RO

Telefone: (69) 2182-2142 e-mail: wal@unir.br

Campi

✓ *Campus* Porto Velho: Unidade Sede. Rodovia BR 364 Km 9,5 - Bairro Isolado – Porto Velho/RO.

- ✓ *Campus* Ariquemes: Avenida Tancredo Neves, 3450, b. Setor Institucional, Ariquemes/RO. Criado na 31ª Reunião do CONSUN, de 15 de maio de 2007. Diretor: Prof. Dr. Gerson Flores Nascimento.
- ✓ *Campus* Ji-Paraná: Rua Rio Amazonas, 351, Jardim dos Migrantes, Ji-Paraná/RO. Criado em 1982, através do Estatuto e Regimento UNIR. Diretor: Prof. Dr. Arivelton Cosme da Silva.
- ✓ *Campus* Cacoal: Rua da Universidade, 920, BRIZON, CEP 76962-384. Cacoal/RO. Criado em 1982, através do Estatuto e Regimento UNIR. Diretora: Profa. Dra. Eleonice de Fátima Dal Magro.
- ✓ *Campus* Guajará-Mirim: BR- 425, Km 2,5, S/N, Jardim das Esmeraldas, Guajará-Mirim/RO. Criado em 1982, através do Estatuto e Regimento UNIR. Diretor: Prof. Dr. George Queiroga Estrela.
- ✓ *Campus* Rolim de Moura: Av. Norte Sul, 7300, Nova Morada, Rolim de Moura/RO. Criado em 1982, através do Estatuto e Regimento UNIR. Diretora: Profa. Dra. Dalza Gomes da Silva.
- ✓ *Campus* Vilhena: Av. Dois (Rotary Club), 14.551, Setor 10, Bairro Jardim Social Quadra 1, Lote único - Vilhena/RO. Criado em 1982, através do Estatuto e Regimento UNIR. Diretor: Prof. Dr. Jorge Arturo Villena Medrano.
- ✓ *Campus* Presidente Médici: Rua da Paz, 4376, B. Lino Alvez Teixeira, Presidente Médici/RO. Criado através da Resolução 09/CONSUN, Plano REUNI – CONSUN e Res.014/2013 – CONSUN - Diretor: Prof. Dr. Marlos Oliveira Porto.

Núcleos

- ✓ Núcleo de Ciências Exatas e da Terra:

Diretor: Prof. Dra. Luciene Batista Silveira

- ✓ Núcleo de Ciência Humanas:

Diretor: Prof. Dr. Júlio César Barreto Rocha

- ✓ Núcleo de Ciências Sociais:

Diretora: Profa. Dra. Gleimíria Batista da Costa

- ✓ Núcleo de Saúde:

Diretor: Prof. Dr. José Juliano Cedaro

- ✓ Núcleo de Tecnologia:

Diretor: Prof. Dr. Carlos Alberto Tenório de Carvalho Júnior

Sede dos Núcleos: Rodovia BR 364 Km 9,5 - Bairro Isolado -Porto Velho/RO.

Diretoria de Educação a Distância

Sede: Rodovia BR 364 Km 9,5 - Bairro Isolado - Porto Velho/RO.

Diretor: Prof. Me. Vasco Pinto da Silva

Polos de Apoio Presencial à Educação a Distância no âmbito da Universidade Aberta Do Brasil-UAB

- ✓ Polo UAB/UNIR de Ariquemes: *Campus* Unir em Ariquemes. Av.: Tancredo Neves, 3450, Bairro: Setor Institucional CEP: 76.872-848
- ✓ Polo UAB/UNIR Chupinguaia: Avenida Silvana Gonçalves, nº 1492, Bairro: Centro CEP: 76990-000
- ✓ Polo UAB/UNIR Ji-Paraná: *Campus* Unir Ji-Paraná. Rua Rio Amazonas, 351, Bairro: Jardim dos Migrantes CEP: 76.900-726
- ✓ Polo UAB/UNIR Rolim De Moura: Universidade Tecnológica a Distância Ancila Ana Tonatto
Av. Cecília Meireles esquina c/ rua “L”, nº 5656, Bairro: Cidade Alta CEP:76940-000
- ✓ Polo UAB/UNIR Porto Velho: Centro de Formação dos Profissionais da Educação (Teatro Banzeiros) Rua: José do Patrocínio. Nº: 512, Complemento: entre ruas Rogério Weber com Euclides da Cunha, Bairro: Centro, CEP: 76801-050
- ✓ Polo UAB/UNIR Burity: Centro Tecnológico de Formação Inicial e Continuada do Magistério Público. Av.: Airton Sena, 971, Bairro: Setor 2, CEP: 76880-000
- ✓ Polo UAB/UNIR Nova Mamoré: Centro Tecnológico de Formação Inicial e Continuada do Magistério Público. Av.: Raimundo Fernandes, 2288, Bairro: Cidade Nova, CEP.: 76857-000

De acordo com o PDI, o quadro de docentes da UNIR é composto por servidores de carreira do Magistério do Ensino Superior Federal e também por docentes de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Quanto ao Plano de carreira, o mesmo é estabelecido em Lei e segue a mesma base estipulada para todas as Universidades Federais brasileiras.

Com base nos dados do PDI do ano de 2014, a UNIR dispõe em seu quadro abaixo:

Quadro15 - Demonstrativo de Docentes em 2014:

Titulação	2014
Graduação	07
Especialização	68
Mestrado	329
Doutorado	277
Total	681

Fonte: DW SIAPE

Fonte: quadro 15 extraído do PDI – UNIR 2014 –2018, p.121.

Os servidores públicos federais do quadro técnico-administrativo em educação, com ingresso através de concurso público, desempenham funções administrativas de apoio ao ensino superior, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 16 - Quantitativos de técnico-administrativos por classes:

Classe	Número de servidores
A	15
B	08
C	73
D	153
E	107
Total	356

Fonte: DW SIAPE

Fonte: Quadro 16, extraído do PDI da UNIR 2014 – 2018, p.122.

Considerando a educação superior de qualidade, como foco de atuação da Universidade Federal de Rondônia, as Políticas Acadêmicas da Instituição devem ser norteadas por diretrizes que tenham como meta a aprendizagem, focada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, advinda de um corpo docente e técnico altamente capacitado e qualificado. Essas Políticas devem estar integradas, de modo a contribuir para que a UNIR seja referência em educação superior, ciência, tecnologia e inovação na Amazônia, até 2018, conforme estabelecido na Visão da Instituição, conforme o PDI (2014-2018), a qual objetiva cumprir sua Missão de produzir e difundir conhecimento, considerando as peculiaridades amazônicas e as dialéticas transformações que incidem no desenvolvimento da sociedade.

Assim, as Políticas Acadêmicas devem garantir a consolidação e a expansão que se pretende para a Universidade, no objetivo de alcançar excelência nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, devem ser consideradas as demandas de estruturação acadêmica, administrativa e física, assim como a contratação de pessoal para atender, de forma qualificada, ao que é proposto, tendo como desafio estratégico: estabelecer e consolidar Políticas Acadêmicas e Projeto Pedagógico Institucional, alinhados à missão e visão institucional e voltados para seu foco de atuação.

Em sua estrutura, a UNIR oferta 68 cursos de graduação, sendo 64 na modalidade presencial e 04 à distância. No que diz respeito aos novos cursos de graduação, consultadas as Unidades Acadêmicas, deve-se prever a criação de cursos que, ouvidas as demandas da sociedade, contribuam para o crescimento qualificado da Instituição e para uma maior

articulação da Universidade com a sociedade, ampliando, desta forma, a área de atuação da Instituição na Região.

1.1.1 A ocupação de Rondônia

Rondônia, Unidade da Federação, que até 1980 era Território Federal, está localizado na Amazônia Ocidental. Possui uma área geográfica de 237.576,17 km² e tem baixa densidade demográfica 6,58 hab/km² (IBGE, 2010), característica dessa Região. Limita-se ao Norte pelo Estado do Amazonas, ao Leste e Sudeste pelo Estado de Mato Grosso, a Sudeste pelo Estado de Mato Grosso e a República da Bolívia, a Oeste pela República da Bolívia e a Noroeste pelos Estados do Amazonas e Acre. Os 157 Km de fronteira internacional compostos por rios se configuram como uma dificuldade peculiar do Estado em relação à segurança, à assistência de saúde, ao desenvolvimento econômico e social e, principalmente, à educação, em geral, e à educação superior, em particular.

Rondônia teve sua ocupação marcada por ciclos econômicos, tais como:

1. A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, inaugurada em 1912, que proporcionou a vinda de grande quantidade de imigrantes de vários países e migrantes de várias regiões do Brasil.
2. O ciclo da borracha, na década de 1940, que foi o modelo extrativista caracterizado por forte migração nordestina.
3. O ciclo da cassiterita e do ouro, na década de 1970. Por conseguinte, a extração do minério de cassiterita deu a Rondônia o título de maior produtor nacional desse minério. E, assim, persiste o modelo extrativista de exploração de recursos naturais.
4. O novo ciclo migratório do final da década de 1970. O qual foi resultante da política de ocupação da Amazônia, incentivada pelo Governo Federal. Nesta conjuntura, Rondônia surge como nova fronteira agrícola ao receber trabalhadores “sem-terra” de todos os estados do País. Esse ciclo foi seguido da extração madeireira, e chegou a representar 90% da pauta de exportação. Dessa perspectiva, ocorreu, naquela década, o ciclo da exploração agrícola.
5. E, por fim, o ciclo da migração surgido no final de 2008, em virtude da construção de duas hidrelétricas no rio Madeira: Hidrelétrica de Santo Antônio e Hidrelétrica de Jirau que, por conseguinte, tornou-se fator de crescimento populacional da ordem de 1,27% ao ano.

O Estado de Rondônia encontra-se localizado em área estratégica, na América do Sul. Sendo a principal bacia hidrográfica do rio Madeira, pois recebe águas do Norte do Mato

Grosso, dos rios Grande, Guaporé e Mamoré, da parte oriental da Bolívia, bem como dos rios Madre de *Dios* e *Beni* do Nordeste boliviano e do oriente peruano. Além disso, a bacia do Madeira integra-se às demais hidrovias da Região Amazônica, interligando centros urbanos regionais, franqueando o acesso dos produtos da Amazônia aos mercados mundiais.

Por ser um Estado ainda novo, em desenvolvimento, e um tanto quanto distante dos centros desenvolvidos do País, conseqüentemente, incide no aumento sobremaneira da demanda por educação, em geral, e especificamente, a superior. Apesar de ser um Estado recém-incorporado à economia globalizada, seu crescimento, na última década, foi superior à média brasileira, configurando-se num dos principais fatores que impulsionam por mais educação superior, mais pesquisas nos setores produtivos e extensão à sociedade rondoniense como um todo.

1.1.2 Histórico de desenvolvimento da Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR

A Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR foi criada por meio da Lei 7.011, de 08 de julho de 1982. No mesmo ano iniciou suas atividades acadêmicas com três cursos de Bacharelado: em Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Em contiguidade a esses cursos, somou-se a estrutura herdada da Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia-FUNDACENTRO, vinculada à Prefeitura Municipal de Porto Velho. Em ato contínuo, passou a ofertar os cursos de Licenciaturas em Pedagogia, História, Letras, Educação Física e Geografia, quando da sua integração ao Sistema Federal de Ensino, estabelecendo sua sede administrativa na cidade de Porto Velho com atuação em todo o Estado de Rondônia.

A UNIR surgiu como uma Instituição de Ensino Superior de perfil funcional para atender à demanda por profissionais qualificados em virtude da criação da nova unidade da Federação. Assim, foi instituída com o intuito de formar professores para atuar na rede de ensino recém-criada e fornecer quadros técnicos de administradores, contadores e economistas para gerenciar o novo Estado.

Em 1996, foram criados os primeiros cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, no *Campus* de Guajará-Mirim, sendo eles os cursos de Mestrado e Doutorado institucionais em Línguas Indígenas³. Entretanto, nos outros *campi*, somente depois de 2001 os Programas de Pós-Graduação ganharam nova ênfase com o Mestrado em Biologia Experimental e, a partir

³O curso de Doutorado do *Campus* de Guajará-Mirim não foi reconhecido pela Capes. O curso de Mestrado em Ciências da Linguagem foi credenciado em 2002 e descredenciado pela Capes no ano de 2014.

deste, foram sendo criados novos programas. Ao longo de treze anos, a oferta de cursos foi se expandindo e, atualmente, a UNIR possui treze programas institucionais com 15 (quinze) cursos e 04 (quatro) programas em rede.

A princípio, o desenvolvimento institucional pode ser evidenciado em quatro aspectos: a expansão acadêmica, com a criação de cursos e contratação de recursos humanos; a organização interna, com o marco dos planejamentos e avaliação existentes na UNIR; a expansão física, com a visão do atendimento da UNIR em todo o Estado de Rondônia; e sua ordenação política, que incidem nas ações de gestão em razão dos processos de escolha dos dirigentes.

1.1.3 Inserção regional

A UNIR abrange um total de 52 (cinquenta e dois) municípios da Amazônia Ocidental. Possui uma estrutura *multi Campi*, distribuindo-se por todo o Estado de forma homogênea, com *Campus* em Porto Velho, Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena.

Distante dos grandes centros das regiões Norte e Centro-Sul do País, tais como Manaus, Cuiabá, Belém, Rio de Janeiro e Brasília, que absorviam a procura por formação superior, por muitos anos, a UNIR foi a única Instituição Pública em todo o Estado de Rondônia que impactou de forma significativa no quadro de formação superior.

Nesse sentido, apesar da expansão implementada pelo Programa REUNI e também de concorrer com a abundante oferta do ensino privado, a Instituição não consegue atender a grande demanda por seus cursos. Somente este fato, em si, demonstra a necessidade de desencadear ações que estejam articuladas com os anseios da sociedade e em consonância com as tendências nacionais e internacionais.

Um dos grandes diferenciais da UNIR é a oferta de cursos de Pós- Graduação *Stricto Sensu*, que a torna a maior responsável pela formação de Pós-Graduados em todo Estado. Esse compromisso com a formação de alto nível possibilita a geração de mão de obra qualificada para atender à demanda por pesquisadores na região.

O maior desafio da UNIR, localizada na Amazônia que, historicamente apresentam os desafios econômicos, políticos e sociais, é garantir desenvolvimento social aliado à preservação de maneira indissociável. Suas políticas estão focadas no crescimento local e na

inserção social dos seus egressos nos mais diversos níveis de ensino, pesquisa e extensão de forma socialmente responsável.

1.1.4 Organização didática e pedagógica da UNIR

Conforme destacado no Relatório da Comissão Própria de Avaliação, a Universidade Federal de Rondônia busca, atualmente, sistematizar o máximo possível o seu Projeto Pedagógico Institucional em articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional. Assim, a organização didático-pedagógica da Instituição é feita através do que está disposto em seus Regimento e Estatuto, além das normas gerais e específicas que norteiam suas políticas e práticas pedagógicas.

As ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação são promovidas e apoiadas pelos órgãos competentes, conforme a organização administrativo-acadêmica da Instituição, cabendo à Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD a responsabilidade pelas políticas de apoio à graduação da Instituição.

A organização administrativo-acadêmica tem como base, conforme disposto no Estatuto da UNIR, a estrutura de Núcleos e *Campi*, que congregam os Departamentos, aos quais estão vinculados os cursos. Considerando a natureza colegiada da Instituição, cada um desses órgãos possui, como instância deliberativa e consultiva, seus Conselhos, cujas competências, atribuições e composição estão dispostas no Estatuto e demais normas conexas.

Além dos Conselhos de Departamento, Núcleo e *Campus*, como instâncias normativas, consultivas e deliberativas em matéria de ensino, pesquisa e extensão, existe o Conselho Superior Acadêmico, composto pela Câmara de Pesquisa e Extensão, Câmara de Pós-Graduação e Câmara de Graduação, de acordo com as normas vigentes.

Os órgãos de apoio acadêmicos são congregados em Pró-Reitorias, a saber: Pró-Reitoria de Graduação; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; e Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis, que são órgãos executivos e de fomento dentro de sua área de atuação.

Há também os órgãos suplementares, responsáveis por desenvolver as atividades auxiliares de natureza técnica da área acadêmica, que são a Biblioteca Central; a Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DIRCA); e a Diretoria de Ensino a Distância (DIREDA). A Biblioteca Central da UNIR, além da natureza técnica, tem a natureza científica e cultural. Assim, a UNIR dispõe da Biblioteca Roberto Duarte Pires, em Porto Velho, e as Bibliotecas

setoriais em cada *Campi*. Da mesma forma, a DIRCA tem sede em Porto Velho e é composta pelas Secretarias de Registro e Controle Acadêmico (SERCA) de cada *Campi*.

A organização didático-pedagógica da Universidade, com base no Artigo 34 do Estatuto, deve ser feita com “[...] um sentido de crescente integração, de tal modo que o ensino e a pesquisa se enriqueçam mutuamente e se redimensionem através da extensão”. Ademais, o Estatuto, em suas normas de organização, no que diz respeito ao plano didático-pedagógico, estabelece como princípios, além da estrutura com base em núcleos e departamentos, a flexibilidade de métodos e critérios, com o objetivo de considerar as diferenças individuais dos discentes e as peculiaridades regionais.

Ainda, de acordo com o Estatuto, o ensino é realizado por meio de cursos, oferecidos nas seguintes modalidades: Graduação; Pós-Graduação *Stricto e Lato Sensu*; aperfeiçoamento e/ou atualização; cursos profissionais; educação a distância; ensino fundamental e médio aplicado nas escolas experimentais da instituição; e cursos sequenciais, por campo de saber, de diferentes abrangências.

Além de Regimento e Estatuto e normas gerais, a Universidade Federal de Rondônia possui Resoluções específicas que regulamentam a organização didático-pedagógica dos cursos de graduação (Resolução 278/2012-CONSEA/UNIR) e os requisitos mínimos que devem compor a proposta pedagógica dos cursos de pós-graduação (Resolução nº 200/CONSEA, de 19 de fevereiro de 2009). Cabe salientar que os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPCs), nos termos da Resolução 278/2012-CONSEA/UNIR, devem ser construídos com a participação efetiva da Comunidade Acadêmica (docentes, estudantes e técnicos), além de serem impulsionados por segmentos sociais interessados no curso.

Dessa forma os PPCs, na sua elaboração, consideraram prioritariamente as diretrizes e legislações norteadoras da área a que se vincula. Esses Projetos devem ser reformulados de acordo com as exigências da legislação e demandas estruturais, para que se garanta a sua atualização pedagógica e legal constante e abra espaço para garantir a inovação nos processos de ofertas dos cursos. Ademais, devem estar previstos nos PPCs os procedimentos para avaliação e metodologias de ensino, que compreendem a avaliação institucional do curso e a avaliação do processo sob três eixos: ensino, aprendizagem e avaliação.

A pesquisa, na UNIR, conforme Artigo 147 do Estatuto, é desenvolvida nas diversas modalidades e áreas do saber, como função indissociável do ensino e da extensão, e tem como finalidade a ampliação de conhecimentos que, por conseguinte, possa contribuir para o desenvolvimento da Ciência. No que diz respeito à extensão, deve ser realizada de modo a

promover a articulação com o ensino e a pesquisa, organizada em Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Prestações de Serviço. As diretrizes e normas do Estatuto estão estabelecidas na Política de Extensão da Universidade Federal de Rondônia, aprovada através da Resolução nº. 226/CONSEA, de 17 de dezembro de 2009. Nesse sentido, na UNIR, tanto a pesquisa quanto a extensão devem estar articuladas, de forma indissociável, com o ensino, contribuindo para a formação discente, desenvolvimento regional e transformação social.

A representatividade discente, nos órgãos colegiados, tem como objetivo garantir o direito de organização, constituída através de um Diretório Central dos Estudantes, com sede em Porto Velho. No que diz respeito à formação discente, nos termos da Resolução 278/CONSEA, de 2012, o perfil do egresso deve ser delineado de forma a traçar autonomia intelectual, conhecimento da realidade regional; compromisso social e valores humanísticos do profissional formado. Nesse sentido, as práticas acadêmicas devem ser norteadas de modo a contribuir com a formação de discentes sob a proposta do perfil descrito.

1.1.5 Princípios norteadores das práticas acadêmicas da UNIR

Nas práticas acadêmicas, a Universidade deve considerar como finalidade precípua, conforme estabelecido em Estatuto próprio, o princípio básico adotado pelos Programas de desenvolvimento Institucional, que incide em (promover o saber científico e atuar em um sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão). Deve, portanto, considerar a missão de produzir e difundir conhecimento, considerando as peculiaridades amazônicas, visando o desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, a Universidade deve ter, como elemento norteador de suas práticas, a busca constante pela qualidade do ensino em articulação com a pesquisa e extensão, a fim de promover uma formação humanística integral, através da busca pela excelência na área de atuação de cada curso oferecido.

A Educação Superior tem, por natureza, uma função social, política e econômica. Sendo assim, devem ser estabelecidas em consonância às Políticas Acadêmicas, diretrizes para as práticas que considerem os princípios constitucionais norteadores para educação, tais como:

- I- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- II- Flexibilização curricular;
- III- Atualização permanente dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional, de modo a garantir práticas inovadoras;

- IV- Impacto social e transformação da sociedade;
- V- Integração com a comunidade;
- VI- Democratização do acesso, garantia da permanência discente e da qualidade da formação;
- VII- Respeito à pluralidade, à diversidade étnica, cultural e à biodiversidade;
- VIII- Produção e difusão do conhecimento científico, cultural e tecnológico em articulação com os aspectos regionais, nacionais e internacionais;
- IX - Monitoramento e avaliação permanente das práticas pedagógicas; e
- X - Gestão democrática.

1.2 Contextualização da realidade socioeconômica da região de abrangência do *Campus de Guajará-Mirim*

O estado de Rondônia, situado a Oeste da Amazônia Ocidental, na região Norte do Brasil, registra em seu perfil de desenvolvimento e constituição histórica, política e econômica, os eventos significativos que dizem respeito aos ciclos migratórios, à ocupação desordenada, à localização geográfico-espacial ou como corredor agrícola, o seu desmatamento e a vocação para a pecuária de corte/leite.

Somam-se, ainda, eventos ligados às expectativas de desenvolvimento e integração intercontinental, como: a saída para o Pacífico; o potencial energético que culminou na construção das hidrelétricas do Madeira (Santo Antônio e Jirau). Tais eventos identificam que há uma demanda refletida nas condições de oferta e atendimento dos serviços educacionais no Estado.

Guajará-Mirim, município brasileiro do estado de Rondônia, localizado na Região Norte do país, é o segundo maior município do Estado em extensão territorial e o oitavo em população. Em maio de 2009, o Município recebeu o título de “Cidade Verde”, outorgado pelo Instituto Ambiental Biosfera, em razão de seu mosaico de áreas protegidas que o torna referencial na preservação da natureza e, por sua vez, é eleito um dos maiores municípios brasileiros em termos de áreas preservadas.

A 48 Km de Guajará-Mirim, localiza-se o município de Nova Mamoré, com uma extensão territorial de 10.071,64 Km² e uma população estimada (IBGE 2016) de 27.600 habitantes, sendo aproximadamente 42% de população rural e 58% de população urbana. A economia desse município baseia-se, quase que exclusivamente, na agropecuária. Vale ressaltar que os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré estão localizados em uma

extensa faixa de fronteira com a República da Bolívia, com destaque para a cidade gêmea de Guayaramerín. Além disso, a região agrega inúmeras comunidades indígenas e 6 (seis) distritos: Iata e Surpresa (pertencentes a Guajará-Mirim); Araras, Palmeiras, Nova Dimensão e Jacinópolis (pertencentes a Nova Mamoré). Nesse contexto, o *Campus* de Guajará-Mirim atende a um vasto território com uma grande diversidade linguístico-cultural de povos/etnias.

1.2.1 História de Guajará-Mirim⁴

Guajará-Mirim é um termo oriundo da língua tupi e significa “cachoeira pequena”, todavia existem controvérsias de vários linguistas sobre o verdadeiro significado do termo. Até o início do século XIX, conforme ressalta Vitor Hugo em: **Desbravadores** (1991), o município de Guajará-Mirim servia, exclusivamente, como um ponto geográfico que indicava o território brasileiro ao povoado boliviano de *Guayaramerín*. Considerando que, nesse período, a povoação era conhecida como Esperidião Marques.

Em abril de 1878, em função do Tratado de Ayacucho, foram enviadas para Corumbá (Mato Grosso) as “Plantas Geográficas dos Rios Guaporé e Mamoré”, sendo que a cartografia para delimitar os limites fronteiriços dos rios Guaporé e Mamoré foi levantada e apresentada pela 2ª seção brasileira, sediada na mesma cidade, tendo sido todas canceladas pelos delegados brasileiros e bolivianos. Continuando a descrição diz “Destas cabeceiras continuam os limites pelo leito do mesmo rio até sua confluência com o Guaporé, e depois pelo leito deste e do Mamoré até sua confluência com o Beni, onde principia o Rio Madeira”. Em 1878 e 1879, houve troca de notas da chancelaria boliviana com a Embaixada do Brasil em La Paz, acusando o recebimento e aprovando a “Carta Geral”, conforme ajustado na 7ª Conferência da Comissão Mista.

Em 17 de novembro de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis com a Bolívia, o Brasil se comprometia a construir uma estrada de ferro, ligando os portos de Santo Antônio do Rio Madeira, em Porto Velho, ao de Guajará-Mirim, no Rio Mamoré, destinada ao escoamento dos produtos bolivianos. Os direitos sobre tarifas seriam recíprocos e a localidade foi se tornando conhecida no país com repercussão no exterior.

No ciclo da borracha, a extração do látex, sem dúvida, foi o ponto decisivo na vida do município. A construção do transporte ferroviário (Estrada de Ferro Madeira-Mamoré) veio acelerar o povoamento local, contribuindo com o desenvolvimento da agricultura, além do

⁴ As informações neste tópico, sobre a região, foram retiradas do blog de: SCHIMIT, Aurélio. **Conexão Emancipadora**. Disponível em: <<http://aurelioschmitt.blogspot.com.br>>. Acesso em: 19. Jul. 2016.

extrativismo vegetal proporcionado pela vasta e rica vegetação natural existente. Estes e outros fatores, também de relevante importância influíram na subsistência da localidade.

Em 30 de abril de 1912, foi concluída a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e inaugurada oficialmente em 1º de agosto do mesmo ano. Ainda naquele ano, a 8 de outubro, o Governo da Província de Mato Grosso instalou, na localidade, um posto fiscal, também com a incumbência de arrecadar impostos, sob as ordens do guarda Manoel Tibúrcio Dutra.

Em abril de 1917, chegou à região de Guajará-Mirim o capitão Manoel Teófilo da Costa Pinheiro, um dos membros da Comissão Rondon (?). Através dos meandros e lagos do rio Cautário, encontrou apenas algumas poucas centenas de seringueiros mourejando nos barracões da Guaporé *Rubber Company*, empresa que monopolizava a compra e exportação da borracha produzida na região, na época gerenciada pelo coronel da Guarda Nacional, Paulo Saldanha. Eram os barracões “Rodrigues Alves”, “Santa Cruz”, “Renascença” e outros localizados próximos ao Forte Príncipe da Beira. Nada mais havia, a não ser índios arredios que habitavam a região e, de quando em vez, atacavam os exploradores da seringa que iam à represália procurando dizimá-los. Nesse intuito, os desbravadores criavam rixas entre os grupos e subgrupos dos jauris, tupis, hauris e outros, sendo os pacaás-novos, do grupo jaru, os mais aguerridos nos combates contra os colonizadores extrativistas.

Em 26 de junho de 1922, através da Resolução 879, o presidente da Província de Mato Grosso transformou a povoação de Espiridião Marques em distrito de paz do município de Santo Antônio do Rio Madeira. Quatro anos mais tarde, em 12 de julho de 1926, a povoação foi elevada à categoria de cidade, por ato assinado por Mário Correa da Costa – presidente da Província de Mato Grosso. Em 12 de julho de 1928, pela Lei 991, assinada pela mesma autoridade, o distrito foi elevado à categoria de município e comarca com área desmembrada do município de Santo Antônio do Rio Madeira, recebendo o nome de Guajará-Mirim, já usualmente designado pela população. O município foi oficialmente instalado em 10 de abril de 1929.

Em 13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei 5.812, o município de Guajará-Mirim passou a fazer parte integrante do Território Federal do Guaporé, criado nessa data. No dia 21 de setembro do mesmo ano, pelo Decreto-Lei 5.839, a sua área territorial, somada a uma parte da área territorial do município de Mato Grosso-MT (ex-Vila Bela da Santíssima Trindade), passou a compor o novo município de Guajará-Mirim. Esta composição territorial e sua confirmação definitiva como parte integrante do Território Federal do Guaporé deu-se em 31 de maio de 1944 por meio do Decreto-Lei 6.550.

Por intermédio do Decreto-Lei 7.470, de 17 de abril de 1945, o município de Guajará-Mirim e o município de Porto Velho passaram a fazer parte, como os dois únicos municípios da divisão administrativa e judiciária, do Território Federal do Guaporé.

No início de 1970, a Estrada de Ferro Madeira Mamoré foi desativada, devido vários fatores dentre eles os altos gastos para o governo federal.

1.2.2 Demografia

A população de Guajará-Mirim é estimada em 46.632 habitantes (IBGE, 2015) tornando-o o oitavo município mais populoso do estado. Atualmente, o município registra uma população que abrange 86% na zona urbana e 14% na zona rural. Dentro dos limites rural e urbano, o município também agrega povos específicos e variados tais como: i) povos indígenas, o mais destacado em Guajará-Mirim é o povo indígena wari, dentre eles os oro waram, oro nao' e oro mon; ii) descendentes de quilombolas do Vale do Guaporé, a destacar: os Quilombos de Santo Antônio do Guaporé, Pedras Negras, Paudólio, Comunidade de Jesus e de Vila Bela da Santíssima Trindade; iii) descendentes de nordestinos dentre eles pernambucanos, alagoanos, cearenses entre outros; e iv) vários bolivianos e descendentes de bolivianos que aqui residem, advindos de várias partes da Bolívia Equatorial.

Dessa conjectura, a população do município possui como característica a mestiçagem de várias raças com os nativos (indígenas aculturados), resultando numa população tipicamente amazônica com a predominância de “caboclos” e uma forte presença da miscigenação com imigrantes da fronteira (bolivianos). Por sua característica populacional ímpar no Estado, sem a influência das imigrações ocorridas ao longo da BR-364, o guajaramirense é reconhecido por sua hospitalidade, fator de identificação presente na maioria das cidades amazônicas.

Inegavelmente, o município de Guajará-Mirim é um dos poucos, senão o único do Estado de Rondônia, que possui excelente atrativo para o desenvolvimento da indústria do turismo em larga escala. Pois, o Município hierarquiza o direito de ser o “guardião” da história do Estado, considerando os inúmeros registros dos primórdios de sua colonização: a saga dos pioneiros construtores da lendária Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a presença marcante da igreja católica na colonização de todo o Vale do Guaporé e as inúmeras construções que retratam a história de uma época em que o município concentrava toda a riqueza da região, baseada na extração da borracha e da castanha.

O equilíbrio ecológico e harmônico da natureza pode ser representado pela vastidão de incomparável beleza do Vale do Mamoré-Guaporé, oferecendo inúmeras opções de lazer, dentre as quais a pesca amadora, liberada na época logo após a desova dos peixes. As belas praias do rio Pacaás-Novos, a reserva extrativista do Ouro Preto e o encanto da Serra dos Pacaás-Novos e a Serra dos Parecis oferecem oportunidades únicas de se conhecer as paisagens naturais do Município. Dessa perspectiva, os aspectos histórico e demográfico incidem no município, o direito de sediar a única Zona Franca do Estado: a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim que oferece excelentes oportunidades de compras de diversas mercadorias importadas de várias partes do mundo.

1.2.3 Economia

A economia do Município de Guajará-Mirim está ajustada em duas instâncias: a composição econômica e o produto interno bruto. A primeira, composição segundo o IBGE, é de 88,85% para serviços; 6,79% agropecuária e 4,36%; a segunda é de 506.105.073,00 reais e o produto interno bruto *per capita*, de 12.483,78 reais.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 Objetivos do curso

2.1.1 Objetivo Geral

Constitui-se como objetivo geral do curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)** do *Campus* de Guajará-Mirim, nos termos da legislação vigente: formar profissionais competentes, capazes de atuar de forma ética e crítica diante das várias linguagens presentes no meio sócio-educacional, a fim de se posicionar como sujeito-profissional responsável e de interpretar, usufruir das produções culturais e tecnológicas, em contextos variados, considerando a capacidade em lidar/apreender as linguagens, verbal e não-verbal, nos contextos oral e escrito, tendo consciência de sua inserção na sociedade e das relações com o outro, de forma a atender às demandas educativas e de profissionais da linguagem na região amazônica fronteira em que se inserem.

2.1.2 Objetivos Específicos

Com base no conceito de competência e habilidade, o curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)** do *Campus* de Guajará-Mirim, pretende especificamente tornar os futuros professores capazes de:

- 1- Utilizar as diferentes fontes de conhecimentos a fim de observar, analisar e criticar a realidade que os circunda, formulando problemas, levantando hipóteses e apontando solues viáveis para as dificuldades do cotidiano.
- 2- Estabelecer correlação entre teoria e prática, empregando no exercício da docência métodos que utilizem os contdeos disciplinares como realidades em construção, permeados de valores e atitudes coerentes, ticas e científicas, que possibilitem a criação de uma sociedade democrática, na qual ele passará a ser um agente formador/facilitador e um cidadão consciente de seu dever, bem como de seus direitos sociais e profissionais.
- 3- Atuar como agentes de cidadania no sentido de explicitar o papel da linguagem nos processos de identificação e de ao do indivíduo em seu grupo social. Nesse sentido, a formação de professores de Letras-Língua Portuguesa (Licenciatura) do *Campus* de Guajará-Mirim envolve o compromisso político de uma reflexão sobre a natureza da inserção do sujeito no grupo social em que vive e de seu papel enquanto cidadão do mundo, constituído na/e pela linguagem.
- 4- Pautar sua prática em princípios estticos, políticos e ticos, abrangendo a esttica da sensibilidade, a política da igualdade e a tica da identidade, principalmente num contexto multicultural e plurilinguístico.
- 5- Proporcionar espaços sistemáticos de reflexão conjunta de investigação, sobre a língua, no contexto regional, acerca das questões enfrentadas pelo coletivo, no sentido de proporcionar espaços para se compartilhar experiências e resoluções de problemas como forma de construção de conhecimento, saberes e competências.

2.2 Concepção do curso

Os princípios que regem o Curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)** do *Campus* de Guajará-Mirim devem estar voltados para a formação humanística do indivíduo, levando em consideração a região amazônica em que se insere bem como a fronteira com a República Federativa da Bolívia, região propícia para a realização de pesquisa e extensão.

Assim, o curso deve estar voltado para o tripé ensino, pesquisa extensão em temas relativos à abrangência da fronteira Brasil x Bolívia priorizando temas indígenas, quilombolas, afro-brasileiros, a linguagem utilizada na fronteira, a heterogeneidade linguística existente no país e na região norte, especificamente, entre outros, contemplando, desse modo, a relação teoria e prática no ambiente plurilinguístico e multicultural.

2.3 Justificativas

2.3.1 Concepção: justificativa da oferta

Um curso de licenciatura plena em Letras deverá ter como preocupação a formação de professores capacitados para compreender que vivem em um mundo globalizado, mas que é, através do vernáculo, que uma sociedade exterioriza e solidifica a nacionalidade vital para a sua soberania e, até mesmo, sobrevivência. Portanto, a Matriz Curricular proposta para o curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)** do *Campus* de Guajará-Mirim, que ora apresentamos, neste documento, tem, como princípios gerais:

- ✓ a formação global e visão interdisciplinar;
- ✓ a articulação entre teoria e prática;
- ✓ o predomínio da formação sobre a informação;
- ✓ a capacidade para lidar com a construção do conhecimento de maneira crítica;
- ✓ o desenvolvimento de conteúdos, habilidades e atitudes formativas;
- ✓ a adequação de diferentes linguagens;
- ✓ a isenção para combater o preconceito linguístico;
- ✓ o interesse em conhecer todas as manifestações linguísticas;
- ✓ o incentivo à pesquisa, a partir da graduação, de modo a capacitar o futuro profissional a exercer sua profissão com base na investigação e análise;
- ✓ a formação do professor-leitor, de forma a reproduzir em seus alunos o prazer pela leitura e a reconhecer a importância desta para a ampliação de um conhecimento enciclopédico e de mundo.
- ✓ a consciência de que Guajará-Mirim-RO, Nova Mamoré-RO e adjacências estão situados na fronteira Brasil-Bolívia, cabendo à comunidade acadêmica a compreensão, análise e crítica desde universo plurilinguístico e multicultural.

2.3.2 Justificativa para o curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)**

Frente às novas mudanças e exigências que estão ocorrendo no ensino brasileiro (educação básica e superior), a partir da atual LDB (Lei 9394/96), o Curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)** deverá comprometer-se com as preocupações pertinentes à formação e à atuação do professor. A discussão sobre: i) o papel da língua em um contexto em que seu uso tem sofrido influências dos meios de comunicação que a veiculam, sobretudo dos eletrônicos e, muito especialmente, da internet; ii) a língua portuguesa enquanto língua heterogênea/homogênea; iii) o contato linguístico entre o português falado no Brasil, e na Região Norte, e as diversas línguas com as quais mantém contato, entre outras discussões, é fundamental.

Cabe à Universidade, nesse quadro, a função inalienável de compreender os usos da língua e, ao mesmo tempo, agregar as outras linguagens, no cenário amplamente semiotizado e dinâmico da comunicação humana. Portanto, um professor da área de Letras deve ter uma formação que lhe forneça a devida percepção crítica que o capacite a dialogar com outras culturas e com as diversas formas de comunicação emergentes, no sentido de investigar e descrever o novo papel da linguagem, sem, contudo, deixar de reconhecer e ensinar as normas que regem o padrão culto do idioma materno. Nessa conjectura, o trabalho com a língua portuguesa deverá considerar a diversidade linguística e suas manifestações, mas sem perder de vista que é essencial para a formação da cidadania, a valorização da história, cultura e artes das sociedades lusófonas, associando a isto uma prática pedagógica que incide na mediação de conhecimento linguístico, literário, discursivo e cultural.

2.3.3 Justificativa para a habilitação em **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)**

O curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)** do *Campus* de Guajará-Mirim, justifica-se mediante as seguintes concepções:

✓ A língua portuguesa é a segunda língua românica do mundo, a terceira europeia mais falada no planeta, a sexta com maior número de locutores e a quinta com maior número de países que a têm como língua oficial.

✓ O português é também língua de comunicação de doze organizações internacionais, tais como: União Europeia, UNESCO, MERCOSUL, OEA, União Latina, Aliança Latino-Americana de Comércio Livre (ALALC), Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI),

Organização de Unidade Africana, União Econômica e Monetária da África Ocidental entre outras.

✓ A língua portuguesa, que já foi língua franca, é hoje um idioma culto de dimensão internacional e intercontinental, falado nos cinco continentes e - como havia predestinado Fernando Pessoa - é um dos poucos idiomas, potencialmente universais, do século XXI.

✓ O português é a quarta língua mais usada na Internet e a segunda, na “*Blogosfera*”. Deve-se considerar que a língua portuguesa pertence a uma das oito grandes famílias de línguas do mundo - a família indo-europeia - proveniente dos tempos anteriores à escrita, que compreende mais de 200 línguas, que vão das línguas latinas às germânicas; das eslavas às do norte da Índia.

✓ O português é uma língua de cultura e importância política que dá acesso a literaturas (*lato e stricto sensu*), fato comprovado pelo reconhecimento de nomes como o de Ramos Horta e Ximenes Belo (Nobel da Paz de 1996) e o de José Saramago (Nobel de Literatura de 1998).

✓ A crítica internacional reconhece o valor estético de nomes da literatura brasileira (Machado de Assis, Clarice Lispector, Guimarães Rosa, Jorge Amado, dentre outros), traduzindo-os para os mais diversos idiomas.

✓ O domínio da norma culta do idioma materno, consolidado através da leitura de obras paradigmáticas da literatura nacional, auxilia na afirmação do homem como cidadão consciente das relações de poder e dominação.

✓ A literatura indígena e a africana vêm ganhando destaque no cenário mundial, através de nomes como o de Daniel Munduruku/indígena e Mia Couto/Moçambicano, considerado um dos nomes mais importantes da nova geração de escritores africanos.

✓ A criação da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), composta por nações irmanadas através de uma herança histórica e uma visão compartilhada de desenvolvimento e democracia, reafirma o lugar de destaque do idioma português, no cenário internacional.

✓ Numa perspectiva regional, o curso de Letras-Língua Portuguesa (Licenciatura) do *Campus* de Guajará-Mirim, justifica-se pelo fato de que o Estado de Rondônia só há cursos de Letras, oferecidos por instituição pública, em Guajará-Mirim, Porto Velho e Vilhena, assim abre-se ao egresso dessa graduação a oportunidade de prestar concurso público ou processo seletivo neste Município ou nos demais municípios do Estado, bem como fora dele. Vale

ressaltar que dadas às proporções da pouca oferta de formação na área de Letras, há uma demanda considerável por profissionais em todo o Estado.

2.4 Fundamentos legais

A proposta curricular para cursos de Formação de Professores da Educação Básica deve obedecer aos princípios definidos pelo MEC e pelo CNE, através das resoluções e pareceres específicos, mais propriamente, no caso dos cursos de Letras, da Resolução nº 02 CNE/CP de 1º/07/2015 e da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

A Resolução nº 02 CNE/CP de 1º/07/2015 é a que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, caso específico do curso em pauta. Na citada Resolução verificamos:

Art. 1º Ficam instituídas, por meio da presente Resolução, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, definindo princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam.

Para que o docente egresso dos cursos de licenciatura esteja plenamente capacitado nas condições acima expressas, a mesma Resolução define que:

Art. 3º A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas [...] a partir da compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos e determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional.

Dessa forma, a Resolução estabelece em seu Art. 3º, Parágrafo 5º - os princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, a saber:

I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases

científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino e suas instituições;

IV - a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras;

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;

VII - um projeto formativo nas instituições de educação sob uma sólida base teórica e interdisciplinar que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação;

VIII - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;

IX - a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de educação;

X - a compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização inspirado nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de educação básica;

XI - a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais.

Para tornar isso plenamente possível, o instrumento legal em questão determina, em seu Art. 5º, Parágrafo 6º, que:

§ 6º O projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica, envolvendo a consolidação de fóruns estaduais e distrital permanentes de apoio à formação docente, em regime de colaboração, e deve contemplar:

I - sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais;

II - a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da *práxis* docente;

III - o contexto educacional da região onde será desenvolvido;

IV - as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nesses contextos;

V - a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da

formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras);

VI - as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

E que:

Art. 4º A instituição de educação superior que ministra programas e cursos de formação inicial e continuada ao magistério, respeitada sua organização acadêmica, deverá contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Sobre a base comum nacional verificamos que:

Art. 5º A formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à *práxis* como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão, para que se possa conduzir o(a) egresso(a):

I - à integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;

II - à construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;

III - ao acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica-profissional, viabilizando os programas de fomento à pesquisa sobre a educação básica;

IV - às dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério por meio de visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;

V - à elaboração de processos de formação do docente em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento;

VI - ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das)professores(as)e estudantes;

VII - à promoção de espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;

VIII - à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;

IX - à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos(as)os(as)estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente que favoreçam a formação e estimulem o aprimoramento pedagógico das instituições.

Quanto ao egresso da formação inicial e continuada é importante ter em mente que:

Art. 7º O(A) egresso(a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética [...].

Deste modo:

Art. 8º O(A) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Parágrafo único. Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;

II - atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

Sobre os eixos de formação verifica-se que:

Art. 12. Os cursos de formação inicial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-ão dos seguintes núcleos:

I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, [...];

II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, [...].

Além disso, segundo a citada Resolução:

Art. 13. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico,

tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 3º Deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

§ 4º Os critérios de organização da Matriz Curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares, se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, como previsto no artigo 12 desta Resolução.

§ 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

Art. 15, § 7º Os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas.

Diante dos pressupostos legais constituídos como objetivos prioritários para a construção de propostas curriculares para cursos de Licenciatura em Letras, como é o caso específico da proposta ora exposta, apresentamos os resultados construídos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) em conjunto com a comunidade do curso de Letras deste *Campus*, no que se refere à expectativa do perfil do egresso e a sua inserção por diversas áreas de atuação, considerando o perfil do curso.

2.5 Perfil do egresso

Espera-se que o profissional egresso do curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)** tenha um perfil com as seguintes características:

- ✓ formação teórica e prática em consonância com os avanços nas áreas de Linguística e Literatura, que lhe permita contribuir para a difusão e a melhoria da qualidade do ensino de Língua Portuguesa e de Literaturas em Língua Portuguesa;
- ✓ domínio de conhecimentos teóricos e práticos de língua e de literaturas em língua portuguesa que permita a proposição de situações educativas pautadas na ação - reflexão - ação;
- ✓ domínio do uso da língua portuguesa em termos de sua estrutura e funcionamento;
- ✓ domínio de conteúdos básicos de língua portuguesa, de literaturas em língua portuguesa e de culturas indígena, afro-brasileira e africana, componentes do processo de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio e em cursos de português para falantes de outras línguas;
- ✓ habilidade para produzir conhecimentos científicos na área da Linguística e da Literatura, com capacidade de reflexão crítica adequada à tríade ensino-pesquisa-extensão.
- ✓ domínio dos diversos tipos de textos (gêneros textuais) afim de que possa proporcionar o trabalho linguístico de forma contextualizado.
- ✓ Habilidades para incentivar a leitura de textos e contextos visando uma metodologia didático-pedagógica que valorize e estimule o prazer e o hábito pela leitura.
- ✓ Percepção crítico-reflexiva para um trabalho eficaz em sala de aula com o intuito de mediar o conhecimento das habilidades linguísticas, literárias e textuais.

2.6 Áreas de atuação

O licenciado no Curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)** poderá ministrar:

- ✓ aulas em instituições de ensino de educação básica em disciplinas de Língua Portuguesa e Literaturas em Língua Portuguesa;
- ✓ aulas em instituições de ensino de educação básica em disciplinas de Redação, Técnicas de Redação e Produção de Texto;

✓ aulas em cursos livres de língua portuguesa como língua materna ou língua portuguesa como segunda língua e/ou como língua estrangeira.

O licenciado poderá também:

✓ realizar assessoria pedagógica em língua portuguesa e em literatura para instituições de natureza pública ou privada;

✓ atuar na área editorial como revisor de textos, crítico literário e cinematográfico, podendo trabalhar com produção e avaliação de material didático-pedagógico em língua portuguesa e literatura;

✓ atuar como assessor cultural;

✓ atuar como secretário executivo;

✓ dar continuidade aos estudos em nível de pós-graduação, com desenvolvimento de pesquisas na área de Linguística, Literatura, entre outras, possibilitando o ingresso na carreira de ensino superior.

2.7 Perfil do curso

a) Nome do curso: **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)**

b) Endereço de funcionamento do curso: BR 425, Km 2,5 – Jardim das Esmeraldas, cidade de Guajará-Mirim, estado de Rondônia, CEP.: 76.850-000, fone: (69) 3541-5564.

c) Atos autorizativos anteriores para renovação de reconhecimento:

✓ Parecer N° 660/1993/CFE;

✓ Portaria N° 1.784/MEC, de 15.12.1993, D.O.U. de 16.12.1993 – Seção I, p. 19.501.

d) Número de vagas autorizadas: 50

e) Conceito Preliminar de Curso (CPC): 03. Ano de referência 2014.

f) Turno de funcionamento: Regular no período vespertino

g) Carga horária total: 3.240 horas

h) Tempos mínimo e máximo para integralização:

✓ Prazo Mínimo de Integralização: 4 anos, ou seja, 8 semestres;

✓ Prazo Máximo de Integralização: 6 anos, ou seja, 12 semestres.

i) Histórico do curso; portaria de criação:

✓ Portaria/MEC N° 440/87 de 29.07.1987, D.O.U., publicada em 30.07.1987;

✓ Portaria Autorizativa N° 16/1989/CFE.

- j) Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão:⁵
- k) Título conferido: Licenciado(a) em **Letras - Língua Portuguesa/Literaturas**
- l) Modos e períodos de ingresso e número de vagas por período de ingresso:
- ✓ ENEM e Vestibulinho (processo seletivo para o preenchimento de vagas remanescentes) e outras previstas no Regimento Geral da UNIR ou que ela adotar, tais como: transferência *ex-offício*, portador de diploma, Mobilidade Acadêmica etc.;
 - ✓ Períodos de ingresso: Anual, no primeiro semestre;
 - ✓ Número de vagas: 50.
- m) Regime de oferta e de matrícula: Semestral
- n) Calendário acadêmico:⁶
- o) Distribuição da carga horária em componentes curriculares obrigatórios e componentes curriculares complementares da graduação:⁷
- p) Descrição das formas de ingresso:
- ✓ O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso(citadas na letra l, primeiro ponto) da Universidade como ingresso via Processo Seletivo Regular e Complementar (Vestibulinho), Transferência Compulsória; Regime Especial; Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional e Intrainstitucional ou outras formas autorizadas pelo Conselho Universitário, se houver, como políticas de ações afirmativas indígenas, afro-descendentes, etc.
- q) Área do Conhecimento: 80000002-Letras, Linguística e Artes
- r) Subárea: 80100007-Linguística, 80200001-Letras
- s) Ano de Implantação: 2017
- t) Duração do curso: 4 anos
- u) Nível: Graduação
- v) Modalidade: Presencial
- w) Nota do Enade: 01(ano base/2014)
- x) Créditos: 162
- y) Unidade Responsável: Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem–
DACL

⁵ As atividades de integração entre ensino, pesquisa e extensão estão descritas no item 3.4 deste PPC (p. 43)

⁶ O calendário acadêmico é definido anualmente pelo CONSEA. Ressaltamos que as demais informações acerca de eventos, semanas acadêmicas, projetos, entre outros estão descritas no item 3.6 (página: 44).

⁷Os componentes curriculares obrigatórios, bem como os componentes curriculares complementares, no que diz respeito à distribuição da carga horária, constam nos itens 3.10.1, p. 50 e 3.10.5, p. 56).

3 ESTRUTURA CURRICULAR

3.1 O processo de construção da reformulação da proposta curricular

A proposta de Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)** da UNIR, *Campus* de Guajará-Mirim justifica-se como uma reformulação para atender  a legislação vigente, sendo o curso antigo denominado Curso de Letras que conferia o título de Licenciatura Plena em Letras/Português e respectivas Literaturas. Foi autorizado através da Portaria MEC n 16/1989/CFE e seu reconhecimento para funcionamento regular e permanente se deu por meio da Portaria n. 1784/MEC de 14/02/93.

Na proposta, ora apresentada, modifica-se a nomenclatura Curso de Letras para Curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)** e o título conferido  Licenciado(a) em **Letras - Língua Portuguesa/Literaturas.**

A nova proposta contempla as principais características a seguir:

- ✓ Maior flexibilidade da Matriz Curricular, com poucas disciplinas na forma de pré-requisitos;
- ✓ Nova carga horária dedicada tanto a estudos teóricos como aos estudos práticos;
- ✓ Carga horária destinada ao estágio supervisionado;
- ✓ Carga horária dedicada a atividades acadêmico-científico-culturais, aqui denominadas de atividades complementares;
- ✓ Atualizao do ementário e da bibliografia, tanto básica quanto complementar.

3.1.1 Justificativa para a alterao da proposta

Considerando as constantes transformaoes na área educacional, principalmente no Ensino Fundamental e Médio, exige-se dos cursos de graduação, que formam o efetivo do magistério, a proposição de um programa pedagógico de curso que possa atender às exigências da legislação vigente. Nessa conjuntura, ao oferecer um curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)**, nossa proposta curricular pretende atender satisfatoriamente às expectativas da comunidade local.

3.1.2 Descrição da avaliação do curso pelo ENADE

O ENADE aferiu o desempenho dos estudantes do curso de Letras, de Guajará-Mirim, no ano de 2014, em relação:

- ✓ Aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares nacionais;
- ✓ As habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e
- ✓ As suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

Pela defasagem e necessidade de alteração da estrutura curricular atual do curso de Letras, em atendimento a legislação vigente, e para garantir a atualização do currículo nos aspectos pedagógicos legais, compreende-se o baixo rendimento dos acadêmicos em Letras do município de Guajará-Mirim, com pontuação 1 (um). Logo, firma-se a necessidade dessa reformulação do Projeto Pedagógico do Curso para atender às novas Diretrizes Curriculares Nacionais e seus eixos norteadores.

O exame é aplicado periodicamente e admite a utilização de procedimentos amostrais, sendo no máximo em periodicidade trienal, acompanhado de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, assim o Ministério de Estado da Educação Superior determina anualmente quais os cursos de graduação serão submetidos ao exame, cabendo à Instituição a inscrição dos acadêmicos a serem avaliados.

O ENADE é um componente obrigatório curricular dos cursos de graduação, sendo inscrito no histórico escolar do acadêmico.

O curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)** foi avaliado pela Comissão designada pelo INEP-MEC, constituída pelas professoras doutoras: Lia Cupertino Duarte Albino (coordenadora) e Rosa Maria de Carvalho Gens. A avaliação foi realizada *in loco* para efeitos de Renovação de Reconhecimento do Curso de Graduação em Letras da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no endereço indicado no Ofício de Designação, no período 06 a 09 de março de 2016. O Relatório Final produzido pela Comissão de Avaliação registrou que o curso tem uma carga horária total de 2960 (duas mil novecentas e sessenta) horas/aula, com integralização mínima de 4 (quatro) e máxima de 6 (seis) anos.

A coordenação do curso, à época, estava sob responsabilidade da Professora Rosa Maria de Lima Ribeiro, Graduada em Pedagogia (1998), Especialista em Psicopedagogia

(1999/UFRJ), Especialista em Linguagem e Educação (2004/UNIR-RO), Mestra em Ciências da Linguagem e Doutoranda em Linguística Histórico-Comparativa (Leiden, Holanda).

A partir dos dispositivos legais e da observação dos avaliadores, o resultado quantitativo das 3 (três) dimensões avaliadas é:

Dimensão I -Organização Didático-Pedagógica: 2,7

Dimensão II - Corpo Docente: 4,3

Dimensão III - Infraestrutura: 3,0

Conceito final: 3 (três)

Considerando, portanto, os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, nas orientações do Ministério da Educação e, neste instrumento de avaliação, o Curso de Letras da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), *Campus* Guajará-Mirim apresenta um perfil SATISFATÓRIO de qualidade.

3.2 Princípios norteadores para a reformulação da proposta curricular

Os princípios mais importantes que nortearam a construção dessa proposta curricular foram:

✓ O núcleo básico gira em torno da formação do discente na área dos estudos da linguagem.

✓ A diminuição da carga horária destinada aos estudos clássicos da língua portuguesa, com transferência dessa carga para uma análise da língua portuguesa voltada aos problemas sociolinguísticos, discursivos, pragmáticos e da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

✓ A área da Teoria Literária e Literaturas de Língua Portuguesa passou a ser definida mediante uma visão unificadora, cuja abordagem ocorre de uma maneira mais abrangente, conforme a disciplina em foco, inter-relacionada às manifestações artísticas atuais (o teatro, a telenovela, a história em quadrinhos, a canção popular, entre outras linguagens), em suma, com as múltiplas linguagens do contexto social e com as outras modalidades artísticas.

✓ A comunicação oral é também contemplada na área de Língua Portuguesa, na medida em que a carga horária definida para atividades práticas e projetos especiais, na forma de atividades acadêmicas complementares, ampliou-se significativamente. Isso determinará que os discentes estejam muito mais expostos a situações de comunicação ativa, o que proporcionará um considerado aumento das habilidades de fala em relação ao que ocorre hoje com a preponderância das atividades expositivas em sala.

✓ A carga horária prática está distribuída de forma interdisciplinar, definida em todos os eixos formativos, de maneira a proporcionar aos discentes uma experiência prática e integrada em todas as subáreas de sua formação.

✓ O estágio supervisionado terá início a partir da segunda metade do curso e dividido em quatro períodos, sendo os dois primeiros de observação e os dois últimos de regência, de maneira a levar o discente a cumprir o estágio nas áreas de Língua Portuguesa, Linguística e Literatura.

✓ As disciplinas de formação complementar, dentre elas, as de caráter cultural, de formação didático-pedagógica e de formação técnica, foram especificadas para a área da Linguagem. Dessa forma, desde a Filosofia da Linguagem até a Didática, todas as disciplinas complementares têm vínculo direto com a área de Letras. Pretende-se, assim, que o discente tenha acesso a uma formação direcionada que lhe permita entender o objetivo de uma formação interdisciplinar e multidisciplinar.

✓ Além das disciplinas diversas que contemplam estudos culturais e interculturais, também contempla os elementos das culturas afro-brasileiras e indígenas, como determinado em lei, bem como as culturas regionais brasileiras e o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais.

Dessa forma, cumpre verificar que todas essas modificações foram inseridas em uma Matriz Curricular flexível, com o mínimo de vinculações na forma de pré-requisitos, permitindo ao discente uma formação menos rígida e muito mais independente do que ocorre atualmente. Além disso, essa flexibilidade se garante tanto na forma de disciplinas optativas e complementares, mas também na forma de uma carga horária para atividades práticas não previamente definidas, permitindo-se a construção dessas atividades em função das demandas imediatas identificadas pelos docentes e pelos discentes durante o processo de ministração da(s) disciplina(s).

Com base nesses princípios gerais, foi possível estabelecer princípios norteadores para a construção do ementário do curso, como passamos a apresentar a seguir.

3.3 Princípios norteadores do ementário e da ministração

Com base nesses princípios gerais, apresentados no subtítulo 3.2, p. 40, foi possível estabelecer princípios norteadores para a construção do ementário do curso, como passamos a

apresentar a seguir. Nesta proposição, o ementário do curso, além dos conteúdos especificados para cada disciplina, contempla os seguintes princípios norteadores:

a. Todos os conteúdos elencados no ementário pressupõem, no processo de ministração das disciplinas, um tratamento vinculado à aplicação da informática e demais tecnologias da informação e comunicação, como forma de facilitar e ampliar o processo educativo, proporcionando ao educando experiências mais amplas e mais condizentes com a realidade tecnológica do mundo atual.

b. A carga horária destinada às atividades práticas definidas para diversas disciplinas do ementário não pode se traduzir apenas na leitura e realização de trabalhos de natureza teórica ou teorizante extraclasse. Diferentemente, deverão ser preenchidas com a elaboração e a execução, entre outras, de atividades como:

- ✓ práticas profissionalizantes;
- ✓ estudos complementares;
- ✓ seminários;
- ✓ comunicações;
- ✓ congressos;
- ✓ projetos de pesquisa, de extensão e de docência;
- ✓ cursos comunitários;
- ✓ atividades de natureza artístico-cultural;
- ✓ prática dos conteúdos definidos para a educação básica;
- ✓ prática das didáticas próprias de cada conteúdo e realização das pesquisas que as

embasam.

c. O estágio supervisionado, em cada área definida na Matriz Curricular, deverá ser realizado em estabelecimento credenciado, sendo permitido abatimento de até 200 (duzentas) horas do total de estágio para alunos-docentes em exercício, nos termos da lei; ou para alunos participantes de projetos como o PIBID (Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), desde que desenvolvido com alunos do segundo ciclo do ensino fundamental de 6º ao 9º ano. Esse abatimento, porém, não se aplica às atividades práticas e às disciplinas de projetos especiais que correspondem às atividades acadêmicas complementares.

d. Foi preocupação do Núcleo Docente Estruturante o estabelecimento de conteúdos mais específicos nos ementários, de forma a garantir maior direcionamento conceitual e de objetivos para cada disciplina, em função da necessidade bem nítida de consecução de uma formação voltada para as competências e habilidades na legislação. Entretanto, isso não

significa o fechamento conclusivo das ementas, as quais poderão e deverão ser atualizadas pelos professores, com o consentimento do colegiado do curso, sempre que se julgar necessário.

e. Apesar da especificidade de conteúdo, algumas disciplinas possuem grande abertura na sua ministração. Por exemplo, as disciplinas com carga horária prática e as disciplinas de projetos especiais que correspondem às atividades acadêmicas complementares. Essa interdisciplinaridade responde ao princípio de flexibilidades da própria turma, das possibilidades do docente, da instituição e das demandas e imediatas localizadas pelos agentes do processo educativo.

Todos esses princípios são aplicados às disciplinas do ementário e norteiam a construção específica de cada programa de curso (plano de disciplina). Essa dinâmica proporciona maior grau de acerto no processo formativo, pois permite que questões pontuais sejam prontamente respondidas e que aspectos importantes do processo formativo não sejam desprezados em função de um rigor conteudista tradicional, posto de lado em nossa proposta de reformulação.

3.4 Integração ensino, pesquisa e extensão

Nesta proposta de alteração curricular há o incentivo para que os alunos se envolvam nas atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes. Estas ações efetivas no conjunto da teoria e prática são fundamentais para comporem o sistema de pontuação que integram as 200 horas obrigatórias a serem desenvolvidas ao longo do curso.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão serão integradas em eventos anuais do Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem e em outros eventos dos demais departamentos do Campus de Guajará-Mirim e da UNIR, bem como de outras instituições públicas ou privadas.

E, em atendimento a Resolução Nº 01, de 30 de maio de 2012, serão, ainda, trabalhadas de forma inter e multidisciplinar no sentido de estimular ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como os movimentos sociais, gestão pública e preservação do meio ambiente.

3.5 Multi e transdisciplinaridade

As disciplinas sequenciais I, II e III, por exemplo, embora se separem na prática, devem ser tratadas pelos docentes como uma unidade teórica.

Os docentes que ministrarem as disciplinas de Legislação de Ensino e Didáticas I e II deverão trabalhar de forma integrada com os docentes responsáveis pelas disciplinas de Estágio Supervisionado para juntos traçarem estratégias que promovam a interdisciplinaridade peculiar dessas disciplinas com vistas à preparação para o exercício da docência.

Os temas transversais como: educação ambiental, história e cultura afro-brasileira e indígena e educação em direitos humanos, conforme a RESOLUÇÃO Nº 1, de 30 de maio de 2012, deixa claro em seu Art. 3º que: A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental, serão abordadas de forma mais específica nas seguintes disciplinas: Filosofia da Linguagem, Culturas Indígenas, Psicologia Educacional, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Culturas Africanas e Afro-Brasileiras, Educação e Política Linguística, Linguagem, Sexualidade e Educação, Linguística Bantu. No entanto, ressaltamos que o conteúdo também será abordado, não só em disciplinas referidas, mas, de forma oportuna, em todo e qualquer componente curricular que se faça necessário.

O curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)** promoverá, sempre que possível, parcerias com o curso de Pedagogia com vistas a auxiliar na ministração das disciplinas ligadas à docência.

3.6 Calendário acadêmico

O Calendário Acadêmico do Curso é definido anualmente em sessão Ordinária do Conselho Acadêmico – CONSEA, da UNIR. Conta com 200 dias letivos de efetivo exercício, excluídos os testes finais e provas repositivas, quando houver. As notas são lançadas, por cada docente, no Sistema SINGU e registradas em diário físico, o qual deve ser devidamente entregue à Secretaria de Registros e Controle Acadêmico (SERCA) ao final de cada semestre. Há uma agenda eletrônica que permite o acompanhamento da vida acadêmica pelo aluno, professor, Chefia de Departamento/Coordenação do curso e Secretaria do *Campus*.

Toda turma ingressante é recepcionada na “Semana do Calouro” que dá as boas-vindas aos novos acadêmicos em conjunto à realização de palestras diversas para que os calouros tenham noção básica de como funciona a comunidade acadêmica da qual passa a ser partícipe.

O Curso conta com atividades acadêmicas permanentes, como exemplos: os “Colóquios de Língua Portuguesa e Literatura” com temas de interesse do Curso de Letras e outros.

3.7 Convênios

Sempre que necessário para as atividades do curso, o Departamento deverá propor a celebração de convênios. Por ser tratar de um curso de Licenciatura, os convênios previstos para a integração com as redes públicas da educação básica com vistas à realização do estágio supervisionado são:

Convênio Nº 05/2013/UNIR, entre a Fundação Universidade Federal de Rondônia e Secretaria de Estado da Educação de Rondônia objetivando parceria de atuação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID/CAPES.

- ✓ Contrato: 005/2013
- ✓ Processo: 23118.002685/2012-59
- ✓ Fornecedor: Secretaria de Estado da Educação
- ✓ Fiscais: Laudileni Olenka
- ✓ Portaria: 291/2013/PRAD
- ✓ Vigência: 04/06/2013 - 03/06/2015
- ✓ Valor: 0,00

✓ Objeto: Constitui objeto deste instrumento legal, instituir parceria de cooperação técnico-científico e pedagógico nos termos do PIBID/CAPES a fim de realizar intercâmbio de experiência com desenvolvimento de ações conjuntas nas atividades de ensino-aprendizagem a serem desenvolvidas nas escolas públicas.

- ✓ DOU: Não informado
- ✓ Nota de Empenho: Não informado
- ✓ *Status*: Vigente

Convênio Nº 05/2014/UNIR de Estágio que entre si celebram a Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR e o Município de Guajará-Mirim, para o desenvolvimento de Programa de estágio curricular obrigatório e não obrigatório:

- ✓ Contrato: 005/2014
- ✓ Processo: 23118.003263/2013-81
- ✓ Fornecedor: Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim
- ✓ Fiscais: Sandra de Almeida
- ✓ Portaria: 471/2014/PRAD/UNIR
- ✓ Carlos Barroso de Oliveira Júnior (substituto)
- ✓ Portaria: 471/2014/PRAD/UNIR
- ✓ Vigência: 24/09/2014 - 23/09/2019
- ✓ Valor: 0,00

✓ Objeto: Constitui objeto do presente Convênio entre os participantes, visando proporcionar, aos acadêmicos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR, a realização de estágio curricular obrigatório no âmbito da Concedente, para a complementação da formação humana e profissional do acadêmico sob a supervisão de servidor público municipal e orientação de professores da Universidade, cuja carga horária é requisito de aprovação e obtenção de diploma, atendendo também ao disposto na Lei n.º 11.788, de 2008.

- ✓ DOU: 187 - 3 - 33 - 29/09/2014
- ✓ Nota de Empenho: Não informado
- ✓ *Status*: Vigente

Convênio N° 06/2013/UNIR, que entre si celebram a Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR e a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, para os fins que abaixo especificam:

- ✓ Contrato: 006/2013
- ✓ Processo: 23118.000193/2012-29
- ✓ Fornecedor: Secretaria de Estado da Educação
- ✓ Fiscais:
- ✓ PORTARIA N° 451 2013 – PRAD Ezenice Costa de Freitas
- ✓ PORTARIA N° 451 2013 – PRAD João Bernardino de Oliveira Neto (substituto)
- ✓ Vigência: 07/10/2013 - 06/10/2018
- ✓ Valor: 0,00

✓ Objeto: Realização de estágio curricular obrigatório e não obrigatório por parte dos acadêmicos regularmente matriculados pela UNIR, no âmbito de competência da Concedente, preparando-os para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do

exercício de atividades correlatas a sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino.

- ✓ DOU 209 - 3 - 37 – 28102013
- ✓ Nota de Empenho: Não informado
- ✓ *Status*: Vigente

3.8 Representação gráfica do perfil de formação do Curso de Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)

No quadro abaixo apresentamos uma representação gráfica do perfil de formação que pode ser identificada pela seguinte legenda cromática.

Eixos: Formação complementar está representado pela cor (VERDE); Língua Portuguesa e Linguística está representado pela cor (AZUL); Literatura está representado pela cor (VERMELHA); Disciplinas Optativas está representado pela cor (AZUL ESCURO); Estágios Supervisionados estão representados pela cor (PRETA);



3.9 Avaliações e metodologias de ensino

3.9.1 Avaliação institucional

A avaliação institucional interna é realizada pela Comissão Própria de Avaliação da UNIR-CPAv, obedecendo a Lei 10.861/2004, a qual institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); a Portaria do MEC nº 2051/ 2014; Instruções Normativas INEP decorrentes, em especial, das normativas preconizadas na Portaria Normativa nº40/2007, com redação dada pela Portaria Normativa 24/2012 e Decreto 5.773/2006, com alteração dada pelo Regimento da CPAV exposto pela Resolução nº 021/2013, CONSUN, UNIR.

A proposta de avaliação institucional é de responsabilidade da CPAV/UNIR instituída pelas Portarias nº1114/GR/UNIR, de 28 de outubro de 2014, complementada com a Portaria nº 099/2015/GR/UNIR, de fevereiro de 2015.

De acordo com a Resolução nº 021/2013, CONSUN, UNIR a CPAV é constituída pela Presidência, Secretária Executiva e Unidades Descentralizadas, por representação da CPAV nos *campi*. As Unidades descentralizadas são constituídas por um membro docente, um membro técnico, um membro discente e um membro da sociedade civil, bem como seus respectivos suplentes.

Cabe à Comissão Própria de Avaliação Institucional, segundo o Art. 2º da Resolução 021/2013/CONSUN, “assessorar, acompanhar, monitorar e mobilizar a UNIR em torno da execução da Política de Avaliação Institucional, observada a legislação pertinente em vigor”.

Além disso, com base nos Instrumentos de Avaliação de Curso criados e testados pela CPAV no ano de 2015, o Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem (DACL), através de seu Conselho, considerando que já existe um questionário pronto, partirá dele, se necessário, para aplicar (quando oportuno) a própria avaliação. Dessa forma, acreditamos que conseguiremos medir realmente as melhorias e as deficiências do Curso de Letras.

3.9.2 Avaliação interna do PPC

Cabe ao NDE do curso fazer o processo de autoavaliação. Assim esse processo autoavaliativo dar-se-á ordinariamente a cada dois anos e, extraordinariamente, sempre que se

fizer necessário, para atender às alterações no sistema pedagógico ou às legislações. Sendo a convocação do NDE tratada em regimento específico.

3.9.3 Avaliação do processo de ensino aprendizagem

O processo de avaliação será contínuo e cumulativo com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A nota das disciplinas será de 0 (zero) a 100 (cem) pontos; a nota mínima para a aprovação é de 60 (sessenta) pontos, o aluno que obtiver nota inferior a 60 (sessenta) terá direito a uma avaliação repositiva, conforme os critérios estabelecidos na Resolução 251/CONSEP/1997, ainda em vigor no âmbito da UNIR.

Independentemente da nota, o aluno que tiver um número de faltas superior a 25% da carga horária total da disciplina estará reprovado, sem direito à prova repositiva, ficando resguardadas as ausências legais estabelecidas em lei.

3.9.4 Metodologias de ensino

As aulas serão expositivas, dialogadas e reflexivas, com vistas a levar o aluno à ação-reflexão-ação. Haverá leituras orientadas e discussão de textos; leitura extraclasse; pesquisas socializadas em sala de aula e fora dela; trabalhos/exercícios individuais e/ou em grupo; discussões; apresentação de seminário(s); comunicações, etc.

Para a ministração das aulas será considerado também o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural tanto dos docentes como dos discentes.

O processo de avaliação da aprendizagem ocorrerá em diferentes momentos. A avaliação será processual, contínua e diagnóstica. Desse modo, a avaliação qualitativa da disciplina terá como referência os seguintes critérios:

✓ **Postura do acadêmico:** assiduidade, pontualidade na entrega dos trabalhos e atividades propostas, participação, compromisso e responsabilidade com as tarefas e leituras propostas, atitude positiva para a pesquisa e para o estudo, postura crítica e fundamentada nos debates realizados em sala.

✓ **No campo do conhecimento:** domínio do conteúdo abordado em sala, fundamentação teórica nas exposições oral e escrita.

✓ **Produção escrita:** clareza e coerência das ideias, fundamentação destas, consistência dos argumentos, correção gramatical, uso das normas da ABNT.

✓ **Exposição oral:** clareza e correção da exposição nos debates e seminários, fundamentação teórica nas reflexões expostas em sala, postura democrática para discutir ideias diferentes, atitude crítica e fundamentada frente aos temas debatidos.

3.10 A proposta curricular

Tendo como fundamento as bases legais e os princípios norteadores, até aqui apresentados, foi construída a proposta curricular que apresentamos a seguir:

3.10.1 Descrição dos requisitos para integralização de currículo

Para a integralização do curso o discente deve cumprir com a seguinte carga horária:

Créditos obrigatórios	Carga Horária	Créditos
Créditos em disciplinas obrigatórias	2.200	110
Créditos em carga horária prática inserida na carga horária dos conteúdos técnico-culturais	440	22
Créditos em disciplinas optativas	200	10
Créditos em Estágio Supervisionado	400	20
Totais	3.240	162

Além de cumprir esses 162 créditos, o discente deverá, quando convocado, submeter-se ao ENADE, uma vez que o mesmo é requisito obrigatório para a integralização do currículo, conforme Portaria nº 40/MEC.

3.10.2 Proposta da Matriz Curricular por períodos

PRIMEIRO PERÍODO:

DISCIPLINA	CÓD⁸.	CH-Teórica	CH-Prática	CRED.	PRÉ-REQ.
Português Instrumental		60	20	04	---
Introdução à Linguística		60	---	03	---
Metodologia Científica		80	---	04	---
Teoria da Literatura I		60	20	04	---

⁸ Os códigos das disciplinas serão definidos pela Diretoria de Tecnologia e Informação (DTI) da UNIR.

Filosofia da Linguagem		60	--	03	---
Totais do Período:					
a. Carga horária teórica: 320					
b. Carga horária prática: 40					
c. Carga horária Total: 360					
d. Total de Créditos: 18					

SEGUNDO PERÍODO:

DISCIPLINA	CÓD.	CH-Teórica	CH-Prática	CRED.	PRÉ-REQ.
Fonética e Fonologia		80	---	04	---
Culturas Indígenas		60	20	04	---
Morfologia Geral		80	---	04	---
Teoria da Literatura II		60	20	04	---
DO		60	---	03	---
Totais do Período:					
a. Carga horária teórica: 340					
b. Carga horária prática: 40					
c. Carga horária total: 380					
d. Total de Créditos: 19					

TERCEIRO PERÍODO:

DISCIPLINA	CÓD.	CH-Teórica	CH-Prática	CRED.	PRÉ-REQ.
Psicologia Educacional		60	20	04	---
Introdução à Sintaxe		80	---	04	---
Morfologia do Português		80	---	04	---
Literatura Portuguesa I		80	---	04	---
DO		60	---	03	---
Totais do Período:					
a. Carga horária teórica: 360					
b. Carga horária prática: 20					
c. Carga Horária Total: 380					
d. Total de Créditos: 19					

QUARTO PERÍODO:

DISCIPLINA	CÓD.	CH-Teórica	CH-Prática	CRED.	PRÉ-REQ.
Legislação de Ensino.		80	---	04	---
Sintaxe do Português		80	---	04	---
Literatura Portuguesa II		80	---	04	---
Literatura Brasileira I		60	20	04	---
Sociolinguística e Dialetoologia		60	20	04	---
Totais do Período:					
a. Carga horária teórica: 360					
b. Carga horária prática: 40					
c. Carga horária Total: 400					
d. Total de Créditos: 20					

QUINTO PERÍODO:

DISCIPLINA	CÓD.	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CRED.	PRÉ-REQ.
Literatura Brasileira II		60	20	---	04	---
Semântica e Pragmática		60	20	---	04	---
Didática I		60	20	---	04	Legis. de Ensino
Língua Latina		80	20	---	05	---
Estágio Supervisionado I - Observação		---	---	100	05	---
Totais do Período: a. Carga horária teórica: 260 b. Carga horária prática: 80 c. Carga horária de estágio: 100 d. Carga Horária Total: 440 e. Total de Créditos: 22						

SEXTO PERÍODO:

DISCIPLINA	CÓD.	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CRED.	PRÉ-REQ.
Didática II		60	20	---	04	Didática I
TCC - Elaboração do Projeto		20	40	---	03	Metodologia
Filologia Românica		60	---	---	03	---
Literatura Brasileira III		60	20	---	04	---
Estágio Supervisionado II - Observação		---	---	100	05	---
Totais do Período: a. Carga horária teórica: 200 b. Carga horária prática: 80 c. Carga horária de estágio: 100 d. Carga horária total: 380 e. Total de Créditos: 19						

SÉTIMO PERÍODO:

DISCIPLINA	CÓD.	Ativ. Compl.	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CRED.	PRÉ-REQ.
LIBRAS			60	20	---	04	---
Literaturas Africanas de Língua Portuguesa			60	20	---	04	---
DO			60	---	---	03	---
DO			60	---	---	03	---

Estágio Supervisionado - III Regência			---	---	100	05	---
Atividades Complementares I		100				05	
Totais do Período: a. Carga horária teórica: 240 b. Carga horária prática: 40 c. Atividades Complementares: 100 d. Carga horária de estágio: 100 e. Carga horária total: 480 f. Total de créditos: 24							

OITAVO PERÍODO:

DISCIPLINA	CÓD.	Ativ. Comp.	CH Teórica	CH Prática	CH Estágio	CRED.	PRÉ-REQ.
DO		---	60	---	---	03	---
Literatura Regional/ Amazônica		---	60	20	---	04	
TCC - Produção e Defesa		---	20	60	---	04	TODAS ⁹
Estágio Supervisionado IV – Regência		---	---	---	100	05	---
Atividades Complementares II		100	---	---	---	05	---
Totais do Período: a. Carga horária teórica: 140 b. Carga horária prática: 80 c. Carga horária atividades complementares durante o curso: 100 d. Carga horária de estágio: 100 e. Carga horária total: 420 f. Total de créditos: 21							

3.10.3 Disciplinas divididas por eixo temático de formação

Como se pode perceber, a Matriz Curricular proposta compõe eixos de formação conforme definido na legislação anteriormente apresentada. A seguir, apresentamos essas disciplinas divididas em seus respectivos eixos de formação:

⁹ Obs.: O Pré-requisito de todas as disciplinas que compõe a Grade Curricular compreende desde o primeiro até o sétimo período. Ademais, em se tratando do oitavo período, o acadêmico poderá cursar a disciplina TCC-Produção e defesa desde que esteja devidamente apto a ser matriculado nas disciplinas oferecidas regularmente no referido período e não esteja pendente em nenhuma disciplina em períodos anteriores.

Eixo temático de formação em Língua Portuguesa e Linguística (LPL)

Disciplinas	Código	C.H
Português Instrumental		80
Introdução à Linguística		60
Filosofia da Linguagem		80
Fonética e Fonologia		80
Língua Latina		100
Morfologia Geral		80
Morfologia do Português		80
Introdução à Sintaxe		80
Sintaxe do Português		80
Semântica e Pragmática		80
Filologia Românica		60
Sociolinguística e Dialetoлогия		80

Carga horária total do eixo: 940 horas

Eixo temático de formação na Área de Literatura (LI)

Disciplinas	Código	C.H
Teoria da Literatura I		80
Teoria da Literatura II		80
Literatura Portuguesa I		80
Literatura Portuguesa II		80
Literatura Brasileira I		80
Literatura Brasileira II		80
Literatura Brasileira III		80
Literatura Africana de Língua Portuguesa		80
Literatura Regional/Amazônica		80

Carga horária total do eixo: 720 horas

Eixo temático de Formação Complementar (FC)

Disciplinas	Código	C.H
--------------------	---------------	------------

Metodologia Científica		80
Psicologia Educacional		80
Culturas Indígenas		80
Didática		80
Legislação de Ensino		80
TCC – Elaboração do Projeto		60
TCC – Produção e Defesa		80
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)		80

Carga horária total do eixo: 620 horas

Eixo temático de Formação Diversificada (FD)

Disciplinas	Código	C.H
DO I - Análise de Discurso		60
DO II - Culturas Africanas e Afro-Brasileiras		60
DO III - Educação e Política Linguística		60
DO IV - Literatura Infanto-Juvenil		60
DO V - Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino		60
DO VI - Produção do texto acadêmico		60
DO VII – Metodologia de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos		60
DO VIII - Erotismo na Literatura		60
DO IX - Linguagem e sexualidade		60
DO X – Semiótica		60
DO XI - Linguística Bantu		60
DO XII - Leitura e Produção de Textos		60
DO XIII – Introdução à Literatura Fantástica		60
DO XIV – Literatura Contemporânea		60

Carga horária mínima exigida do eixo 300 horas

Estágio Supervisionado (ES)

Disciplinas	Código	C.H
Estágio Supervisionado I – Observação		100

Estágio Supervisionado II – Observação		100
Estágio Supervisionado III – Regência		100
Estágio Supervisionado IV – Regência		100

Carga horária mínima exigida do eixo 400 horas

3.10.4 Totais do Curso em carga horária e créditos

Como se pode verificar abaixo, a Matriz Curricular proposta ultrapassa os mínimos legais exigidos pela Resolução nº 02 CNE/CP de 01/07/2015, sem, contudo, tornar-se excessivamente extensa.

Carga horária conteúdo técnico-cultural	2.200 horas (mínimo legal: 2.200 h)
Carga horária prática inserida	440 horas (mínimo legal: 400h)
Carga horária de estágio supervisionado	400 horas (mínimo legal: 400h)
Atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes	200 horas (mínimo legal: 200h)
Carga horária total do curso	3.240 horas (mínimo legal: 3.200h)
Total de créditos:	162 créditos de 20 horas (mínimo legal: 160 créditos)
Tempo mínimo de integralização:	8 semestres (mínimo legal: 8 semestres)
Tempo máximo de integralização	14 semestres (máximo legal: não definido)

3.10.5 Atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes

Constituem-se atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes toda a atividade que proporcione formação em caráter complementar do currículo pleno, cujos conhecimentos sejam relevantes ao processo ensino-aprendizagem e contribuam para a concepção de preparação humanista do perfil profissional almejado pelo Curso de Letras-Língua Portuguesa (Licenciatura) da UNIR. Essas Atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes são parte integrante do currículo e pertinentes à formação acadêmica na área.

As duzentas horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes a serem realizadas ao longo do curso serão distribuídas da seguinte forma:

- ✓ atividades extracurriculares realizadas na UNIR;
- ✓ atividades extracurriculares realizadas em outras Instituições ou Órgãos;
- ✓ participação de forma ativa ou passiva, ou seja, na condição de participante ou palestrante, instrutor, apresentador, coordenador, conferencista, etc.

As atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes apresentam os seguintes objetivos:

- ✓ estimular a participação do aluno em atividades diversificadas que contribuam para a formação profissional;
- ✓ complementar o currículo pedagógico vigente;
- ✓ ampliar o nível do conhecimento bem como de sua prática para além da sala de aula;
- ✓ favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais.

Somente serão reconhecidas as atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes que forem aprovadas e registradas pela Coordenação do Curso. Não serão consideradas as atividades realizadas antes do ingresso no Curso. Cada uma das atividades fica limitada a um terço da carga horária total de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes.

Caberá à chefia de Departamento/Coordenador(a) do curso em conjunto com o CONDEP (Conselho Departamental), em sessão extraordinária convocada para este fim, deferir/validar/deliberar o aproveitamento das atividades complementares, analisado por comissão instituída, considerando os critérios e instrumentos de avaliação, tendo como referência as modalidades de participação, carga horária e créditos previstos, conforme apresentação de documento hábil (certificados, diplomas, declarações etc.). Assim que for concluída a apreciação dos documentos apresentados, o resultado, em horas, será encaminhado à Secretaria de Controle Interno (SERCA) com registro de todas as avaliações procedidas.

O registro no Histórico Escolar será feito pela SERCA mediante processo individualizado, provido no período da formatura para integralizar a totalidade de carga horária. Constará, no Histórico Escolar, o registro das atividades complementares em carga horária (total), especificando as atividades realizadas. Será em forma de duas disciplinas de

100 horas: Atividades Complementares I e II, as quais serão lançadas no Sistema Integrado de Gestão Universitária-SINGU nos 7º e 8º Períodos do Curso, respectivamente.

CÔMPUTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES		
01	Participação em Seminários, palestras, jornadas pedagógicas, fóruns ou eventos de natureza acadêmica e/ou profissional, de abrangência nacional e internacional, promovidos por órgãos credenciados pelo MEC.	Carga horária do certificado, transformada em número de horas.
02	Participação como ministrante de minicursos e/ou palestras em eventos ou cursos de Extensão Universitária.	Carga horária do certificado mais 4 horas
03	Assessoria em cursos de Extensão Universitária.	50% da carga horária do certificado, não podendo acumular com a participação do evento.
04	Apresentação de trabalho e/ou publicação em anais em eventos científicos.	Publicação e apresentação. - 10h Publicação ou apresentação - 5h
05	Bolsista de Iniciação Científica ou de Extensão na UNIR, com carga horária de 08 horas semanais. (O PIBID possui essa carga-horária).	32h
06	Bolsista de Iniciação Científica ou de Extensão na UNIR, com carga horária de 12 horas semanais.	30h
07	Bolsista de Iniciação Científica ou de Extensão na UNIR, com carga horária superior a 12h semanais	40h
08	Publicação de artigos e resenhas em revista da área.	15 horas por trabalho publicado.
09	Publicação de resumo expandido, artigos e resenhas em congressos da área	10 horas por trabalho publicado.
10	Curso de disciplina de formação geral ou específica, de trinta horas ou mais, não pertencentes à grade	Carga horária registrada

	curricular do Curso, mas provenientes de área afim.	
11	Participação em palestras, seminários e eventos de natureza acadêmica promovidos pelo DACL	Cada 1 hora vale 1 hora de registro. Máximo 20h/ano
12	Monitoria voluntária na UNIR, na área de formação de Letras. - 120h até 200h - superior a 200h	É considerado o dobro de horas ministradas, sendo: 2h por semana = 4h/a 4h por semana = 8h/a
13	Monitoria paga na UNIR, na área de formação de Letras.	É considerada a quantidade de horas do certificado
14	Participação voluntária em projetos de Extensão ou outros projetos comunitários relacionados à área de Letras.	Idem itens 5 e 6
15	Participação como Líder de turma (Declaração expedida pelo Chefe de Departamento e homologada pelo CONDEP)	4h por período.
16	Representante Discente (Declaração expedida pelo Chefe de Departamento e homologada pelo CONDEP)	20h (gestão de 02 anos)

3. 10. 6 Tabela de equivalências entre as Matrizes: Antiga *versus* Nova

A seguir listamos uma tabela que contempla seis colunas, sendo a primeira, segunda e terceira correspondente à Matriz Antiga do curso e a quarta, quinta e sexta correspondente à Matriz Nova.

Lado a lado é possível verificar as principais mudanças de nomenclatura, cargas horárias, estágio supervisionado e disciplinas que podem ser aproveitadas em caso de migração de matrizes e também quando do aluno desistente solicitar ser reintegrado este poderá requerer os devidos aproveitamentos de disciplinas.

Nome da Disciplina da Matriz Antiga	CH Teórica	CH Prática	Nome da Disciplina da Matriz Nova	CH Teórica	CH Prática
Língua Portuguesa I	80	20	Português Instrumental	60	20

Linguística I	40	20	Introdução à Linguística	60	---
Filosofia	60	-	Filosofia da Linguagem	60	
Met. Científica	40	20	Metodologia Científica	40	20
Cultura Grega	40	-	S/E ¹⁰		
Língua Portuguesa II	80	20	Morfologia Geral	80	
Linguística II	40	20	Fonética e Fonologia	80	
Teoria da Literatura I	40	20	Teoria da Literatura I	60	20
Psicologia Educacional	100	-	Psicologia Educacional	60	20
Sociologia	60		S/E		
Língua Portuguesa III	80	20	Morfologia do Português	80	
Linguística III	40	20	Sociolinguística e Dialectologia	60	20
Teoria da Literatura II	40	20	Teoria da Literatura II	60	20
Disciplina Opcional I	40	-	DO	60	
Disciplina Opcional II	40	-	DO	60	
Disciplina Opcional III	40	-	DO	60	
Disciplina Opcional IV	40	-	DO	60	
Língua Portuguesa IV	80	20	Morfologia do Português	80	
Linguística IV	-	60	S/E		
Literatura Portuguesa I	80	20	Literatura Portuguesa I	80	
Disciplina Opcional V	40	-	DO	60	
Disciplina Opcional VI	40	-	DO	60	
Disciplina Opcional VII	40	-			

¹⁰ S/E – Disciplina Sem Equivalência entre as Matrizes: Antiga e Nova.

Língua Portuguesa V	80	20	Introdução à Sintaxe	80	
Literatura Brasileira I	80	20	Literatura Brasileira I	60	20
Literatura Portuguesa II	80	20	Literatura Portuguesa II	80	
Disciplina Opcional VIII	40	-	S/E		
Disciplina Opcional IX	40	-	S/E		
Língua Portuguesa VI	80	20	Sintaxe do Português	80	
Língua Latina I	40	20	Língua Latina	80	20
Literatura Brasileira II	80	20	Literatura Brasileira II	60	20
Didática	60	40	Didática I	60	20
Disciplina Opcional X	40	-	DO		
Língua Portuguesa VII	80	20	Semântica e Pragmática	60	20
Literatura Brasileira III	80	20	Literatura Brasileira III		
Língua Latina II	40	20	DO		
Legislação de Ensino	60	40	Legislação de Ensino	80	
Disciplina Opcional XI	40	-	DO		
Língua Portuguesa VIII	80	20	DO	40	20
TCC	20	40	TCC - Produção e Defesa	20	60
Exercício de Regência	-	60	Estágio Supervisionado I - Observação		100
Filologia Românica	60	-	Filologia Românica	60	
Disciplina Opcional XII	40	-	DO	40	

3.11 Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade de formação complementar que visa à divulgação pública da produção acadêmica como forma de demonstrar os níveis de

aprendizagem alcançados ao longo da formação na graduação. Desenvolvido no último período do curso, e compreenderá a realização de uma das seguintes atividades possíveis:

i) elaboração individual de uma monografia (no mínimo 30 páginas, fora anexos), sobre um tema específico da formação técnica da área de Letras-Língua Portuguesa e respectivas Literaturas de Língua Portuguesa, com auxílio de orientador;

ii) elaboração, individual ou em dupla, de um artigo científico (no mínimo 10 páginas) sobre um tema específico da formação técnica da área de Letras-Língua Portuguesa e respectivas Literaturas de Língua Portuguesa, com auxílio de orientador;

iii) preparação e apresentação de uma peça teatral (monólogo ou grupo), incluída a adaptação do roteiro e os demais preparativos exigidos para esta atividade (conforme documento em anexo), com auxílio de orientador.

Observa-se que:

✓ as atividades propostas nos itens “i”, “ii” e “iii” deverão ser apresentadas publicamente diante de banca examinadora composta de, no mínimo, dois docentes do quadro permanente e um membro externo devidamente autorizado pelo colegiado do curso, sendo um deles, obrigatoriamente, o docente orientador do trabalho;

✓ a nota atribuída ao discente pela banca se constituirá da somatória da nota do orientador e a nota dos membros da banca.

Os orientadores das atividades de TCC deverão ser:

✓ docentes do quadro permanente do Departamento;

✓ docentes convidados para tanto, com formação mínima de Especialista ou cursando Mestrado na área específica do trabalho desenvolvido, docentes desta Instituição ou credenciados pelo colegiado do curso, a pedido, mediante apresentação de carta de aceite e aprovação do CONDEP.

✓ docente de outra instituição a pedido e mediante aprovação do CONDEP.

O TCC, sendo uma disciplina comum da Matriz Curricular, compartilha o mesmo caráter de aprovação e reprovação que as demais disciplinas. O discente que for reprovado no TCC deverá efetuar novamente sua matrícula na disciplina assim que for ofertada e cursá-la novamente de forma integral.

3.12 Ementário

3.12.1 Carga horária prática das disciplinas

A carga horária prática das disciplinas será ministrada na forma de:

- ✓ leituras orientadas;
- ✓ análise de livros didáticos;
- ✓ atividades em comunidades rurais, ribeirinhas, indígenas e quilombolas;
- ✓ pesquisas com cidadãos guajaramirenses ou advindos de outras localidades do estado, do país ou estrangeiros;
- ✓ atividades em estabelecimentos, tais como: APAE, Pestalozzi, Centro Despertar e associações diversas.

Cientes de que o ensino superior trará ao acadêmico as exigências de uma maior autonomia, as metodologias de ensino serão sistematizadas com a finalidade de ofertar, ao discente, mecanismos que subsidiem o desenvolvimento de suas competências e habilidades. Enquanto que ao docente lhe cabe exercer a função de orientador.

Assim, serão considerados alguns aspectos a serem desenvolvidos e avaliados na postura do acadêmico, ratificamos o item 3.9.4, p. 49, a saber: postura do acadêmico (assiduidade, pontualidade na entrega dos trabalhos e atividades propostas, participação, compromisso e responsabilidade com as tarefas e leituras propostas, atitude positiva para a pesquisa e/ou para o estudo, postura crítica e fundamentada nos debates realizados em sala); conhecimento (domínio do conteúdo abordado em sala, fundamentação teórica nas exposições oral e escrita); produção escrita (clareza e coerência das ideias, fundamentação destas, consistência dos argumentos, correção gramatical, uso das normas da ABNT); exposição oral (clareza e correção da exposição nos debates e seminários, fundamentação teórica nas reflexões expostas em sala, postura democrática para discutir ideias diferentes, atitude crítica e fundamentada frente aos temas debatidos). O objetivo de enfatizarmos estes procedimentos incide no sentido de mostrar ao acadêmico o ponto de partida para todos aqueles que desejam iniciar ou aprimorar as suas habilidades, tanto para pesquisar quanto para elaborar trabalhos acadêmicos/científicos e profissionais e, por conseguinte, qualificados de forma efetiva.

3.12.2 Temas afro-brasileiros, africanos, indígenas e inclusão social

Os temas afro-brasileiros, africanos, indígenas e inclusão social serão sistematicamente inseridos em todas as disciplinas e não só em disciplinas específicas, atendendo à legislação em vigor.

3.12.3 Disciplinas opcionais

Durante o curso, serão ofertadas 14 disciplinas opcionais, sendo que o aluno deverá cursar um mínimo de 5 (cinco) disciplinas e computar o mínimo de 300 horas. Na oferta das disciplinas opcionais, o Departamento fará o devido esclarecimento à comunidade acadêmica, quanto à escolha das mesmas.

O discente, a critério do Conselho de Departamento, poderá proceder a aproveitamento de disciplinas cursadas em outros cursos da UNIR ou de outras instituições de ensino, desde que tais disciplinas sejam compatíveis em, pelo menos, 75% nos itens de carga horária e ementa. Tal procedimento é previsto no Calendário Acadêmico, sendo que o aluno deverá atentar para os prazos fixados.

3.12.4 Ementas por períodos

Apresentamos, a seguir, o ementário das disciplinas propostas para o curso, por semestre, observando que todo e qualquer componente curricular deve também buscar outras fontes de referências, preferencialmente, as contidas no Portal Capes/periódicos no endereço <http://www.periodicos.capes.gov.br/>.

✓ PRIMEIRO SEMESTRE

DISCIPLINA: PORTUGUÊS INSTRUMENTAL - CH. 80

Ementa: Revisão gramatical, coesão e coerência textual, produção de resumos, resenhas críticas e textos dissertativo-argumentativos, correspondência oficial: ofício, ata, memorando, circular; relatório, requerimento; atos administrativos: resolução, portaria, edital e certidão.

Objetivos: Aplicar as normas da Língua Portuguesa e os procedimentos argumentativos na produção de textos dissertativo-argumentativos; bem como proporcionar aos graduandos em Letras o uso da linguagem com eficácia, sabendo assumir a palavra com segurança, além de criar textos - tanto orais e/ou escritos - de maneira adequada às variadas situações do cotidiano no que compete à utilização dos diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade linguística valorizada socialmente, sabendo empregá-los nas variadas situações de comunicação que se apresentem.

Referências Bibliográficas

Básica:

MARTINS, Dileta Silveira & ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português instrumental**: de acordo com as normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Redação científica**. São Paulo: Atlas, 2012.

Complementar:

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 1997.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto**: leitura e redação. 16. ed. São Paulo: Ática, 2003.

GRANATIC, Branca. **Técnicas básicas de redação**. São Paulo: Scipione, 1995.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1987.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À LINGUÍSTICA - CH. 60

Ementa: Introdução à linguística: a linguística como ciência; principais estatutos epistemológicos; a história da linguística; métodos das principais escolas linguísticas; a variabilidade como traço fundamental das línguas.

Objetivos: Levar os graduandos a refletirem sobre a linguagem como elemento essencial no modo de viver, no que compete às interações com o outro pela qual a linguagem é ajuizada como ação situada que incide como partícipe da constituição da identidade individual e cultural dos sujeitos em suas variantes diatópicas, diafásicas e diastráticas.

Referências Bibliográficas**Básica:**

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral. I**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1991.

CÂMARA JR., J. Mattoso. **História da linguística**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2001.

Complementar:

BORBA, Francisco da Silva. **Introdução aos estudos linguísticos**. 12. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1979.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1960/1988.

LOPES, Edward. **Fundamentos da linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1995.

MARTINET, André. **Elementos de linguística geral**. Lisboa: Sá da Costa, 1991.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: CEN, 1998.

DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTÍFICA- CH. 80

Ementa: Conhecimento e Ciência. Conceitos e processos da pesquisa científica. Pesquisa Científica: etapas, modalidade, coleta e análise de dados. Trabalhos Acadêmicos: Projeto de pesquisa, delimitação da Pesquisa, tema, problema, objetivos e etapas do desenvolvimento. Informações sobre orientação do TCC- Monografia e Artigo Científico, conforme Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso o qual está anexado ao final deste documento.

Objetivos: proporcionar a produção de trabalhos conforme padrões científicos para assim dar suporte adequado às questões metodológicas de trabalhos científicos de pesquisa em nível de graduação por meio dos métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico; utilizar critérios de organização que caracterizam as principais etapas de um projeto de pesquisa, de uma pesquisa científica, de (TCC): artigos científicos, monografias, resenhas críticas, bem como relatório técnico-científico; promover a integração do acadêmico com a prática de pesquisa e utilização desta para o alcance de metas que visam uma formação de qualidade e posterior retorno em benefício à sociedade.

Referências Bibliográficas¹¹

Básica:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. São Paulo: Rêspel, 2011.

Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724: informação e documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2011.

DIETERICH Heinz. **Novo guia da pesquisa científica**. Blumenau: Edifurb. 2012.

ORLANDI, Eni. A autoria e interpretação. In: **Interpretação**. Petrópolis. Vozes, 1996.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

¹¹ Esta disciplina, mesmo apresentando bibliografias específicas, deverá e poderá ser atualizada mediante proposição do docente e pelo NDE do Curso, desde que consideradas as atualizações das normas da ABNT.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso de divulgação científica.** Campinas: FAPESP, 2000.

DISCIPLINA: TEORIA DA LITERATURA I - CH. 80

Ementa: Teoria Literária. Literatura. Os gêneros Literários. Os modelos estruturais das narrativas. Os gêneros narrativos. Os princípios e os elementos essenciais da análise estrutural da narrativa. Retórica, poética e poesia. Análise crítica de textos que envolvem poesia e prosa.

Objetivos: Preparar o discente a outras disciplinas literárias que se sucederão; servir de base inicial para o conhecimento e aprimoramento no âmbito de toda a literatura e das disciplinas afins no que compete levar o graduando a senso crítico literário sob as ações: ler, analisar e valorar a literatura e seus conceitos, suas funções e suas relações com outras artes no que tange ao fato literário e a criação literária.

Referências Bibliográficas

Básica:

AMORA, Antônio Soares. **Introdução à teoria literária.** 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução.** Tradução de Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GANCHÓ, Candida Vilares. **Como analisar narrativas.** São Paulo: Ática, 2006.

Complementar:

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

REUTER, Yves. **A análise da narrativa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

GOTLIB, Nadia Battella. **Teoria do conto.** São Paulo: Ática, 1987.

CANDIDO, Antonio. **A personagem de ficção.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é Literatura?** Trad. Carlos Felipe Moisés. 3. ed. São Paulo: Palas Athena, 2004.

DISCIPLINA: FILOSOFIA DA LINGUAGEM - CH. 60

Ementa: Estudo da reflexão acerca da linguagem; vinculação entre linguagem e filosofia; a constituição da Linguística como ciência. A linguagem como o universo dos signos e o lugar da constituição da ideologia.

Objetivos: Levar o graduando a entender a linguagem como objeto e a análise linguística como método de investigação filosófica; utilizar-se da lógica como ferramenta indispensável

para entender a validade/invalidade da argumentação; investigar a linguagem e entender como esta é capaz de representar objetos do mundo real: apresentar, no cerne da Filosofia Contemporânea, a fragmentação do saber, culminante na questão da Linguagem e da necessidade de que esta seja logicamente constituída à luz do respeito à dignidade humana.

Referências Bibliográficas

Básica:

ALSTON, Willian. **Filosofia da linguagem**. São Paulo: Zahar, 1977.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

CASSIRER, Ernest. **Linguagem e Mito**. Trad. J. Guinsburg e Miriam Schnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Complementar:

CASSIRER, A. **A filosofia das formas simbólicas**. 3. ed. México: FCE, 1971.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 15. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978.

PENCO, Carlo. **Introdução à filosofia da linguagem**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PINKER, Steven. **O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

✓ **SEGUNDO SEMESTRE**

DISCIPLINA: FONÉTICA E FONOLOGIA - CH. 80

Ementa: Elementos de fonética articulatória e acústica; análise fonológica estrutural; fundamentos e análise da fonética e da fonologia, focalizando as distinções entre os dois domínios; aparelho fonador; tipos articulatórios; sistemas de transcrição fonética; unidades segmentais e suprasegmentais; simbolismo fonético; fonemas e alofones; traços distintivos; processos fonológicos; análise fonológica; aplicação ao ensino da língua materna.

Objetivos: Introduzir aos graduandos noções básicas dos estudos linguísticos; estabelecer as relações entre um som produzido e seus mecanismos de articulação; identificar fonemas e alofones, através da transcrição de dados de fala, e alguns processos fonológicos básicos do português brasileiro para levar o graduando a conhecer a produção, classificação, distribuição e organização dos sons da língua portuguesa, bem como discutir e construir posições com relação ao processo de ensino/aprendizagem da organização sonora e ortografia da língua portuguesa.

Referências Bibliográficas

Básica:

BORBA, F. S. **Introdução aos estudos linguísticos**. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1986.

CAGLIARI, L. C. **Análise fonológica**: uma introdução à teoria e à prática com especial destaque do modelo fonêmico. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

CÂMARA Jr., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

Complementar:

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de linguística**. Cultrix, SP, 1995.

FERREIRA NETO, W. **Introdução à fonologia da língua portuguesa**. São Paulo: Hedra, 2001.

JAKOBSON, R. **Fonema e fonologia**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1995.

SILVA, T. C. **Fonética e fonologia do português**. São Paulo: Contexto, 1999.

DISCIPLINA: CULTURAS INDÍGENAS - CH. 80

Ementa: Noções de história dos povos indígenas brasileiros; diversidade cultural indígena; cultura material e imaterial indígena: música, dança, artesanato, religião, política, pesca, caça; relações dos povos indígenas com o meio ambiente e com a produção de alimentos; territórios indígenas; troncos e famílias indígenas do Brasil; povos indígenas de Rondônia, com ênfase nas sociedades de Guajará-Mirim e Nova Mamoré; os povos indígenas e a Constituição Federal de 1988; a educação indígena e a LDB 9394/96; Lei 11.645/08.

Objetivos: Levar os graduandos a olhar e refletir as culturas dos povos indígenas para melhor entender suas maneiras próprias de pensar e entender suas atitudes diante de determinados fatos para assim valorizar o chamado conhecimento cultural de outros povos advindos da tradição oral e, por conseguinte, desenvolver a curiosidade pelas culturas e identidades tradicionais e pela igualdade de direitos.

Referências Bibliográficas

Básica:

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. Trad. Paola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2016.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas Brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1996.

Complementar:

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. **Introdução às línguas indígenas brasileiras**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1979.

JECUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio**. São Paulo: Peirópolis, 1998.

RAMIREZ, H. **Línguas arawak da Amazônia setentrional**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas. 2001.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades indígenas**. 5. ed. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1995.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Originalidade das línguas indígenas brasileiras**. Laboratório de Línguas Indígenas, IL. Universidade de Brasília. 8 pp. Linguagem, Cultura e Transformação, 2001.

DISCIPLINA: MORFOLOGIA GERAL - CH. 80

Ementa: Modelos de análise morfológica. Morfema, alomorfe e palavra. Identificação e classificação de morfemas e alomorfes. Processos morfofonológicos. Formação e classe de palavras em diversas línguas.

Objetivos: Introduzir os alunos nos estudos aprofundados da morfologia interna e externa da língua portuguesa e de outras línguas; estudar a palavra do ponto de vista da forma, ou seja, os termos centrais palavra e forma, ambos altamente indeterminados, além de comuns à linguagem técnica e à linguagem cotidiana e cambiantes, em diferentes visões do fenômeno linguístico; considerar que a morfologia se concentra na flexão; no objeto de estudo como paradigma ou esquema de variações de forma da palavra na expressão de categorias gramaticais.

Referências Bibliográficas**Básica:**

PETTER, M. M. T. Morfologia. In: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à lingüística II: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2003.

ROSA, M. C. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Contexto, 2000.

SÂNDALO, F. Morfologia. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à lingüística**. São Paulo: Contexto, 2001

Complementar:

ELSON, V. & PICKETT, V. **Introdução à morfologia e à sintaxe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

GLEASON Jr., H. A. **Introdução à lingüística descritiva**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

KOCH, I. e SOUZA E SILVA, M. C. P. **Linguística aplicada ao Português: morfologia**. São Paulo: Cortez, 2012.

SAUTCHUK, I. **Práticas de Morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo) sintática**. Barueri: Manole, 2010.

CARONE, F. de B. **Morfossintaxe**. 9. ed. São Paulo: Pama, 2004.

DISCIPLINA: **TEORIA DA LITERATURA II - CH. 80**

Ementa: As formas e a diversidade do texto literário. O texto, a ficção e a narração: os modos narrativos, as vozes narrativas. Definições dos conceitos fundamentais de poesia. Poesia e composição: estética moderna. Análise, crítica e interpretação de textos literários.

Objetivos: Levar o graduando a examinar os diversos gêneros, espécies e formas literárias para assim; refletir criticamente sobre a questão dos gêneros literários e sob essa perspectiva; articular o discurso literário, enquanto discurso de representação com outras modalidades discursivas no que compete desconstituir o texto literário nos seus diversos níveis e compreender a estrutura da linguagem no discurso literário.

Referências Bibliográficas

Básica:

CULLER, Jonathan. O que é Literatura e tem ela importância? In: **Teoria Literária: uma introdução**. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999.

MELO NETO, João Cabral. Poesia e composição. In: **Prosa**. Rio de Janeiro, 1997.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

Complementar:

ARAÚJO, Ricardo. **Poesia visual: vídeo poesia**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GOLDSTEIN, Norma. **Versos, sons, ritmos**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2000.

MELO NETO, João Cabral. Da função moderna da poesia. In: **Prosa**. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1997.

MORICONI, Ítalo. **A poesia brasileira do Século XX**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MENEZES, Philadelpho. **Poesia concreta e visual**. São Paulo: Ática, 1998.

DISCIPLINA: Psicologia Educacional - CH. 80

Ementa: Psicologia Moderna: histórico, objeto de estudo, escolas. Teorias da Personalidade e do Comportamento. Teorias Psicogenéticas e Educação. Desenvolvimento, Aprendizagem e Prática Educativa. Comportamento Humano: as emoções e o comportamento, as relações sociais, diversidade, sustentabilidade e dignidade humana.

Objetivos: Proporcionar a conscientização dos graduandos da importância da psicologia educacional, como uma psicologia aplicada, que trata do ensino aprendizagem em qualquer área educacional ou técnica, bem como desde a infância à adolescência, colaborando no ajustamento do ser humano às atividades que é levado a exercer no ambiente sociocultural.

Referências Bibliográficas**Básica:**

BOCK, Ana M. Bahia. et al. **Psicologias:** uma introdução ao estudo de psicologia. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

COLL, César, [et al.]. **Psicológico da educação.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira (Orgs.). **Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem:** questões conceituais, avaliação e intervenção. 2 ed. Campinas: Alínea, 2014.

Bibliografia Complementar:

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda. **Psicologia das habilidades sociais:** terapia e educação. 8. ed. São Paulo: Vozes, 2008.

FONTANA, Roseli; CRUZ, Nazaré. **Psicologia e trabalho pedagógico.** São Paulo: Atual, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

VYGOTSKY, Liev Semionovich. **Psicologia pedagógica.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

PATTO, Maria Helena Souza. **Psicologia e ideologia.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

DISCIPLINA: MORFOLOGIA DO PORTUGUÊS - CH. 80

Ementa: Processos de formação das palavras em português. Processos morfofonológicos. Aspectos da morfologia no ensino/aprendizagem do português como língua materna.

Objetivos: Introduzir aos alunos os estudos aprofundados da morfologia interna da língua portuguesa; estudar o sistema formal do português. Entender que a morfologia, assim como a sintaxe, a fonologia e a semântica, constitui um dos níveis da descrição linguística, voltando-se especialmente para a identificação e para a classificação das unidades formais de uma língua, tendo como objeto a descrição desde sua unidade mínima, o morfema até a unidade maior, a palavra.

Referências Bibliográficas

Básica:

KEHDI, V. **Morfemas do português**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Formação de palavras do português**. São Paulo: Ática, 2002.

BASÍLIO, M. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 2001.

Complementar:

CARONE, F. **Morfossintaxe**. São Paulo: Ática, 1990.

MONTEIRO, J. L. **Morfologia portuguesa**. Campinas: Pontes, 1991.

MATTOSO CÂMARA Jr., J. **Princípios de lingüística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1998.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

KEHDI, V. **Formação de palavras em Português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2007.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À SINTAXE - CH. 80

Ementa: Teorias sintáticas: escola estruturalista, funcionalista e gerativista. Análise sintática com base nos fenômenos linguísticos.

Objetivos: Levar o aluno a fazer um panorama das questões relacionadas à estrutura interna das sentenças e desenvolver discussões a respeito dos sintagmas, da combinação dos sintagmas e da distribuição dos sintagmas em diversas posições na sentença no que compete discutir os conceitos de gramática normativa, descritiva e internalizada e suas relações sintagmáticas de constituintes sintáticos.

Referências Bibliográficas

Básica:

FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à lingüística I: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**, v. 1. São Paulo: Cortez, 2001.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Contexto, 1997.

Complementar:

FARIA, I. H. et. al. **Introdução à lingüística geral e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1996.

MIOTO, C; SILVA, M. C. F; LOPES, R. E. V. **Novo manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2005.

PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola. 2010.

RAMOS, Z. **Descomplicado a análise sintática**. Série Descomplicando. Belém: Clube de Autores, 2011.

RAPOSO, E. **Teoria da gramática: a faculdade da linguagem**. Lisboa; Caminho, 1992.

DISCIPLINA: LITERATURA PORTUGUESA I - CH. 80

Ementa: Estudo da Literatura Portuguesa em seus fundamentos teóricos, estéticos. As principais obras dos autores dos períodos literários: Trovadorismo, Humanismo, Classicismo, Barroco, Arcadismo e Romantismo. Análise, textual e contextual de textos de expressão literária portuguesa do Trovadorismo ao Romantismo.

Objetivos: Estudar diacronicamente a Literatura Portuguesa das origens ao Romantismo, articulando as obras desses períodos com o contexto sociocultural do qual fazem parte para assim; desenvolver o senso crítico dos graduandos em relação ao processo artístico empreendido pelos agentes fundadores da tradição literária portuguesa que permanece presente ainda nos dias de hoje.

Referências Bibliográficas

Básica:

FERNANDES, Annie Gisele & SILVEIRA, Francisco Maciel. **A Literatura Portuguesa: visões e revisões**. São Paulo: Ateliê, 2009.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 1979.

SPINA, Segismundo. **Presença da Literatura Portuguesa: idade Média (vol. 1)**. 11. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006.

Complementar:

AMORA, Antônio Soares. **Presença da literatura portuguesa: era clássica**. São Paulo: Difel. 1961.

LEDO, Teresinha de Oliveira. **Manual de literatura: literatura portuguesa, literatura brasileira** São Paulo: DCL, 2001.

REUTER, Yves. **A análise da narrativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

SARAIVA, Antônio José. **História da literatura portuguesa**. Porto: Porto Editora, 1996.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa em perspectiva**. São Paulo: Atlas, 1994.

DISCIPLINA OPCIONAL - CH. 60 (Ver nas disciplinas opcionais)

✓ QUARTO PERÍODO

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO DE ENSINO - CH. 80

Ementa: Introdução aos aspectos históricos da legislação educacional. As reformas educacionais no contexto atual e suas implicações na estrutura e funcionamento do ensino e na organização do trabalho docente. Política e Legislação: aspectos determinantes do sistema de ensino brasileiro. A estrutura administrativa e normativa e as políticas públicas para a educação contemporânea. Democracia na Educação. Dignidade humana. Igualdade de direitos. Laicidade do Estado. Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades.

Objetivos: Analisar criticamente o percurso da legislação brasileira através do contexto histórico em que se deu, considerando como determinantes da política educacional os aspectos da realidade socioeconômico e política e a necessidade do(a) educador(a) compreender as leis para a efetivação de uma escola que esteja preocupada com o desenvolvimento de uma Educação Básica de Qualidade; conhecer e analisar os determinantes estruturais e conjunturais que fizeram emergir no setor educacional os dispositivos legais no que compete compreender as políticas públicas de educação como um conjunto de ações complexas que legitimam os elementos estruturantes da educação básica.

Referências Bibliográficas

Básica:

DEMO, P. **A nova LDB: ranços e avanços**. São Paulo: Cortez, 1997

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**. São Paulo: Loyola, 1985.

LUCKESI, C. **O papel do estado na educação**. Salvador: UFBA/EGBA, 1989.

Complementar:

AZEVEDO, J. M. L. de. **A Educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

FÁVERO, O. **A educação nas constituições brasileiras**. Campinas: Autores Associados, 1996.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

OLIVEIRA, R. P. de (org.) **Política educacional: impasses e alternativas**. São Paulo: Cortez, 1995.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1984.

DISCIPLINA: SINTAXE DO PORTUGUÊS - CH. 80

Ementa: A estruturação sintática do português do Brasil. Análise descritiva e explicativa. Gramaticalidade e uso. Aplicações ao ensino de português.

Objetivos: Introduzir aos alunos os estudos da sintaxe portuguesa dos períodos simples e compostos, construindo conceitos de base para a análise sintática funcional; propiciar aos graduandos a compreensão da estruturação sintática do Português e sua gramaticalidade e uso da língua, no sentido de analisar problemas e fatos sintáticos no uso da Língua Portuguesa para desenvolver a competência de realizar análise descritiva e explicativa da estrutura sintática do Português no que se refere à ocorrência de problemas de ordem sintática, tais como: falta de coerência interna, inadequação às realidades da língua contemporânea.

Referências Bibliográficas

Básica:

AZEREDO, J. C. de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha/Houais. 2008.

NEVES, M. H. M. **Que gramática ensinar na escola**. São Paulo: Contexto, 2003.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática. 2003

Complementar:

MIOTO, C; SILVA, M. C. F; LOPES, R. E. V. **Novo manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2005.

NEVES, M. H. M. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

PERINI, M. A. **Princípios de lingüística descritiva: introdução ao pensamento gramatical**. Parábola, 2006.

_____. **A gramática de usos do português.** São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

SILVA, M. C. F. **A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

DISCIPLINA: **SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA - CH. 80**

Ementa: Linguagem, língua e socialização. A língua como fato social. A língua como sistema variável e heterogêneo, em processo de mudança contínua. Variabilidade, variação, variantes e variedades. Fatores intra e extralinguísticos de variação. Os critérios intra- e extralinguísticos de delimitação. A anterioridade da dialetologia em relação à sociolinguística. Metodologia e objetivos distintos da dialetologia e da sociolinguística. A noção de “consciência linguística”, o preconceito linguístico, a sociolinguística quantitativa e a sociolinguística qualitativa. Glototanásia e glotogênese: as línguas crioulas. Sociolinguística e dialetologia dos falares brasileiros. Princípios de aquisição da língua materna.

Objetivos: Estudar a relação entre língua e sociedade por meio da Sociolinguística Qualitativa, Quantitativa, Interacional-Educacional e Aplicada. No caso do curso de letras, interessamo-nos pelo Português do Brasil e a variação linguística desse veículo de comunicação, de informação e de expressão entre os indivíduos da mesma espécie humana. Portanto, o objeto de estudo da Sociolinguística é a língua, isto é, o veículo linguístico de comunicação.

Referências Bibliográficas

Básica:

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica.** São Paulo: Parábola, 2002.

MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza. (Orgs.). 2. ed. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2004.

MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Ana Cristina (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** vol. 1, 2 e 3. São Paulo: Cortez, 2007.

Complementar:

COUTO, Hildo Honório do. **Ecolinguística. Estudo das relações entre língua e meio ambiente.** Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

SILVA, Luiz Antônio da (Org). **A língua que falamos, português: história, variação e discurso.** São Paulo: Globo, 2005.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro.** São Paulo, Parábola, 2004.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à (bio) lingüística: linguagem e mente**, São Paulo, Contexto, 2010

DISCIPLINA: LITERATURA BRASILEIRA I - CH. 80

Ementa: Conceito de literatura brasileira. A formação da literatura brasileira. A periodização literária: Barroco, Arcadismo e Romantismo. Instinto de nacionalidade: a origem e a autonomia da nacionalidade literária. Análise crítica e interpretação textual e contextual de textos (poesia e prosa) de expressão literária brasileira do Barroco ao Romantismo.

Objetivos: Possibilitar o conhecimento cada escola literária desde o quinhentismo clássico até o romantismo setecentista, no que compete o contexto social de cada escola literária e o contexto social e político que a fez surgir, para assim analisar e interpretar obras em prosa e verso de cada escola literária e levá-los a compreender a importância literária e histórica desses movimentos no Brasil e no mundo e ter aptidão para ler criticamente obras que façam parte desses contextos literários.

Referências Bibliográficas

Básica:

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

Complementar:

COUTINHO, A. **Conceito de Literatura Brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FARACO, C. E. **Literatura brasileira**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FORSTER, E. M. **Aspectos do romance**. São Paulo: Globo, 2005.

MASSAUD, M. **A literatura brasileira através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 1995.

TUFANO, D. **Estudos de literatura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

DISCIPLINA: LITERATURA PORTUGUESA II - CH. 80

Ementa: A literatura portuguesa em seus fundamentos teóricos e estéticos. Os períodos literários: Realismo, Simbolismo, Modernismo e contemporaneidade. O Cânone literário do Realismo à Literatura contemporânea. Análise crítica e interpretação textual e contextual de textos de expressão literária portuguesa do Realismo à contemporaneidade.

Objetivos: Estudar diacronicamente a Literatura Portuguesa do Realismo à Contemporaneidade, articulando as obras desses períodos com o contexto sociocultural do qual fazem parte para assim, desenvolver o senso crítico dos graduandos em relação ao processo artístico empreendido pelos agentes fundadores da tradição literária portuguesa que permanece presente ainda nos dias de hoje.

Referências Bibliográficas

Básica:

FERNANDES, Annie Gisele & SILVEIRA, Francisco Maciel. **A Literatura Portuguesa: visões e revisões.** São Paulo: Ateliê, 2009.

MOISÉS, Massaud. **Presença da literatura portuguesa: modernismo.** São Paulo: Saraiva, 1986.

_____. **A literatura portuguesa através dos textos.** São Paulo: Cultrix, 1994.

Complementar:

COELHO, Jacinto do Prado. **Diversidade e unidade em Fernando Pessoa.** São Paulo: Verbo/ EDUSP, 1977.

REUTER, Yves. **A análise da narrativa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

SARAIVA, Antônio José. **História da literatura portuguesa.** Porto: Porto, 1996.

_____. [et al.]. **História da literatura portuguesa.** Porto: Porto Editora, 1996.

SEABRA, José Augusto. **Fernando Pessoa ou o poetodrama.** São Paulo: Perspectiva, 1991.

✓ QUINTO PERÍODO

DISCIPLINA: DIDÁTICA I - CH. 80

Ementa: Objeto e métodos. A construção e a sistematização do conhecimento na escola. Tendências pedagógicas na prática escolar. Funções da didática. A didática e a prática educativa. Didática crítica e pesquisa. Planejamento e avaliação da aprendizagem em Língua Portuguesa. Procedimentos didáticos no ensino da Língua Portuguesa: o uso dos recursos didáticos e das TIC, o domínio de classe, a elaboração e a correção de avaliações e exercícios, o manejo de trabalhos de grupo e de atividades dinâmicas. A produção de material didático, o uso do livro escolar (didático) e alternativas didáticas ao uso do livro escolar. PCN de língua portuguesa (ensino fundamental e médio).

Objetivos: Oferecer um debate, com base na evolução histórica da educação e da didática no Brasil, sobre a prática educativa, visando o seu redimensionamento e ampliação da qualidade

de ensino; orientar o trabalho no sentido de uma articulação entre a generalidade das questões abordadas na didática e a especificidade das tarefas pedagógicas onde se entrelaçam a reflexão e a significação, as concepções e as ações, proporcionando um saber-fazer crítico; proporcionar uma fundamentação para o exercício da prática pedagógica em sua ação docente profissional.

Referências Bibliográficas

Básica:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDAU, Vera Maria. **A didática em questão.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CARVALHO, Irene Mello. **O processo didático.** 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1987.

Complementar:

GANDIN, Danilo. **Planejamento: como prática educativa.** 9. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1998.

NÉRICI, Imídeo Giuséppe. **Didática do ensino superior.** São Paulo: Ibrasa, 1993.

PILETTI, Claudino. **Didática geral.** 9. ed. São Paulo: Ática. 1988, 258 p.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.) **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal.** São Paulo: Cortez, 1997.

DISCIPLINA: LÍNGUA LATINA - CH. 100

Ementa: A língua latina e sua formação histórica. O sistema fonético latino. Morfologia nominal do latim. A expressão de gênero. O grau dos adjetivos. Noções preliminares da morfologia verbal. Iniciação à sintaxe. Tradução do latim/português/latim.

Objetivos: Levar o aluno a ter o conhecimento das estruturas básicas mínimas da língua latina que permitam uma abordagem inicial exploratória de textos latinos; fornecer subsídios para o aprofundamento de estudos do idioma vernáculo, de línguas românicas e de linguística geral, o que contribuirá para um maior conhecimento dos padrões nominais, verbais e sintáticos da Língua Portuguesa conforme a Gramática Normativa.

Referências Bibliográficas

Básica:

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina: curso único e completo**. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MONTAGNER, Airto Ceolin & AMÓS, Coêlho da Silva. **ARS LATINA: Curso prático de Língua latina**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

RONAI, Paulo. **Gradus primus: curso básico de latim**. Vol.1, São Paulo: Cultrix, 2007.

Complementar:

CARDOSO, Zélia de Almeida. **Iniciação ao latim**. São Paulo: Ática, 2001.

FURLAN, Osvaldo Antônio & BUSSARELLO, Raulino. **Gramática básica do latim**. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 1993.

GARCIA, Janet Melasso. **Introdução à teoria e prática do latim**. São Paulo: Brochura, 2008.

RONAI, Paulo. **Gradus secundus: curso básico de latim**. Vol. 2. São Paulo: Cultrix, 2007.

WILLIAMS, Edwin. **Do latim ao português**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2001.

DISCIPLINA: LITERATURA BRASILEIRA II - CH. 80

Ementa: A Literatura Brasileira que compreende o Realismo, Realismo-Naturalismo, o Parnasianismo, o Simbolismo e o Pré-Modernismo. Cânone Literário do Realismo, Realismo-Naturalismo, o Parnasianismo, o Simbolismo e o Pré-Modernismo. Análise crítica e interpretação textual e contextual de textos de expressão literária (poesia e prosa) do Realismo, Realismo-Naturalismo, o Parnasianismo, o Simbolismo e o Pré-Modernismo.

Objetivos: Levar o aluno a analisar e compreender os textos literários brasileiros do Realismo, Naturalismo, Parnasianismo e Simbolismo, Pré-Modernismo com vistas a formar e desenvolver o senso crítico por meio da realização de um estudo teórico-crítico, filosófico, histórico-social de cada período literário brasileiro para demonstrar a importância da Literatura Brasileira como criação estética integrada no contexto sociocultural brasileiro.

Referências Bibliográficas

Básica:

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

_____. **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

Complementar:

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MASSAUD, Moisés. **A literatura brasileira através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 1995.

NEJAR, Carlos. **História da literatura brasileira: da carta de caminha aos contemporâneos**. Porto Alegre: Ediouro, 2007.

NICOLA, José de. **Literatura Brasileira: das origens aos nossos dias**. 15. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

TELLES, Gilberto Mendonça. **Vanguardas européias e modernismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1975.

DISCIPLINA: SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA - CH. 80

Ementa: Dimensões da significação: sentido, referência. Significado lexical e relações de sentido (sinonímia, homonímia, polissemia, antonímia, hiponímia e hiperonímia). Significação e uso da linguagem: performatividade, atos de fala, implicaturas conversacionais. Enunciação e sentido. Origens da pragmática. Relação da pragmática com a sintaxe e a semântica.

Objetivos: Levar o graduando a refletir sobre a significação na língua e na linguagem e suas diferentes propostas de descrição e explicação em abordagens semânticas e pragmáticas; tratar de problemas específicos de significação, no que compete às questões de teorização sobre a significação: sentido e referência; sentido, língua e linguagem; sentido e subjetividade; definição da unidade significativa; estudar as relações e limites da significação: significação e verdade; significação e implicação; relações de significação entre palavras; significação e dêixis; significação e argumentação; significação e performatividade.

Referências Bibliográficas

Básica:

ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. São Paulo: Parábola, 2006.

CHIERCHIA, Gennaro. Três abordagens para a Semântica e seus limites. In: **Semântica**. São Paulo: Unicamp, 2003.

ILARI, Rodolfo. **Introdução à semântica: brincando com a gramática**. São Paulo: Contexto, 2001.

Complementar:

ILARI, Rodolfo. & GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. São Paulo: Ática, 1994.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. **Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2006.

MUSSAUM, Fernanda; BENTES, Anna. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PARRET, Herman. O objetivo e o domínio da pragmática. In: **Enunciação e pragmática**. São Paulo: FUNCAMP, 1998.

SILVA, Gustavo Adolfo Pinheiro da. **Pragmática**. Rio de Janeiro: Entrelivros, 2005.

DISCIPLINA: **ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – OBSERVAÇÃO - CH. 100**

Ementa: Desenvolvimento do estágio supervisionado presencial (observação e participação em atividades docentes) em estabelecimentos escolares da rede oficial de ensino, nas áreas de Língua e Literatura Portuguesa. Redação e Produção de Textos.

Objetivos: Capacitar o aluno, através da observação, a refletir a melhor forma de aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso por meio de experiências práticas, produzindo a aproximação da aprendizagem teórica ao contexto da realidade profissional, para assim, integrar os elementos envolvidos no processo escolar, buscando o sentido educacional norteador da ação educativa, no sentido de realizar a observação, a participação e a intervenção na realidade profissional no que compete em analisar, compreender e atuar na resolução de situações-problema características do cotidiano profissional.

Referências Bibliográficas

Básica:

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

Complementar:

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 1997.

FIORIN, José Luiz & SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2003.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

SACONI, Luiz Antonio. **Nossa Gramática completa: teoria e prática**. 30. ed. revisada de acordo com a nova ortografia. São Paulo: Nova Geração, 2010.

✓ SEXTO PERÍODO

DISCIPLINA: DIDÁTICA II - CH. 80

Ementa: Planejamento e avaliação da aprendizagem em Literaturas de Língua Portuguesa. Procedimentos didáticos no ensino da Literatura: o uso dos recursos didáticos e das TIC's, o domínio de classe, a elaboração e a correção de avaliações e exercícios, o manejo de trabalhos de grupo e de atividades dinâmicas. A produção de material didático, o uso do livro escolar (didático) e alternativas didáticas ao uso do livro escolar.

Objetivos: Desenvolver a sendo crítico do aluno sobre a importância do trabalho docente no cotidiano, de forma a garantir qualidade da aprendizagem; refletir a inter-relação, escola e trabalho e o relacionamento professor-aluno, no que diz respeito às competências, habilidades e atitudes características do professor no que se refere ao exercício de ensinar e aprender, ao currículo, ao planejamento e à avaliação; analisar e refletir os processos capacitadores para o exercício da docência; buscar abordar o ensino e a aprendizagem por meio de uma perspectiva política, histórica e cultural da Educação e do Conhecimento em conjunto às relações entre a escola, o currículo e a cultura, examinando-os à luz de considerações éticas, filosóficas, políticas e epistemológicas

Referências Bibliográficas

Básica:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDAU, Vera Maria. **A didática em questão**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CARVALHO, Irene Mello. **O processo didático**. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1987.

Complementar:

COSTA, Marta Morais da. **Metodologia do ensino da literatura infantil**. Curitiba: Ibpex, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GANDIN, Danilo. **Planejamento: como prática educativa**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas sul, 2000.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos, ARAÚJO, Maria Helena Santos e ALVIM, Maria Teonila de Faria (orgs.). **Metodologia e prática de ensino de língua portuguesa**. Uberlândia: EDUFU, 2007.

DISCIPLINA: LITERATURA BRASILEIRA III - CH. 80

Ementa: Da Semana da arte moderna à Contemporaneidade. Principais obras e autores da Semana da arte moderna, do pós-modernismo e da literatura contemporânea. As obras literárias recentes, representativas de diferentes tendências estéticas e ideológicas no século XXI. Análise crítica e interpretação textual e contextual de textos de expressão literária brasileira (poesia e prosa) que compreendem da Semana da arte moderna à literatura contemporânea.

Objetivos: Analisar e compreender textos literários brasileiros a partir das produções da Semana de Arte Moderna às produções contemporâneas com o intuito de formar e desenvolver o senso crítico dos graduandos através da realização de um estudo analítico teórico-crítico, filosófico, histórico-social de cada período literário brasileiro para, desse modo, demonstrar a importância da Literatura Brasileira como criação estética integrada no contexto sócio-cultural brasileiro, levando o discente a compreender a importância literária e histórica desses movimentos no Brasil e no mundo e ter aptidão para ler criticamente obras que façam parte desses períodos e contextos literários.

Referências Bibliográficas

Básica:

AZEVEDO FILHO, Leodegário de. et al. **Poetas do modernismo**. Coleção de literatura brasileira Volume 6: Estudos sobre a geração de 45, concretismo, práxis, poema-processo). Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1985.

CAMPOS, Augusto de e Haroldo de; PIGNATARI, Décio. **Teoria da poesia concreta**. São Paulo: Duas Cidades, 1975.

Complementar:

CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

CARVALHO, Alfredo Leme de. **Foco narrativo e fluxo de consciência**. São Paulo: Pioneira, 1981.

COSTA PINTO. Manuel da. **Literatura brasileira hoje**. São Paulo: Publifolha, 2004.

HELENA, Lúcia **Modernismo brasileiro e vanguarda**. São Paulo: Ática, 1986.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

SÁBATO, Ernesto. **Três aproximações à literatura de nosso tempo**. São Paulo: Ática, 1994.

DISCIPLINA: **FILOLOGIA ROMÂNICA - CH. 60**

Ementa: Visão evolutiva do latim vulgar para as modernas línguas românicas. Estudo histórico-comparativo de alguns aspectos das mesmas, tendo em vista a compreensão dos mecanismos de evolução e de funcionamento linguístico das referidas línguas, em especial a evolução do latim ao português.

Objetivos: Proporcionar aos graduandos em Letras, com base no latim vulgar, o melhor entendimento da origem e formação das línguas românicas, com ênfase à história interna e a história externa da língua portuguesa, considerando que a disciplina Filologia Românica é uma disciplina cujo objetivo primordial é levá-los pelos caminhos da história para desvendar o passado das línguas românicas e tomar conhecimento das condições linguísticas e extralinguísticas que propiciaram o nascimento dessas línguas e, em especial, da língua portuguesa; reconhecer que a história de uma língua é importante para entendermos o seu funcionamento hoje.

Referências Bibliográficas

Básica:

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1973.

ILARI, Rodolfo. **Linguística românica**. São Paulo: Ática. 2002.

WILLIAMS, Edwin Bucher. **Do latim ao português**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975

Complementar:

BISOL, Leda. (org.). **Introdução aos estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: PUCRS, 1999.

BYNON, Theodora. **Historical linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press. 1977

DUBOIS, Jeanetal. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 2006.

MAURER Jr., Theodoro Henrique. **A unidade da românia ocidental**. São Paulo: Boletim da Cadeira de Filologia Românica da FFCL-USP, 1951.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1995.

DISCIPLINA: TCC - ELABORAÇÃO DO PROJETO - CH. 60

Ementa: Elaboração do projeto de TCC, nas áreas específicas de Língua e Literatura Portuguesa e/ou Redação e Produção de Textos e/ou Linguística ou Peça Teatral, conforme Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso o qual está anexado ao final deste documento.

Objetivos: Auxiliar o discente no planejamento, organização e desenvolvimento do projeto de TCC - (artigo ou Monografia), bem como analisar as formas possíveis de estruturar os elementos componentes do projeto (capa e folha de rosto, sumário, título, dados de identificação do projeto, introdução, objetivos, referencial teórico, metodologia, plano de exposição, cronograma e referências bibliográficas).

Referências Bibliográficas

Básica:

FIORIN, José Luiz & SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto:** leitura e redação. 16. ed. São Paulo: ática, 2006.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto acadêmico:** técnicas de redação e de pesquisa científica. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia.** 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Complementar:

DIETERICH Heinz. **Novo guia da pesquisa científica.** Blumenau: Edifurb, 2012.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o Trabalho Científico:** elaboração e formatação. Explicação das Normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: 2009.

ORLANDI, Eni. **Autoria e interpretação.** 1996. In: Interpretação. Petrópolis: Vozes, 1996.

TACHIZANA, Takeshy & MENDES, Gildásio. **Como fazer uma monografia na prática.** 10. ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica:** subjetividade e heterogeneidade no discurso de divulgação científica. Campinas: Autores Associados, 2001.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – OBSERVAÇÃO - CH. 100

Ementa: Desenvolvimento do estágio supervisionado presencial (observação e participação em atividades docentes) em estabelecimentos escolares da rede oficial de ensino, nas áreas de Língua e Literatura Portuguesa, Redação e Produção de Textos.

Objetivos: Capacitar o discente, através da observação, a avaliar e refletir como aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso por meio de experiências práticas, produzindo a aproximação da aprendizagem teórica ao contexto da realidade profissional, para assim, integrar os elementos envolvidos no processo escolar, buscando o sentido educacional norteador da ação educativa, no sentido de realizar a observação, a participação e a intervenção na realidade profissional no que compete em analisar, compreender e atuar na resolução de situações-problema características do cotidiano profissional.

Referências Bibliográficas

Básica:

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

DIONÍZIO, Ângela Paiva. et. al. (Org.) **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro. Lucerna, 2005.

FAULSTICH, Enilde Leite de Jesus. **Como ler, entender e redigir um texto**. Petrópolis: Vozes, 2008.

Complementar:

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FARACO, Carlos Emílio & MOURA, Francisco Marto. **Língua e Literatura**. ed. 17, vols. 1, 2 e 3, São Paulo: Ática. 1997.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 1997.

FIORIN, José Luiz & SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2003.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das letras, 1998.

✓ SÉTIMO PERÍODO

DISCIPLINA: LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA - CH. 80

Ementa: Literatura Africana de países de Língua Portuguesa: Angola, Cabo Verde, Moçambique. Formação dos sistemas literários africanos. A literatura Africana como afirmação de identidade nacional e regional. As questões espaços rurais e urbanos, guerras coloniais, diáspora e antevisão de novos tempos. Análise crítica e interpretação textual e contextual de textos de expressão literária africana (poesia e prosa).

Objetivos: Estudar e apresentar ao discente um referencial histórico, literário e sociocultural da África lusófona, como fase interdisciplinar, necessária à apreensão desse universo literário, visando à percepção/comparação, no que compete às transformações ocorridas, num contexto pré/pós independência para que possam distinguir, nessa literatura, seus principais autores e obras, sob a perspectiva de uma produção nacional para assim, incorporar e refletir temáticas e situações africanas por meio de procedimentos de leitura crítico/analítica, contextualizada, de exemplares narrativos dessa literatura e nos parâmetros específicos dessa produção, tais como: negritude, colonialismo, aculturação, assimilação, hibridismo linguístico, humor, visão de mundo, tempo e espaço, tradições africanas no que compete refletir da transversalidade, vivencia e globalidade.

Referências Bibliográficas

Básica:

ABDALA JR., Benjamin. **Literatura, história e política**. São Paulo: Ateliê, 2007.

ANDRADE, Mário de. **Antologia temática da poesia africana**. Vols. 1 e 2, Lisboa: Sá da Costa, 1975.

BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

Complementar

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa (org.). **Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAVALEIRO, Eliane (org.) **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: *Summus*, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: *Summus/Selo Negro*, 2003.

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - CH. 80

Ementa: Cultura surda. História dos surdos. Estudo dos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais-Libras. Análise, prática e interpretação. Práticas pedagógicas na educação inclusiva. A importância da aquisição de LIBRAS. A igualdade de direitos e dignidade humana.

Objetivos: Apresentar os aspectos fundamentais da Língua de Sinais Brasileira-Libras; relacionar temas sobre a comunidade surda e as questões sociais e educacionais que a envolvem; apresentar os conteúdos para promover condições e direcionamentos a fim de que o discente se aprofunde na temática.

Referências Bibliográficas

Básica:

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2010.

QUADROS, Ronice Muller de & KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, C. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

Complementar:

CAPOVILLA, Fernando César & RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira I e II**. São Paulo: USP, 2001.

COUTINHO, Denise. **Libras e língua portuguesa: semelhanças e diferenças**. João Pessoa: Arpoador, 2000.

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto: curso básico, livro do estudante cursista**. Brasília: Programa nacional de apoio à educação dos surdos, MEC; SEESP; 2001.

SACKS, Oliver W. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALLES, Heloisa M. M. Lima et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para prática pedagógica**. 2 V., Programa nacional de apoio à educação dos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO III – REGÊNCIA - CH. 100

Ementa: Desenvolvimento do estágio supervisionado presencial: regência de atividades docentes em estabelecimentos escolares da rede oficial de ensino, nas áreas de Língua e Literatura Portuguesa, e Produção Textual.

Objetivos: Capacitar o discente, através da regência, a avaliar, refletir e aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso por meio de experiências práticas, produzindo a

aproximação da aprendizagem teórica ao contexto da realidade profissional, para assim, integrar os elementos envolvidos no processo escolar, buscando o sentido educacional norteador da ação educativa, no sentido de realizar a observação, a participação e a intervenção na realidade profissional no que compete em analisar, compreender e atuar na resolução de situações-problema características do cotidiano profissional, buscando associar os conhecimentos adquiridos e o trabalho didático às propostas estabelecidas no PCN de Língua Portuguesa.

Referências Bibliográficas

Básica:

DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Raquel & BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Org). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

LAJOLO, Marisa. **Literatura: leitores e leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.

OLIVEIRA, Maria Alexandre de. **Leitura prazer: interação participativa da criança com a literatura infantil na escola**. São Paulo: Paulinas, 1996.

Complementar:

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FARACO, Carlos Emílio & MOURA, Francisco Marto. **Língua e literatura**. 17. ed. Vols. 1, 2 e 3, São Paulo: Ática. 1997.

TRAVAGLIA, Luis Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

DISCIPLINA OPCIONAL (Ver nas opcionais). - CH. 60

DISCIPLINA OPCIONAL (Ver nas opcionais). - CH. 60

✓ OITAVO PERÍODO

DISCIPLINA: LITERATURA REGIONAL/AMAZÔNICA - CH. 60

Ementa: Literatura de expressão regional amazônica com destaque para a produção rondoniense. Investigação das diversas manifestações das artes Literárias instituídas e reelaboradas na e pela cultura popular no Estado de Rondônia, primando por um processo de busca e difusão da literatura regional. Análise crítica e interpretação textual e contextual de produções literárias da literatura regional rondoniense, considerando-a como reflexo da produção cultural popular e registro estético da história de Rondônia e da sustentabilidade sócio-ambiental da região.

Objetivos: Discutir e refletir o lugar que as literaturas de expressão amazônica, especialmente rondoniense, tanto oral quanto escrita, ocupam no ensino básico e acadêmico, considerando que o espaço delas é bem pequeno, devido à ausência de práticas de recepção artística, neste caso, as literárias; considerar a importância da literatura regional amazônica, e também rondoniense, como instrumento para se pensar a função da arte no espaço escolar ou o ensino como prática educativa, buscando associar os conhecimentos adquiridos e o trabalho didático às propostas estabelecidas no PCN de Língua Portuguesa.

Referências Bibliográficas

Básica:

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

COUTINHO, Afrânio. Ainda e sempre a Literatura Brasileira. In: **A literatura no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

_____. A nova Literatura Brasileira. In: **A literatura no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

Complementar:

BADRA, Edson Jorge. **Literatura em Rondônia**. Série Caderno Cultural. Governo do Estado de Rondônia, Secretaria do Estado de Cultura, Esportes e Turismo. Porto Velho, 1987.

CALDAS, Alberto Lins. **Notas sobre literatura e arte**. Porto Velho. Revista Primeira Versão (UNIR). Edufro, 2001.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

FARES, Josebel Akel. **O não lugar das vozes literárias da Amazônia na escola**. Manaus:XX EPENN, 2011.

_____. **Texto e pretexto: experiência de educação contextualizada a partir da literatura feita por autores amazônicos**. Vol. 01, 2. ed. Belém: CEJUP, 1992.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV – REGÊNCIA - CH. 100

Ementa: Desenvolvimento do estágio supervisionado presencial: regência de atividades docentes em estabelecimentos escolares da rede oficial de ensino, nas áreas de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas e Produção Textual.

Objetivos: Capacitar o discente através (regência) a avaliar e refletir e aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso por meio de experiências práticas, produzindo a aproximação da aprendizagem teórica ao contexto da realidade profissional, para assim, integrar os elementos envolvidos no processo escolar, buscando o sentido educacional norteador da ação educativa, no sentido de realizar a observação, a participação e a intervenção na realidade profissional no que compete em analisar, compreender e atuar na resolução de situações-problema características do cotidiano profissional, buscando associar os conhecimentos adquiridos e o trabalho didático às propostas estabelecidas no PCN de Língua Portuguesa.

Referências Bibliográficas

Básica:

DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Raquel & BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

LAJOLO, Marisa. **Literatura: leitores e leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.

OLIVEIRA, Maria Alexandre de. **Leitura prazer: interação participativa da criança com a literatura infantil na escola**. São Paulo: Paulinas, 1996.

Complementar:

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.

TRAVAGLIA, Luis Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FARACO, Carlos Emílio & MOURA, Francisco Marto. **Língua e literatura**. 17. ed. Vols. 1, 2 e 3, São Paulo: Ática, 1997.

DISCIPLINA: TCC - PRODUÇÃO E DEFESA - CH. 60

Ementa: Elaboração do projeto de TCC. Normas científicas e técnicas de redação de monografia e artigo científico. Teatro como modalidade de TCC, conforme Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso o qual está anexado ao final deste documento.

Objetivos: Propiciar ao aluno a oportunidade de desenvolver um trabalho teórico e/ou prático de pesquisa, sob a orientação de um docente (orientador do quadro efetivo ou credenciado¹²) como requisito para obtenção de título de Licenciatura em **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)**.

Referências Bibliográficas

Básica:

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PECUMA, Derna. **Projeto de pesquisa: o que é? Como se faz? Um guia para sua elaboração**. São Paulo: Olho d'Água, 2008.

Complementar:

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação**. Explicitação das Normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: 2009.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TACHIZANA, Takeshy & MENDES, Gildásio. **Como fazer uma monografia na prática**. 10. ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

XAVIER, Antonio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos**. Recife: Rêspel, 2010.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES - CH. 100

ATIVIDADES COMPLEMENTARES I - 100 (cem) horas de formação acadêmica complementar na forma do item 3.4, p. 43 a serem registradas no VII Período, em forma de

¹² Professores com contrato temporário poderão orientar TCC desde que a perspectiva de o vencimento do contrato esteja condizente com o prazo da defesa.

disciplina na base do SINGU, devidamente referendadas pelo Conselho de Departamento, em reunião extraordinária convocada para este fim.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES II - 100 (cem) horas de formação acadêmica complementar na forma do item 3.4, p. 43, a serem registradas no VIII Período, em forma de disciplina na base do SINGU, devidamente referendadas pelo Conselho de Departamento, em reunião extraordinária convocada para este fim.

DISCIPLINAS OPCIONAIS (Ver nas opcionais, sendo que todas as disciplinas opcionais possuem 60 horas de carga horária.)

DISCIPLINA: CULTURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS - CH. 60

Ementa: Introdução à História da África. Diáspora africana. Introdução ao estudo das culturas afro-brasileiras: linguagem, religiosidade, música etc.; Lei 10.639/2003.

Objetivos: Promover o desenvolvimento profissional do discente, estimulando-o a conhecer e refletir sobre as experiências históricas e produções culturais do negro, na África e no Brasil, entendidas como matriz da sociedade e identidades brasileiras, para assim se tornar multiplicador de valores antirracistas, ao promover a reversão de estereótipos negativos; possibilitar ao discente negro a construção de uma autoimagem positiva, bem como ao não-negro a reconhecer as marcas das culturas africanas que, independente da origem étnica, fazem parte do seu dia-a-dia por meio de uma prática pedagógica multicultural que priorize o trato não-discriminador das diferenças, valorizando-as e respeitando-as, situando-as num campo de conflitos e desigualdade.

Referências Bibliográficas

Básica:

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual:** ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

_____. **Classe e nação:** na história e na crise contemporânea. Lisboa: Moraes editores, 1981.

UNESCO. **História geral da África.** São Paulo: Ática, 2004.

Complementar:

COELHO, Pedro & SARAIVA, José. (Orgs). **Fórum Brasil-África:** política, cooperação e comércio. Brasília: IBRI, 2004.

ILIFFE, John. **Os africanos: história dum continente**. Lisboa: Terramar, 1999.

JONGE, Klaas de. **África do Sul, apartheid e resistência**. São Paulo: Cortez, 1991.

MUNANGA, Kabenguele (Org.). **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

_____. **Superando o Racismo na escola**. Brasília: MEC, 2005.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO E POLÍTICA LINGÜÍSTICA - CH. 60

Ementa: O conceito de política linguística. Política linguística e planificação linguística. Panorama histórico das políticas linguísticas no Brasil: línguas indígenas, língua geral, línguas de migração. O português e as línguas estrangeiras na escola.

Objetivos: Discutir sobre a relevância da política linguística para o ensino de língua, os direitos linguísticos, a adequação linguística, principalmente, na visão bi- ou multilíngue, a extinção de línguas entre outras relações de poder entre o Estado, identidades e línguas no contexto educacional fronteiriço visando compreender a realidade linguístico-educacional de região de fronteira no que compete a igualdade de direitos e dignidade humana.

Referências Bibliográficas

Básica:

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

CORBERA-MORI, A. **Conteúdos lingüísticos e políticos na definição de ortografias das línguas indígenas**. In: D'ANGELIS, W.; VEIGA, J. (Orgs). **Leitura e escrita em escolas indígenas**. Campinas: ALB/Mercado das Letras, 1997.

LIPSKI, John M. **Um Caso de fronteira: o sudoeste**. Artigo publicado no site www.personal.psu.edu/jml34/contato.pdf.

Complementar:

LOBATO, L. M. P. Sobre a questão da influência ameríndia na formação do português do Brasil. In: SILVA, D. E. G. (Org). **Língua, gramática e discurso**. Goiânia: Cãnone, 2006.

MARIANI, B. **Colonização lingüística**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. (Org). **Políticas lingüísticas na América Latina**. Campinas: Pontes, 1988.

_____. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003.

STURZA, E. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas lingüísticas nas fronteiras brasileiras, In: **Revista de Ciência e Cultura**. Vol.57, nº2, São Paulo, Abr./Jun. 2005.

DISCIPLINA: LITERATURA INFANTO-JUVENIL - CH. 60

Ementa: O conceito de Literatura Infantil. A Literatura Infantil entre o adulto e a criança. Gêneros na Literatura Infantil. A nova concepção de Literatura Infanto-Juvenil. Histórico da Literatura Infantil: Universal e Brasileiro. A Literatura Infantil e Infanto-Juvenil hoje. Tipologias das histórias infantis. Análise crítica e interpretativa textual e contextual de expressão textos (poesia e prosa) Infanto-Juvenil na literatura.

Objetivos: Propor de maneira objetiva, as relações entre teoria e prática do texto e a compreensão da criação literária como uma manifestação individual que está vinculada ao meio e ao momento em que surge e que se caracteriza como um fenômeno de cultura; despertar e estimular através de textos literários todas as potencialidades latentes no ser humano, tanto psíquica, artística e imaginativa como a capacidade de reprodução e livre expressão.

Referências Bibliográficas

Básica:

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil:** gostosuras e bobices. São Paulo: Moderna, 2000.

COELHO, Nelly Novaes. **A literatura infantil:** teoria, análise e didática. São Paulo: Moderna, 2000.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira:** história & histórias. São Paulo: Ática, 1984.

Complementar:

COSTA, Marta Morais da. **Metodologia do ensino de literatura infantil.** Curitiba: IbpeX, 2007.

FILHO, José Nicolau Gregorin et al. (Orgs.). **A Literatura infantil e juvenil hoje:** múltiplos olhares, diversas leituras. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2011.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura à leitura do mundo.** São Paulo: Ática, 1993.

ZILBERMAN, Regina & MAGALHÃES, Lígia Cademartori. **Literatura infantil:** autoritarismo e emancipação. São Paulo: Ática, 1982.

_____. **A literatura infantil na escola.** São Paulo: Global, 1981.

DISCIPLINA: ANÁLISE DO DISCURSO - CH. 60

Ementa: Caracterização do campo da Análise do Discurso: filiação teórica. Caracterização do discurso e sua constituição heterogênea: condições de produção, sujeito, sentido e história, formação discursiva, ideologia/inconsciente. Práticas discursivas. Dispositivo de análise.

Objetivos: Refletir e reconhecer o discurso como uma forma de ação realizada por meio da linguagem, capaz de criar, reforçar, perpetuar e/ou desafiar práticas sociais; capacitar o discente a identificar a Análise do Discurso como uma disciplina dos estudos linguísticos; definir preliminarmente a noção de discurso subjacente aos estudos em Análise do Discurso, reconhecendo a perspectiva funcionalista de linguagem que perpassa os trabalhos nessa área, bem como as origens e principais características da disciplina em questão.

Referências Bibliográficas

Básica:

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: UNICAMP, 1995.

CERVONI, Jena. **A enunciação**. São Paulo: Ática, 1989.

DISCINI, Norma. **A comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2005.

Complementar:

BAKHTIN, Michael. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 1989.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 1980.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Pontes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1997.

DISCIPLINA: NOVAS TECNOLOGIAS APLICADAS AO ENSINO - CH. 60

Ementa: Sociedade do conhecimento; educação na cibercultura; o emprego das novas tecnologias na educação. Uso de redes para suporte às atividades de professores e alunos. Uso das redes sociais.

Objetivos: Identificar a relação entre a educação e as tecnologias dentro e fora do ambiente educacional, bem como analisar e avaliar os impactos causados por essas inovações na formação da sociedade.

Referências Bibliográficas

Básica:

CHAVES, Eduardo Oscar Epprecht M. C. **O uso de computadores em escolas**. São Paulo: Scipione, 1998.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

NORTON, Peter. **Introdução à informática**. São Paulo: Makron Books, 1997.

Complementar:

GARDNER, Howard. **As estruturas da mente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

MORAN, José Manuel. Interferências dos meios de comunicação no nosso conhecimento. **INTERCOM Revista Brasileira de Comunicação**. São Paulo, XVII (2) 38-49, julho-dezembro 1994.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RAMAL, Andréa Cecília. **Educação na cibercultura**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TELLES, André. **A Revolução das mídias sociais**. São Paulo: M. Books, 2011.

DISCIPLINA: PRODUÇÃO DO TEXTO ACADÊMICO - CH. 60

Ementa: Tipologia dos textos e gêneros textuais tendo como objetivo a produção/prática do texto acadêmico.

Objetivos: Aperfeiçoar as habilidades e competências comunicativas do discente; produzir textos escritos e orais; desenvolver competências e habilidades de leitura, produção e apresentação de textos acadêmico-científicos em apresentação de seminários (comunicações, mesas-redondas, etc.).

Referências Bibliográficas**Básica:**

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E. & ABREU-TARDELLI, L. S. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 2012.

MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Redação acadêmica - princípios básicos**. Santa Maria: Laboratório de Leitura e Redação-DLEM/UFSM, 2002.

Complementar:

CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 2000.

CARVALHO, M. C. M. (Org.). **Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas**. Campinas: Papyrus, 1997.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1991.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1997.

VAL, M. G. C. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS - CH. 60

Ementa: Definições de ciência. Critérios de cientificidade. A pesquisa científica. Os trabalhos acadêmicos. A produção dos trabalhos acadêmicos. Métodos de apresentação de trabalhos acadêmicos.

Objetivos: Preparar o discente para atuar, através de textos escritos e orais, no meio acadêmico, aperfeiçoando suas habilidades e competências comunicativas; desenvolver competências e habilidades de leitura, produção e apresentação de textos acadêmico-científicos em apresentação de seminários (comunicações, mesas-redondas, etc.).

Referências Bibliográficas

Básica:

ANDRADE, Maria Margarida de. A elaboração de seminários. In: **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Complementar:

DIETERICH, Heinz. **Novo guia da pesquisa científica**. Blumenau: Edifurb, 2012.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o Trabalho Científico: elaboração e formatação**. Explicitação das Normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: 2009.

ORLANDI, Eni. **Autoria e interpretação**. In: Interpretação. Petrópolis. Vozes, 1996.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso de divulgação científica**. Campinas: Autores Associados. 2000.

DISCIPLINA: EROTISMO NA LITERATURA - CH. 60

Ementa: Estudo de obras e autores/as e representativos/as do gênero literatura erótica, considerando como territórios limítrofes o erotismo, a pornografia e a obscenidade. O lugar estético da literatura erótica como gênero e a construção cultural da identidade, do corpo e da sexualidade associados às questões de cânone e recepção. A arte de amar na antiguidade: O erotismo latino clássico, o erotismo cristão, a luxúria na idade média. A literatura erótica

feminina. Estudo da poesia e prosa erótica sob os aspectos da vida humana numa atitude de busca e de procura pela realização do ser.

Objetivo: Discutir a ficcionalização do erotismo em textos literários com intuito de definir a consciência literária do erotismo e consciência erótica do literário; sexualidade e nação e a literatura erótica feminina por meio da análise de textos literários e que permitirá ao discente da Letras focalizar algumas acepções do conceito de erotismo que permeiam as obras literárias, afirmando a ideia que erotismo e literatura são também instrumentos de conhecimento de si e do mundo.

Referências Bibliográficas

Básica:

ALEXANDRIAN, Sarane. **História da literatura erótica**. Trad. Ivã Delgado. Lisboa: Livros do Brasil, 1991.

BATAILLE, Georges. **O erotismo**. Trad. Antônio Carlos Viana. Porto Alegre: L&PM, 1987.

PAZ, Octavio. **A dupla chama: amor e erotismo**. Trad. Wladir Dupont. São Paulo: Siciliano, 1994.

Complementar:

ALBERONI, Francesco. **Enamoramento e amor**. Trad. Ary Gonzalez Galvão. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____. **O erotismo: fantasias e realidades do amor e da sedução**. Trad. Élia Edel. São Paulo: Círculo do livro S/A, 1986.

ARIÉS, Philippe, BÉJIN, André (Orgs). **Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade**. Trad. Lygia Araújo Watanabe, Thereza Christina Ferreira Stummer. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BAUDRILLARD, Jean. **Da sedução**. Trad. Tânia Pellegrini. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1992.

BRANCO, Lúcia Castello. **O que é erotismo**. São Paulo: brasiliense, 1984.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À LITERATURA FANTÁSTICA - CH. 60

Ementa: Definição do fantástico. O estranho e o maravilhoso. A poesia e a alegoria: os temas do eu e tu. O discurso fantástico. Os temas do fantástico: as funções pragmática, sintática e semântica do fantástico. As funções da literatura fantástica: mudanças e perspectivas

Objetivos: Apresentar reflexões teóricas a respeito da literatura fantástica cujo impacto está permanentemente presente em vários estudos objetivando mostrar a articulação entre a teoria

literária e as leituras de autores de áreas como a Sociologia, a Psicanálise e a Filosofia, bem como analisar e discutir a pertinência dessas reflexões em diferentes contextos e épocas

Referências Bibliográficas

Básica:

PROPP, Vladimir. As transformações dos contos fantásticos. In: **Análise estrutural da narrativa**. Milton José Pinto (Org.). Rio de Janeiro: Vozes Limitada, 1973.

RODRIGUES, Selma Calasans. **O fantástico**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1998.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. Trad. Maria Clara Correa Castello. São Paulo: Perspectiva, 2008.

Complementar:

BATALHA, Maria Cristina. **O grotesco entre o informe e o disforme**: um possível sentido. Itinerários. Araraquara: UNESP, v. 27, p. 183-192, 2008.

_____. Introdução. In: _____. (Org.). **O fantástico brasileiro**: Contos esquecidos. Rio de Janeiro: Caetés, 2011. p. 9-19.

CAMARANI, Ana Luiza Silva. **A literatura fantástica**: caminhos teóricos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

RUBIÃO, Murilo. et al. **Histórias fantásticas**. São Paulo: Ática, 1996.

SENA, André de. (Org). **Literatura fantástica e afins**. Recife: UFPE, 2012.

DISCIPLINA: LITERATURA CONTEMPORÂNEA - CH. 60

Ementa: Panorama histórico da literatura brasileira contemporânea. Poesia - Os lugares-comuns na poesia brasileira: traços dominantes é o diálogo cerrado com a tradição e a poesia que emergiu com a Semana de Arte Moderna de 22. A linhagem modernista bifurcada em dois eixos principais: uma vertente mais lírica, subjetiva, e outra mais objetiva, experimental, formalista. Prosa - A ficção brasileira contemporânea: os autores da chamada Geração 90 frequentam os mesmos lugares inóspitos que os escritores da periferia. A vulnerabilidade do sujeito moderno (e urbano). Nova geração de escritores brasileiros produz literatura urbana e universal. Nova geração de escritores portugueses produz literatura urbana e universal.

Objetivos: Oferecer conhecimentos específicos no que compete aprofundar questões da literatura moderna e contemporânea à luz das mais recentes teorias existentes, considerando a relação existente entre as literaturas; possibilitar uma percepção mais ampla, atualizando e instrumentalizando o profissional das letras para o exercício da docência.

Referências Bibliográficas

Básica:

COMPAGNON, Antoine. **Os cinco paradoxos da modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

COSTA PINTO, Manuel da. **Literatura brasileira hoje**. São Paulo: Publifolha, 2004.

MERLEAU-PONTY. **O olho e o espírito**. Trad. Tradução e organização: Paulo Neves e Maria Ermantina Pereira. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

Complementar:

RESENDE, Beatriz. **Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Biblioteca Nacional, 2008.

SANTIAGO, Silviano. **O cosmopolitismo do pobre**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MOTA, Sérgio Vicente & BUSATO, Susanna. (Orgs). **Figurações contemporâneas do espaço na literatura**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

OLIVEIRA, Cleber José de & PEREIRA, Rogério Silva. **Marginalidade contemporânea brasileira: uma análise do deslocamento discursivo e suas tensões**. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2012.

DISCIPLINA: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS - CH. 60

Ementa: Conceitos de leitura, texto e escrita. Constituição e funcionamento do texto: gêneros e tipos textuais. Texto e textualidade: fatores semântico-conceituais e fatores formais de textualidade. Aspectos sociocognitivos dos processos de leitura e produção textual. Prática de interpretação de textos orais e escritos.

Objetivos: Levar o discente a ler e interpretar textos (literários e não literários; verbais, não verbais e verbo-visuais) pertencentes a vários gêneros no sentido de possibilitar estratégias sócio-cognitivas na leitura/produção de textos que lhes permitam identificar nos textos ideias chave, ou seja, palavras chave que possa ajudá-lo na produção de textos variados através da identificação dos recursos formadores das diferentes modalidades de discurso e, assim reconhecer os procedimentos linguísticos e estratégias argumentativas e pragmáticas da construção do sentido e mobilizar tais conhecimentos no processo de leitura e produção de textos.

Referências bibliográficas**Básica:**

FIORIN, José Luiz. **Para entender o texto: leitura e redação**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **A coesão textual**. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

Complementar:

CARNEIRO, Agostinho D. **Texto em construção: interpretação de texto**. São Paulo: Moderna, 1992.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B. & MARINELLO, A. F. **Leitura e produção textual**. Petrópolis: Vozes, 2010.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B. & PAVANI, C. F. **Prática textual**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio et al. **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

_____. **Produção textual: análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

DISCIPLINA: LINGUAGEM, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO - CH. 60

Ementa: Conceitos de linguagem, gênero e sexualidade. Gênero, sexualidade e poder. Diferenças e desigualdades: afinal, quem é diferente? A construção escolar das diferenças e a escolarização dos corpos e das mentes. A fabricação das diferenças. Sexismo e homofobia na prática educativa. O gênero da docência. Magistério: um trabalho “feminino”? Práticas educativas feministas. Pedagogias feministas: argumentos e críticas. Por uma prática educativa não sexista: Educação sexual: que fazer? Questões linguísticas envolvendo gênero, sexualidade e interação social. Desenvolver os direitos sexuais – desafio se tendências na América Latina.

Objetivos: Estudar o sujeito e sua subjetividade na atualidade e a construção da identidade, do gênero e da sexualidade no contexto escolar e na educação informal. No sentido de levar o discente a pesquisar o impacto das transformações pós-modernas na construção do sujeito, com base nas teorias pós-estruturalistas de gênero e sexualidade, assim como, nas teorias psicanalíticas vinculadas à Educação.

Referências Bibliográficas

Básica:

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SORJ, Bernardo. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In Costa, A. e Bruschini, C. (Orgs). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro e São Paulo: Rosados Ventos e Fundação Carlos Chagas, 1992.

STERMANN, Ana Cristina & FONTANA, Beatriz (Orgs). **Linguagem, gênero, sexualidade**: clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola, 2010.

Complementar:

ALBERONI, Francesco. **O erotismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo, Círculo do Livro, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Trad. M. Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DISCIPLINA: SEMIÓTICA DO DISCURSO - CH. 60

Ementa: Do signo ao discurso: signo e significação e percepção e significação. O discurso: texto, discurso e narrativa. A instância do discurso. O enunciado. Procedimentos estilísticos plurais no nível profundo da linguagem. A funcionalidade imediata, mas reveladora de uma mobilidade mediada pela função lúdica da imagem.

Objetivos: Levar o discente a contextualizar sobre a lógica argumentativa e a estrutura de conceitos das principais escolas críticas que contribuíram (e ainda contribuem) para o desenvolvimento do campo de estudos da Semiótica do discurso; considerar que no transcurso histórico, em que se pressupõe a transição da modernidade para a pós-modernidade, estão previstas discussões sobre várias teorias concorrentes, situando historicamente a construção das teorias da comunicação.

Referências Bibliográficas

Básica:

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 1999.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. São Paulo: Edusc, 2000.

JAKOBSON, Roman. O dominante. In: LIMA, Luiz Costa (Org). **Teoria da literatura em suas fontes**. 2. ed. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. p. 485-491.

Complementar:

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. Trad. de Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2008.

_____ & ZILBERBERG, Claude. **Tensão e significação**. Trad. Ivã Carlos Lopes et al. São Paulo: Discurso/ Humanitas, 2001.

GREIMAS, Algirdas Julien & COURTES, Joseph. **Dicionário de semiótica**. Trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1983.

MARTINS, Carla Pinto; AMARAL, Nair Ferreira Gurgel & VEGINI, Valdir. (Orgs.). **Palavras Matizadas: polifonias e intertextualidades**. Porto Velho: Temática, 2015.

RASTIER, François. **Sémantique interpretative**. Paris: PUF, 1987.

DISCIPLINA: LINGUÍSTICA BANTU - CH. 60

Ementa: A expansão das línguas bantu pela África. Linguística histórica e comparativa bantu. As reconstruções linguísticas bantu. Os bantuismos brasileiros. A herança linguística africana no Brasil.

Objetivo: Investigar as atitudes, as práticas e as identidades linguísticas (línguas bantu da África) acerca do estatuto das línguas autóctones africanas e do português, língua ex-colonial em processo de nativização; levar o discente de Letras a descrever e a analisar os estatutos atribuídos às línguas pelos falantes plurilíngues, bem como relacioná-los às experiências particulares e concretas dos sujeitos nos âmbitos em que hoje se articulam movimentos de persistência e emancipação plurilinguísticas e as relações culturais específicas da língua bantu, nas práticas sócio-históricas que as tornaram possíveis em meio ao cenário de colonização e descolonização linguística ocorrida em países africanos de língua portuguesa nas últimas décadas.

Referências Bibliográficas

Básicas:

ANGENOT, Jean-Pierre & Geralda de Lima ANGENOT. **Dicionário de bantuismos brasileiros**: cerca de 5.000 vocábulos. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia. 2011.

CASTRO, Yêda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MEEUSSEN, A. E. **Bantu lexical reconstructions**. Tervuren Belgique: Archives d'Anthropologie, 27. 55 pp. 1969/1980.

Complementares:

BASTIN, Yvonne, COUPEZ, André, MUMBA, Evariste & SCHADEBERG, Thilo C. **Reconstructions lexicales bantoues**3. Tervuren, Belgique & Leiden, Hollande. 2003.

GUTHRIE, Malcolm. **Comparative bantu**: An introduction to the comparative linguistics and the prehistory of the bantu languages. Gregg International. 900 pp. 1968.

LOPES, Nei. **Novo dicionário banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

MUTOMBO, Daniel. Huta-Mukana; AMARAL, Gustavo Gurgel de & Jean-Pierre Angenot. VersleProto-L: Une contribution à la classification interne des langues bantoues et à une pondération de l'apport de la zone L à l'héritage lexical afro-ibéro américain. **Afros & Amazônicos: Revista do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares Afro-Amazônicos-GEPIAA**. 1. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2009.

MEEUSSEN, A. E. **Bantu lexical reconstructions**. Tervuren Belgique: Archives d'Anthropologie, 27. 55 pp. 1969/1980.

4 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO

4.1 Coordenação do Curso

a) Chefe/Coordenador do Departamento de Ciências da Linguagem-DACL

Prof. Dr. Edinaldo Flauzino de Matos



Doutor em Letras com foco em Literaturas de Língua Portuguesa pela Unesp de São José do Rio Preto. **Mestre** em Estudos Literários pela UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso, Pós-Graduado (**Especialista**) em Arte aplicada à Educação pela FAROL - Faculdade de Rolim de Moura, **Graduado** em Letras e suas respectivas Literaturas pela UNIR - Universidade Federal de Rondônia. Professor efetivo da UNIR –Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Guajará-Mirim. Atua na área de Literatura com foco nas disciplinas de Teoria Literária, Literatura Brasileira. Também atua nas disciplinas de Literaturas: Portuguesa, Africana, Regional Amazônica, Erótica e Fantástica.

Funções: **Chefe do Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem-DACL:**

(Portaria nº 650/2016/GR/UNIR Porto Velho, 01 de julho de 2016)

Membro do Núcleo Docente Estruturante – NDE:

(Portaria Nº. 007/DCGM/2015 Guajará-Mirim, 01 de setembro de 2015).

Coordenador Operacional do Projeto DINTER em Educação, com a Universidade Estadual de Maringá – UEM.

(PORTARIA Nº 02/2017/PROPESQ. Porto Velho, 8 de fevereiro de 2017.)

Cargo: Docente do Magistério Superior
CPF.:xxx.472.xxx -49
e-mail: edinaldo.matos@unir.br
Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva
Vínculo Empregatício: Ativo Permanente
Siape: 2147484
Departamento de origem: Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem
Experiência profissional (exceto Magistério):-----
Experiência Docente na Educação Básica:18 anos
Experiência no Magistério Superior: 04 anos
Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2001264684280186

b) Vice-Chefe/Subcoordenadora do Departamento de Ciências da linguagem – DACL

Profa. Ma. Avany Aparecida Garcia	
	<p>Mestra em Letras pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR (2012); possui Pós-Graduação Lato Sensu em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes - UCAM (2004) e Especialização em Linguagem e Educação pela UNIR (2004), e Licenciatura em Letras - Português e Literatura pela UNIR (1999). É Professora do Magistério Superior da UNIR, <i>Campus</i> de Guajará-Mirim, DACL. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação a Distância. Atua nas áreas de Língua Portuguesa e Linguística.</p>
<p>Funções: Vice-Chefe/Subcoordenadora de curso do DACL, PORTARIA Nº 176/2017/GR/UNIR. PORTO VELHO, 08 DE MARÇO DE 2017.</p> <p>Membro do NDE - Portaria Nº. 007/DCGM/2015 Guajará-Mirim, 01 de setembro de 2015.</p>	
Cargo: Docente do Magistério Superior	
e-mail: avany.garcia@unir.br	
Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva	
Vínculo Empregatício: Ativo Permanente	
Siape: 2228078	
Departamento de origem: Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem	
Experiência profissional (exceto Magistério): ---	

Experiência Docente na Educação Básica: 17 anos
Experiência no Magistério Superior: 6 anos e 6 meses
Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2955050746834921

4.2 Composição do Núcleo Docente Estruturante – NDE

a) Presidente do Núcleo Docente Estruturante – NDE

Profa. Ma. Márcia Dias dos Santos	
	Mestre em Ciências da Linguagem. Especialista em Linguagem e Educação e Graduada em Letras pela Universidade Federal de Rondônia - <i>Campus</i> de Guajará-Mirim. Atuou como professora de Língua Portuguesa na rede pública de 6º ano ao 3º ano do ensino médio em um período de 12 anos, como tutora pela UAB/UNIR e como professora colaboradora da CIPERON. Hoje é Professora do Ensino Superior da Fundação Universidade Federal de Rondônia- <i>Campus</i> de Guajará-Mirim. Atua nas áreas de Teoria da Literatura, Literatura Brasileira, Portuguesa e Infanto-Juvenil.
Função: Presidente do Núcleo Docente Estruturante – NDE: (Portaria Nº. 007/DCGM/2015 Guajará-Mirim, 01 de setembro de 2015.)	
Cargo: Docente do Magistério Superior	
e-mail: marcia.santos@unir.br	
Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva	
Vínculo Empregatício: Ativo Permanente	
Siape: 2150900	
Departamento de origem: Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem	
Experiência profissional (exceto Magistério):-----	
Experiência Docente na Educação Básica: 12 anos	
Experiência no Magistério Superior: 24 meses	
Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2106406700714396	

b) Membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE

Profa. Ma. Avany Aparecida Garcia	
	<p>Mestra em Letras pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR (2012); possui Pós-Graduação Lato Sensu em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes - UCAM (2004) e Especialização em Linguagem e Educação pela UNIR (2004), e Licenciatura em Letras - Português e Literatura pela UNIR (1999). É Professora do Magistério Superior da UNIR, <i>Campus</i> de Guajará-Mirim, DACL. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação a Distância. Atua nas áreas de Língua Portuguesa e Linguística.</p>
<p>Funções: Vice-Chefe/Subcoordenadora de curso do DACL, PORTARIA Nº 176/2017/GR/UNIR. PORTO VELHO, 08 DE MARÇO DE 2017.</p> <p>Membro do Núcleo Docente Estruturante – NDE: (Portaria Nº. 007/DCGM/2015 Guajará-Mirim, 01 de setembro de 2015.)</p>	
Cargo: Docente do Magistério Superior	
e-mail: avany.garcia@unir.br	
Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva	
Vínculo Empregatício: Ativo Permanente	
Siape: 2228078	
Departamento de origem: Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem	
Experiência profissional (exceto Magistério): ---	
Experiência Docente na Educação Básica: 17 anos	
Experiência no Magistério Superior: 6 anos e 6 meses	
Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2955050746834921	

Profa. Dra. Auxiliadora dos Santos Pinto



Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual Paulista - UNESP - *Campus* São José do Rio Preto (DINTER UNIR/UNESP). Área de Concentração: Literaturas em Língua Portuguesa. **Mestre** em Linguística pela Universidade Federal de Rondônia (2005). **Especialista** em Gestão de Recursos Humanos (2001), **Especialista** em Educação: Ensino Superior (2002) e **Especialista** em Administração Pública (2008), pela Universidade Federal de Rondônia. Possui **Graduação** em Letras (1993) e **bacharelado** em Administração de Empresas (1995), pela Universidade Federal de Rondônia. Atualmente, é Professora Adjunta na Universidade Federal de Rondônia. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Sociolinguística, Educação Básica, Alfabetização, Semântica e Literatura. Desenvolve pesquisas sobre Linguagem, História, Cultura, Memória e Identidade, enfocando os falares que compõem o ecossistema linguístico de Guajará-Mirim/RO e o sentido das histórias orais dos sujeitos das comunidades amazônicas; sobre a Educação Linguística, enfocando a formação docente e a prática pedagógica em escolas da fronteira Brasil-Bolívia e sobre a Literatura de Rondônia. Atua no curso de Letras nas áreas de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, e Sociolinguística.

Cargo: Docente do Magistério Superior

Função: **Membro do Núcleo Docente Estruturante – NDE:** (Portaria Nº. 007/DCGM/2015 Guajará-Mirim, 01 de setembro de 2015.)

e-mail: auxiliadorapinto@unir.br

Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva

Vínculo Empregatício: Ativo Permanente

Siape: 3351534

Departamento de origem: Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem

Experiência profissional (exceto Magistério): 18 anos

Experiência Docente na Educação Básica: 09 anos

Experiência no Magistério Superior: 12 anos

Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9380284076167461>

Prof. Me. Oziel Marques da Silva

	Possui Mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Rondônia (2003). Graduação em Letras/Português pela Universidade Federal de Rondônia (1998) e é Professor Assistente (mestre) da Universidade Federal de Rondônia. Tem experiência na área de Linguística, Língua Portuguesa, Literatura e Educação. Atuando principalmente nos seguintes temas: bantu, descrição, Lwimbi, Angola. Atualmente cursa doutorado na Universidade Agostinho Neto-UAN em co-tutela com o Museu Real da África Central-MRAC de Tervuren-Bélgica. Atua nas áreas de Língua Portuguesa, Linguística, Literatura Brasileira e Portuguesa.
Cargo: Docente do Magistério Superior	
Função: Membro do Núcleo Docente Estruturante – NDE: (Portaria Nº. 004/DCGM/2016. Guajará-Mirim, 04 de agosto de 2016.)	
e-mail: ozielmsilva@unir.br	
Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva	
Vínculo Empregatício: Ativo Permanente	
Siape:1459719	
Departamento de origem: Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem	
Experiência profissional (exceto Magistério): 11 anos	
Experiência Docente na Educação Básica: 06 anos	
Experiência no Magistério Superior:12 anos	
Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1274952226114354	

Prof. Dr. Edinaldo Flauzino de Matos	
	Doutor em Letras com foco em Literaturas de Língua Portuguesa pela Unesp de São José do Rio Preto. Mestre em Estudos Literários pela UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso, Pós-Graduado (Especialista) em Arte aplicada à Educação pela FAROL - Faculdade de Rolim de Moura, Graduado em Letras e suas respectivas Literaturas pela UNIR - Universidade Federal de Rondônia. Professor efetivo da UNIR –Fundação Universidade Federal de Rondônia, <i>Campus</i> de Guajará-Mirim. Atua na área de Literatura com foco nas disciplinas de Teoria Literária, Literatura Brasileira. Também atua nas disciplinas de Literaturas: Portuguesa, Africana, Regional Amazônica, Erótica e Fantástica.

Funções: Chefe do Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem-DACL: (Portaria nº 650/2016/GR/UNIR Porto Velho, 01 de julho de 2016)
Membro do Núcleo Docente Estruturante – NDE: (Portaria Nº. 007/DCGM/2015 Guajará-Mirim, 01 de setembro de 2015).
Coordenador Operacional do Projeto DINTER em Educação, com a Universidade Estadual de Maringá – UEM. (PORTARIA Nº 02/2017/PROPESQ. Porto Velho, 8 de fevereiro de 2017.)
Cargo: Docente do Magistério Superior
CPF.:xxx.472.xxx -49
e-mail: edinaldo.matos@unir.br
Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva
Vínculo Empregatício: Ativo Permanente
Siape: 2147484
Departamento de origem: Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem
Experiência profissional (exceto Magistério):-----
Experiência Docente na Educação Básica:18 anos
Experiência no Magistério Superior: 04 anos
Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2001264684280186

4.3 Demais docentes efetivos do curso

a) Docentes Efetivos

Profa. Ma. Janine Félix da Silva	
	<p>Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade Federal de Rondônia (2009). Graduada em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (2004). Atualmente é Professora Assistente II da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), membro docente da Unidade Descentralizada da Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPAV) e coordenadora, juntamente com o professor Jacinto Pedro P. Leão, do subprojeto Interdisciplinar PIBID “Alfabetização Científica Interdisciplinar de Leitura”, da UNIR, <i>Campus</i> de Guajará-Mirim. Foi professora colaboradora na Universidade Agostinho Neto (Angola). Tem experiência na</p>

<p>área de Linguística, com ênfase em LÍNGUAS BANTU, atuando principalmente nos seguintes temas: bantuismos, adaptações protéticas, pré-prefixos, aumento vocálico e prefixos. Atua também nas áreas de Língua Portuguesa, Literatura Infanto-Juvenil, Linguística e Língua Latina. Também atua como coordenadora do PIBID e coordenadora do estágio supervisionado.</p>
<p>Funções: Vice-Chefe do DA CL - Portaria N°. 651/2016/GR/UNIR, 01 de julho de 2016. (atualmente cumprindo Licença Maternidade);</p> <p>Membro da CPAv. Portaria 1.089/2015/GR/UNIR de 07/12/2015; (atualmente cumprindo Licença Maternidade);</p> <p>Coordenadora de área do PIBID. Portaria 12/2014/PROGRAD, de 27/ 02/ 2014; (atualmente cumprindo Licença maternidade);</p>
<p>Cargo: Docente do Magistério Superior</p>
<p>e-mail: janine@unir.br</p>
<p>Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva</p>
<p>Vínculo Empregatício: Ativo Permanente</p>
<p>Siape: 1794235</p>
<p>Departamento de origem: Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem</p>
<p>Experiência profissional (exceto Magistério):---</p>
<p>Experiência Docente na Educação Básica: 09 anos</p>
<p>Experiência no Magistério Superior: 05 anos e 6 meses</p>
<p>Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6978252075258723</p>

Prof. Ma. Rosa Maria de Lima Ribeiro



Doutoranda em Linguística Africanista (Universidade de Leiden -Holanda). **Mestra** em Ciências da Linguagem: Etnolinguísta na Amazônia (Linguística Indígena-2008/UNIR-RO). **Especialista** em Psicopedagogia (1999/UFRJ), **Especialista** em Linguagem e Educação (2004/UNIR-RO). **Graduada** em Pedagogia (1998). Campo de atuação: Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Guajará-Mirim. Pesquisadora em Linguística Histórico-Comparativa; estudos sobre Línguas Africanas Bantu e Religiosidade Africana (África Central). Atua nas áreas de Linguística, Língua Portuguesa, Linguística aplicada à educação, Educação para as relações étnico-raciais.

e-mail: rosa.unir@unir.br
Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva
Vínculo Empregatício: Ativo Permanente
Siape:1786409
Departamento de origem: Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem
Experiência profissional (exceto Magistério):----
Experiência Docente na Educação Básica:16 anos
Experiência no Magistério Superior:06 anos
Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5439975142525465

Profa. Dra. Geralda de Lima Vitor Angenot	
	<p>Possui Pós-Doutorado em Etnolinguística Afro-Indiana pelo Thomas Stephens Konkani Kendr de Goa (2006). Doutorado em Letras (Etnolinguística) pela Universidade de Leiden (2002) Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (1995), Mestrado em Linguística (indígena) pela Universidade Federal de Rondônia (1997). É Professora Adjunta da Universidade Federal de Rondônia. Tem experiência na área de educação básica, Linguística, com ênfase em Etnolinguística Afro-diaspórica (Índia e Brasil), Linguística Indígena e Linguística Bantu. Coordena projeto de pesquisasobre a descrição do minungu, uma língua bantu ainda não documentada de Angola. Atua nas áreas de Língua Portuguesa e Linguística.</p>
Cargo: Docente do Magistério Superior	
e-mail: gangenot@unir.br	
Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva	
Vínculo Empregatício: Ativo Permanente	
Siape: 2362928	
Departamento de origem: Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem	
Experiência profissional (exceto Magistério):---	
Experiência Docente na Educação Básica:07 anos	
Experiência no Magistério Superior: 09 anos	
Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2289998369388701	

Profa. Ma. Michela Araújo Ribeiro	
	<p>Possui Mestrado em Ciências da Linguagem - Etnolinguística Indigenista pela Universidade Federal de Rondônia (2009). Especialização em Psicopedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (2006), Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (1995). Professora Assistente da Universidade Federal de Rondônia. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Etnolinguística Indigenista e Linguística Bantu. Está desenvolvendo um estudo histórico-comparativo do vocabulário referente à anatomia e fisiologia nas línguas Bantu. Atualmente, doutoranda pela Leiden University. Atua nas áreas de Língua Portuguesa, Linguística e Didática.</p>
Cargo: Docente do Magistério Superior	
e-mail: michela@unir.br	
Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva	
Vínculo Empregatício: Ativo Permanente	
Siape:1715796	
Departamento de origem: Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem	
Experiência profissional (exceto Magistério):-----	
Experiência Docente na Educação Básica:10 anos	
Experiência no Magistério Superior: 06anos	
Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6717158275427680	

b) Docente (Contrato Temporário)

Profa. Ma. Gleidenira Soares Lima	
	<p>Mestre em Ciências da Linguagem: Etnolinguística Amazônica (2009-2011). Graduada em Letras/Português, pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO (2004-2007). Campo de atuação: Docência na Fundação Universidade Federal de Rondônia, <i>Campus</i> de Guajará-Mirim. Além de exercer atividade de Tutoria na Universidade Aberta do Brasil, desde 2013-2016. Possui experiência nas áreas de Letras, Linguística, Literatura e Literatura Infanto-juvenil,</p>

com ênfase em leitura, análise linguística, reescrita textual e literatura Infanto-juvenil. Atua nas áreas de Linguística, Língua Portuguesa, Linguística aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa, Literaturas: Brasileira e Portuguesa, Literatura Infanto-juvenil e Formação de leitores.
e-mail: gleysoares@yahoo.com.br
Regime de trabalho: 20 horas/ semanais

Profa. Ma. Beatriz Mercado Bazan	
	Possui graduação em Letras/Português (2005) e Mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Rondônia (2015), atuando principalmente no seguinte tema: Linguística.
e-mail: gleysoares@yahoo.com.br	
Regime de trabalho: 20 horas/ semanais	

c) Docentes credenciados

Profa. Ma. Maria da Conceição Gomes da Silva	
	Possui Mestrado em Ciências da Linguagem (2010), Especialização em Gestão Escolar (2003), Especialização em Linguística Aplicada à Educação (2006), Graduação em Licenciatura Plena em Letras (2000), pela Fundação Universidade Federal de Rondônia. Atualmente é professora de nível superior da Universidade Federal de Rondônia. Atua na área de Língua Latina.
Cargo: Docente colaboradora credenciada	
Nº do Processo: 23118.002381/2015-34	
e-mail: ceica.unir@hotmail.com	
Regime de trabalho: Credenciado (40h)	
Vínculo Empregatício: Enquanto estiver credenciado	
Siape: 0697563	
Departamento de origem: Departamento de Ciências da Linguagem	
Experiência profissional (exceto Magistério):---	

Experiência Docente na Educação Básica: 17 anos
Experiência no Magistério Superior: 09 anos
Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6406660334185082

d) Docentes de outros departamentos que contribuem com o curso

Profa. Dra. Patrícia Helena dos Santos Carneiro	
	<p>Doutora em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela (USC, 2007), tendo obtido a revalidação do seu doutorado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2012) na área de concentração de Direito Internacional e Integração Econômica.</p> <p>Advogada (OAB, 879/RO), graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR, 1995) e concluiu pós-graduação em Economia Internacional (USC, 1999). Esteve como pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos Internacionais da área de Direito Internacional Público e Relações Internacionais da Universidade de Santiago de Compostela. Atua também em consultoria no campo dos Direitos Indígenas. Foi professora de Direito Internacional da Universidade Federal do Amazonas. Atuou como Consultora Jurídica no Projeto Piloto Registro Civil de Nascimento dos Povos Indígenas no Estado do Amazonas (2007-2008), levado a cabo pela parceria entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e o Projeto Rondon Nacional, tendo realizado estudo técnico-acadêmico sobre o Registro Civil de Nascimento e Direitos Indígenas. Na atualidade é professora Adjunto A da Universidade Federal de Rondônia, lecionando no Campus de Guajará-Mirim para Direito. Atua no curso de Letras na área de Legislação Educacional.</p>
e-mail: patriciacarneiro@unir.br	
Cargo: Docente do Magistério Superior	
Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva	
Vínculo Empregatício: Ativo Permanente	
Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6716464779286243	

Profa. Ma. Luanna Klinger

	Possui Mestrado em Psicologia (UNIR/2011), Graduação em Psicologia(UNIR/2001). Atualmente é estatutária da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Escolar. Atua no curso de Letras na área de Psicologia.
e-mail: luannajohnson@unir.br	
Cargo: Docente do Magistério Superior	
Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva	
Vínculo Empregatício: Ativo Permanente	
Siape: 2141018	
Departamento de origem: Departamento de Ciências da Educação	
Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1359462097029959	

Profa. Ma. Sandra Andréa de Miranda	
	Possui Mestrado em Educação pela UNISAL (2011). Especialista em Saúde Coletiva pela UFPB (2002). Graduação em Psicologia - Formação (2002) e Licenciatura (2004), pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Professora do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia (2014). Atua no curso de Letras na área de Psicologia Educacional.
e-mail: andreamiranda@unir.br	
Função Docente: Professora do Magistério Superior	
Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva	
Vínculo Empregatício: Ativo Permanente	
Siape: 2887638	
Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4100352980399658	

Profa. Esp. Olga Maria da Mota

	<p>Possui Especialização em Tradução e Interpretação da LIBRAS pela Faculdade Santo André (2012) e Especialização na Área de concentração de Psicologia Escolar pela Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia (2006). Possui Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná (2002); Trabalhou durante 6 anos, de 2009 a 2015 como professora de LIBRAS - CEULJI/ULBRA nos cursos de graduação, foi servidora da UNIR, <i>Campus</i> de Presidente Médici, atuando como Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais desde Junho de 2014 a junho de 2015. Atua no curso de Letras na área de Libras.</p>
e-mail: olga.maria@unir.br	
Cargo: Docente do Magistério Superior	
Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva	
Vínculo Empregatício: Ativo Permanente	
Siape: 134931	
Departamento de origem: Departamento Acadêmico de Ciências da Educação	
Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9338272645073692	

Prof. Renato Pinto de Almeida Neto	
	<p>Professor de Sociologia, Antropologia e Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais e Ambientais (DACSA) na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) no Campus de Guajará Mirim, leciono para os cursos de graduação Gestão Ambiental, Pedagogia, Letras e Administração de empresas. Também ministrei as disciplinas História I e II pela UAB/UNIR. Posuo graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2003), especialização em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela UNINTES (2009). Atua no curso de Letras na disciplina Sociologia</p>
e-mail: renato.neto@unir.br	
Cargo: Docente do Magistério Superior	
Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva	
Vínculo Empregatício: Ativo Permanente	
Siape: 1801804	

Departamento de origem: Departamento Acadêmico de Ciências Sociais e Ambientais

Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2814149785480986

Prof. Me. João Elói de Melo



<p>Mestre em Administração Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Professor Auxiliar Nível 2 - da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - <i>Campus</i> de Guajará-Mirim, no Departamento Acadêmico de Ciências Sociais e Ambientais; Membro do Núcleo Docente Estruturante - NDE - do Curso de Gestão Ambiental; Atua no curso de Letras na área de Metodologia Científica</p>
--

e-mail: profjoaoeloi@unir.br
--

Cargo: Docente do Magistério Superior

Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva
--

Vínculo Empregatício: Ativo Permanente
--

Siape: 2693636

Departamento de origem: Departamento Acadêmico de Ciências Sociais e Ambientais

Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4648352610570674

Prof. Esp. Hilter Gomes Videira
--



<p>Professor Efetivo do Magistério Superior na Fundação Universidade Federal de Rondônia. Especialista em Metodologia do Ensino Superior, Especialista em Supervisão Escolar, Especialista em Geografia Física e das Populações (em andamento/Universidade Cândido Mendes). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia; Experiência em Gestão Municipal, Gestão de Sistemas de Educação; Gestão Escolar, Supervisão Escolar, Docência da Educação Básica e Superior. Atua no curso de Letras na área de Filosofia.</p>

Cargo: Docente do Magistério Superior

e-mail: hilter.gomes@unir.br
--

Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva
--

Vínculo Empregatício: Ativo Permanente
--

Siape: 3280707

Departamento de origem: Departamento Acadêmico de Ciências da Educação
--

Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3462279581450505>

4.2 Técnicos

Aux. Adm. Prof. Celielson de Aguiar Brito



Possui Licenciatura Plena em Letras Português e respectivas Literaturas pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR (2011) e Especialização em Alfabetização, Letramento com ênfase em Psicologia Educacional pela Faculdade Santo André (2016). Atualmente é Auxiliar em Administração do quadro efetivo de servidores técnico-administrativo da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Tem experiência na docência, tendo atuado como Instrutor de Curso de Qualificação Profissional oferecido tanto pelo Centro Despertar da Criança e do Adolescente de Guajará-Mirim quanto pelo Instituto Camargo Correa, estes em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. Além disso, na Secretaria Municipal de Educação, de Guajará-Mirim, lecionou no Ensino Fundamental (3ª ano). Por último, ocupando o cargo de Professor Classe "C", na Secretaria de Educação do Governo do Estado de Rondônia, ministrou a disciplina de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental e Médio.

e-mail: celielson@unir.br

Regime de trabalho: 40 horas

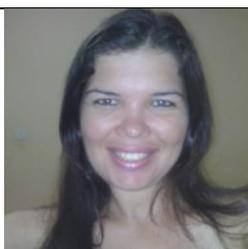
Vínculo Empregatício: Ativo Permanente

Siape: 2089500

Departamento de origem: Departamento de Ciências da Linguagem

Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6135776503814945>

Profa. Esp. Luciana Oliveira Monteiro



Possui **Graduação** em Pedagogia com ênfase de supervisão pela Universidade do Tocantins (2009). Atualmente é tradutora e interprete de língua de sinais na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) do Campus de Guajará-Mirim/RO. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em LIBRAS, e especialista também em psicopedagogia Clínica e Institucional. Atua no Curso de Letras na área de Libras.

Função: Tradutor e Intérprete de Linguagens de Sinais
e-mail: luciana_lu_pvh@hotmail.com
Regime de trabalho: 40 horas semanais
Vínculo Empregatício: Ativo Permanente
Siape: 2165655
Departamento de origem: Departamento de Ciências da Educação
Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9080685974693060

g) Corpo docente

O curso de letras possui uma entrada anual de 50 alunos, tendo uma média de 4 turmas, com uma média anual de aproximadamente 160 alunos.

5 INFRAESTRUTURA

O Curso de Letras-Língua Portuguesa (Licenciatura) no que se refere às suas instalações funciona em um bloco composto por 5 salas de aula, 02 auditórios (multiuso) com capacidade para 60 e 100 alunos. Essas dependências contam com climatização, rede de dados e acessibilidade (rampas, guia, banheiro adaptado).

Também há um bloco com toda a acessibilidade contendo: 02 salas de laboratório: (Linguística/Literatura); um pequeno auditório para 60 alunos; 03 salas de orientações, computadores, mesas, cadeiras, rede logística.

O *Campus* de Guajará-Mirim está munido de toda infraestrutura para atender a pessoa portadora de necessidades especiais conforme preconiza a Lei nº. 13.146, de 06 de julho de 2015 e tanto o curso de Letras quanto o de Pedagogia estão atendendo alunos surdos através da inter-relação comunicativa com intérpretes em Libras.

O Curso de Letras possui uma secretaria de registro em controle acadêmico (SERCA) que também atende mais quatro cursos do *campus* de Guajará-Mirim. Também está coligado a uma biblioteca setorial e uma biblioteca central localizada em Porto Velho, ambas funcionam em horário comercial e contam com atendentes e bibliotecárias.

A biblioteca setorial possui rede lógica e acesso aos periódicos do Portal Capes. Há um acervo aproximado de 1.900 títulos na área de Letras.

5.1 Descrição da estrutura do CONDEP

O Conselho de Departamento é formado por: Art. 27 (do Estatuto da UNIR). O Conselho do Departamento é o órgão consultivo e deliberativo do Departamento, e compõe-se:

- I - de todos os docentes lotados no Departamento;
- II - de representantes estudantis, na proporção estabelecida em lei, matriculados regularmente nos cursos vinculados ao Departamento;
- § 1º A Presidência e Vice-Presidência do Conselho Departamental serão exercidas, respectivamente, pelo Chefe e Sub-Chefe do Departamento.
- § 2º O presidente tem também direito ao voto de qualidade.
- § 3º Nas ausências ou impedimentos do Presidente e do Vice-Presidente, a Presidência será exercida pelo membro docente mais antigo na carreira do magistério superior da UNIR.
- § 4º O voto dos professores visitantes e substitutos tem peso de 50% (cinquenta por cento) dos votos dos docentes da carreira do magistério superior lotados no Departamento

Art. 27. O Conselho do Departamento é o órgão consultivo e deliberativo do Departamento, e compõe-se:

- I - de todos os docentes lotados no Departamento;
- II - de representantes estudantis, na proporção estabelecida em lei, matriculados regularmente nos cursos vinculados ao Departamento, com mandato de um ano; permitida a recondução; e
- III - de 1 (um) representante dos técnico-administrativos vinculado ao Departamento.
- § 1º A Presidência e Vice-Presidência do Conselho Departamental serão exercidas, respectivamente, pelo Chefe e Sub-Chefe do Departamento.
- § 2º O presidente tem também direito ao voto de qualidade.
- § 3º Nas ausências ou impedimentos do Presidente e do Vice-Presidente, a Presidência será exercida pelo membro docente mais antigo na carreira do magistério superior da UNIR.
- § 4º O voto dos professores visitantes e substitutos tem peso de 50% (cinquenta por cento) dos votos dos docentes da carreira.

Atualmente, estão na administração do Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem (DACL), os professores:

I – Chefe/Coordenador de departamento: Prof. Dr. Edinaldo Flauzino de Matos, conforme Portaria nº Portaria nº 650/2016/GR/UNIR. Porto Velho, 01 de julho de 2016.

II - Vice-chefe/Subcoordenadora: profa. Ma. Avany Aparecida Garcia, conforme Portaria nº PORTARIA Nº 176/2017/GR/UNIR. PORTO VELHO, 08 DE MARÇO DE 2017.

III - Corpo docente:

Composto por 09 docentes efetivos; 02 credenciados/colaboradores e 07 docentes de outros departamentos do *Campus*, conforme item 3.1

IV – Administrativo:

Auxiliar em administração – Celielson de Aguiar Brito.

5.2 Descrição do suporte administrativo do *Campus*

Chefia da Serca: A Diretoria de registro de controle acadêmico (DIRCA) é o órgão suplementar responsável pelo acompanhamento e controle da vida acadêmica estabelecida nos termos do artigo 33 do Estatuto da UNIR, sendo composta pelas Secretarias de Registro e Controle Acadêmico – SERCA de cada *Campus*.

a) Chefia de laboratório: a ser criada.

b) Conselhos e estruturas de decisão: As decisões do Departamento são tomadas em nível executivo pelo Chefe de Departamento e em nível deliberativo e consultivo pelo Conselho de Departamento. Das decisões da Chefia de Departamento cabe recurso ao Conselho de Departamento e das Decisões do Conselho de Departamento cabe recurso ao Conselho de *Campus*. Das decisões do Conselho de *Campus* cabe recurso ao Conselho Acadêmico-CONSEA com funcionamento na UNIR-Centro-Porto Velho.

c) Comissões permanentes no âmbito das relações do curso: a única comissão permanente ligada ao Curso é o Núcleo Docente Estruturante já descrito no item 4.1 alínea b.

5.3 Programas de extensão Universitária, Monitoria Acadêmica e Auxílios

Atualmente são oferecidos, pela Unir de Guajará-Mirim, os seguintes programas de extensão universitária, monitoria acadêmica e auxílios:

- a) **PIBID** – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, edital 61/2013/CAPES, é desenvolvido, atualmente, através do Projeto “Alfabetização Científica Interdisciplinar de Leitura”, em parceria com o Curso de Pedagogia, do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação. Possui um total de 40 bolsistas, sendo 11 do Curso de Letras e 29 do Curso de pedagogia; 04 supervisoras, professoras da rede pública de ensino, e 02 coordenadores (ambos dos cursos de Letras e Pedagogia).

- b) **Bolsa monitoria** – é responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e está respaldada pela Resolução nº 129/CONSEA, de 13 de julho de 2006, alterada pela Resolução nº 291/CONSEA, de 23 de outubro de 2012. Esse Programa surge da necessidade de contribuir com a formação teórica e prática do monitor, sob a orientação de um docente responsável pela disciplina na qual o discente for monitor, bem como trabalhar a proposta de nivelamento acadêmico. Atualmente, o curso conta com 02 vagas para discentes monitores de disciplinas a serem escolhidas a cada abertura de edital com base na necessidade encontrada.
- c) **Auxílio transporte** – é o auxílio financeiro pago para subsidiar despesas com transporte de discentes matriculados em cursos de graduação presenciais, em condições de vulnerabilidade social e econômica
- d) **Auxílio permanência** – o Programa de Bolsa Permanência é uma ação do Governo Federal que concede auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como para estudantes indígenas e quilombolas. Tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

6 DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Poderão ministrar disciplinas no curso de Letras os docentes lotados no DACL, os demais docentes do quadro permanente da UNIR, professores visitantes e professores credenciados, conforme a resolução 264/CONSEA/2011.

II - Além dos docentes acima referidos, o CONDEP do DACL poderá autorizar docentes e/ou pesquisadores de outras departamentos e instituições de ensino para orientar e participar de bancas de TCC.

III - Todos os docentes e/ou pesquisadores que ministrarem disciplinas e/ou orientarem trabalhos no âmbito dessa Matriz Curricular estarão submetidos aos critérios de avaliação em vigor na UNIR.

IV – Esta Proposta Curricular será reavaliada a cada quatro anos pelo NDE e, conforme a necessidade, poderá ser alterada para corrigir eventuais distorções.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desse projeto de reformulação, a Comissão, ao apresentá-lo ao Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem, espera ter deixado manifestas as características que permeiam toda essa construção, considerando que forma alteradas apenas o necessário, pois buscamos aproveitar e respeitar as ideias da Comissão anterior e expondo o que consideramos relevante, a saber:

- ✓ A preocupação premente coma legalidade e o atendimento de todas as exigências definidas, de forma a permitir uma rápida aprovação em instâncias superiores e uma implantação igualmente rápida;
- ✓ A preocupação com a construção de um projeto moderno e inserido na sociedade e em suas necessidades de demandas, voltado para a variante do português usada no Brasil e para o aprendizado da língua espanhola mais em sua dimensão comunicativa do que em sua dimensão teórico-gramatical;
- ✓ A preocupação com a construção de um projeto flexível em sua concepção e não apenas no oferecimento de opções de disciplinas. Na verdade, o caráter de flexibilidade do presente projeto se deve a diversas disciplinas cuja ementa permita inúmeras formas de planificação de formação desejada para os graduandos; considerando a preocupação evidente com a inserção da universidade na sociedade a qual ela serve, com uma proposta direta aos anseios dessa mesma comunidade.

Ressaltamos que a presente proposta, caso aceita pelo colegiado e devidamente implantada, deverá passar por revisão parcial a cada 02 (dois) anos, compreendendo a necessidade de atualização dos ementários, e por uma atualização geral após a integralização da primeira turma de graduandos.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20/12/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, ano CXXXIV, n. 248, 23 dez.1996. p. 27833-27841.

_____. **Lei nº 9.795, de 27/04/1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 01 dez. 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 492, de 03 de abril de 2001.** Diretrizes curriculares para os cursos de Letras. 2001a.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 28, de 02 de outubro de 2001.** Estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. 2001b.

_____. **Decreto nº 4.281, de 25/06/2002.** Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 1 dez. 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002.** Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena. 2002a.

_____. Conselho Nacional de Educação. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 2, de 1º de julho de 2015.** Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior e formação continuada. 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. 2002b.

_____. **Lei nº 10.639, de 09/01/2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 1 dez. 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 15, de 02 de fevereiro de 2005.** Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. 2005. 36 BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lei 11788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes e das outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 26 set. 2008.

_____. **Lei nº 11.645, de 10/03/2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <<http://www.iteral.al.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 1 dez. 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96** – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR. F237p **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: 2014 – 2018 / Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO** . Porto Velho, Rondônia : UNIR/ RO, 2014. 177p.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 Jul. 2016.

SCHIMIT, Aurélio. **Conexão Emancipadora**. Disponível em: <<http://aurelioschmitt.blogspot.com.br.> > Acesso em: 19. Jul. 2016.

APÊNDICES

Nesse tópico, elaboramos dois documentos “**Regulamento do Estágio Supervisionado (400h)**” e o “**Regulamento Específico de Trabalho de Conclusão do Curso – TCC**”. Ambos os apêndices são documentos elaborados que complementam o PPC e servem de fundamentação básica referentes às disciplinas de Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão do Curso.

Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado (400h)

Concepções Básicas

O estágio supervisionado obedecerá às definições regulamentadas na Resolução nº 02 do CNE/CP de 1º/07/2015, especialmente no que tange à sua realização em escolas de educação básica, com o mínimo de 400 (quatrocentas) horas, iniciando a partir do quinto período até o oitavo, proporcionando a articulação entre a teoria e a prática.

O aluno também poderá realizar estágios curriculares não-obrigatórios, sempre informando à Chefia do DACL sobre a efetivação de tais estágios e desde que estes não estejam em conflito com as atividades curriculares do curso. Possíveis aproveitamentos de estágios não-obrigatórios serão submetidos ao Conselho de Departamento.

O desenvolvimento do estágio será através de: observação, participação e regência de atividades docentes, nas redes oficiais de ensino, exclusivamente nas áreas de Língua Portuguesa e respectivas Literaturas, Produção de Texto e Redação.

A prática do estágio concretiza os aprendizados teóricos visando uma análise crítica da ação educativa efetivamente, experiência que promoverá discussões sobre procedimentos pedagógicos para o ensino.

Para a obtenção do diploma de licenciatura, o Parecer CNE/CP 9/2001 orienta que “a avaliação da prática [...] constitui momento privilegiado para uma visão crítica da teoria e da estrutura curricular do curso.” E como componentes curriculares, os estágios articulam aspectos diferenciais do Curso de Letras oferecido pela Unir, *Campus* de Guajará-Mirim, proporcionando ao acadêmico a prática de observação, participação e ensino, dividida em quatro disciplinas de 100 (cem) horas cada.

Os critérios sobre a prática do estágio, de responsabilidade do Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem e dos estabelecimentos escolares parceiros obedecerão ao regulamento que segue.

TÍTULO I - DA CARACTERIZAÇÃO

Artigo 1º - O Estágio Supervisionado de que trata este regulamento refere-se à formação de docentes em Letras-Língua Portuguesa (Licenciatura) pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir), *Campus* de Guajará-Mirim.

Artigo 2º - O estágio do curso de Letras-Língua Portuguesa (Licenciatura), como atividade didático-pedagógica supervisionada, de competência da instituição formadora, tem conteúdos e objetivos definidos no PPC do curso.

Artigo 3º - O estágio tem a finalidade de integrar e adaptar o ensino a situações práticas, refletindo sobre o processo de ensino e aprendizagem de maneira individual e coletiva, durante o processo de formação.

Artigo 4º - O estágio só poderá ser realizado em Instituições de Ensino públicas ou particulares que proporcionem aos estagiários experiências práticas com o ensino de Língua Portuguesa e Literaturas.

CAPÍTULO I - DA OBRIGATORIEDADE

Artigo 5º - O estágio supervisionado do curso de Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura) é atividade curricular obrigatória na formação do licenciado conforme Resolução nº 02 CNE/CP de 1º/07/2015 a qual prevê uma carga horária mínima de 400 horas, a ser efetivada na Educação Básica: séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, com participação em atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos.

Parágrafo único – Os acadêmicos que já estiverem exercendo a docência durante a sua formação e a comprovarem por documento da instituição de atuação, poderão ter a carga

horária do estágio reduzida em até 200 horas, conforme Resolução nº 02 do CNE/CP de 1º/07/2015, desde que atue no mesmo nível de ensino exigido para a sua habilitação.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Artigo 6º - O Estágio Supervisionado do Curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)** tem como objetivos:

I - Proporcionar ao graduando e futuro profissional uma aproximação e compreensão da realidade educacional, para adquirir competências necessárias à intervenção adequada na resolução de situações-problema;

II - Analisar criticamente a prática docente observada nas séries finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio com subsídios teóricos apropriados;

III – Compreender, na vivência da formação profissional, a dinâmica da sala de aula inerente ao interior da escola e vinculada ao contexto adjacente e comum onde está inserida;

IV - Permitir o conhecimento das diretrizes que envolvem o papel do professor, do aluno, do gestor e da organização e do funcionamento de toda a equipe pedagógica no processo de ensino e de aprendizagem;

V – Elaborar projetos que problematizem, reflitam e transformem a prática docente, a partir de situações vivenciadas, com a integração dos conhecimentos das várias disciplinas cursadas;

VI - Participar de projetos que estimulem o intercâmbio da UNIR com outras instituições e com a comunidade em geral, proporcionando a transformação das comunidades, dos professores, das instituições, empresas e do próprio aluno;

VII - Despertar o acadêmico para novas habilidades e aptidões para a docência e para o fortalecimento do vínculo entre a UNIR e os sistemas educacionais;

VIII - Estimular a iniciativa do acadêmico para o maior compromisso com a formação dos estudantes, permitindo segurança e agilidade nas atividades profissionais;

VIII - Observar, participar e intervir na prática educativa, comunicando, por meio da elaboração de relatórios os resultados obtidos;

IX – Proporcionar à Universidade, através dos relatórios elaborados e apresentados, uma revisão e atualização do currículo, das metodologias e avaliações utilizadas.

Artigo 7º - Constituem objetivos da formação em **Letras Língua Portuguesa (Licenciatura)**

I - Possibilitar ao estagiário o conhecimento da realidade de uma instituição escolar, sua filosofia e sua organização nos diferentes aspectos, bem como, a familiarização do estagiário com seu futuro ambiente de trabalho.

II - Estimular o futuro profissional ao aprimoramento de sua formação, bem como, a ampliação do interesse pela pesquisa científica e tecnológica relacionada aos problemas peculiares a educação.

III - Promover a vivência educacional interdisciplinar, através de experiências mais concretas vivenciadas em situações educacionais reais, possibilitando o contato inicial com atividades inerente à sua futura área de atividade profissional, visando assim, o aprimoramento e a complementação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso de graduação.

V - Incentivar a criação e o desenvolvimento de atividades e atitudes propícias à cooperação e interação entre a Instituição e Escolas e/ou empresas, possibilitando, dessa forma, a solução de problemas de interesses sociais educacionais e/ou culturais.

VI - Proporcionar ao acadêmico as ferramentas adequadas no intuito de que este observe, reflita e analise assuntos do cotidiano educacional e social da comunidade a qual participa, percebendo, *in loco*, a importância da relação entre teoria e prática para o desenvolvimento de um profissional da educação.

CAPÍTULO III - DA DISCIPLINA ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Artigo 8º - A disciplina aqui tratada terá início no quinto período, estendendo-se até o final do curso, somando, ao todo, 400 horas de estágio. A mesma será distribuída em quatro fases, sendo cada uma de 100 horas, onde, cada uma dessas fases terá sua carga horária dividida segundo as diferentes áreas de atuação do licenciado em **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)**, a saber: 60 horas para observação, participação, ensino e outras atividades de apoio e 40 horas destinadas à preparação e avaliação do processo e elaboração dos relatórios de estágio inclusas na disciplina.

§ 1º No quinto e no sexto períodos letivos a disciplina será denominada respectivamente Estágio Supervisionado I e II – Fase de Observação e Participação em Língua Portuguesa e Literatura.

§ 2º No sétimo e oitavo períodos letivos a disciplina será denominada Estágio Supervisionado III e IV – Fase de Prática Educacional em Língua Portuguesa e Literatura.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO E SUPERVISÃO

Artigo 9º - A coordenação, dinamização e supervisão do Estágio são de responsabilidade da comissão de professores especificamente indicados para essa atividade.

Artigo 10º - Os docentes que supervisionarão o Estágio estabelecerão com os acadêmicos as estratégias para o desenvolvimento do mesmo, bem como, a distribuição da carga horária entre as diferentes atividades, inclusive a especificação dos horários dos estagiários nas unidades de ensino.

Artigo 11 – Os docentes responsáveis pela supervisão do estágio deverão, acompanhar, orientar e avaliar o acadêmico estagiário no que diz respeito a execução do estágio e sua atuação, estabelecendo os critérios de avaliação de acordo com este regulamento e com o programa da disciplina.

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO

Artigo 12 – Para a avaliação do aluno quanto ao Estágio Supervisionado serão apreciados:

I – participação e desempenho nas atividades dos encontros semanais do grupo classe com os professores supervisores;

II – cumprimento e desenvolvimento das atividades propostas para o estágio na unidade de ensino, que deverão ser acompanhados por visitas dos docentes supervisores à respectiva instituição, ficha de registro da frequência e do trabalho desenvolvido, assinada pelo responsável da escola ou instituição;

III – apresentação de relatório final das atividades desenvolvidas pelo estagiário na unidade de ensino durante a 1ª, a 2ª, 3ª e 4ª fases do Estágio Supervisionado;

IV – apresentação dos planos de aula e o desempenho nas atividades de regência de sala, na 3ª fase do Estágio.

TÍTULO II - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 13 – A aprovação do aluno na disciplina Estágio Supervisionado dependerá do cumprimento da frequência mínima exigida nas atividades em sala de aula (supervisão com o professor e demais colegas estagiário) e no cumprimento das horas do estágio em campo adequadamente registrados em ficha própria, de acordo com o modelo em anexo.

Artigo 14 – Em hipótese alguma se constituirá vínculo empregatício, do aluno com a instituição pública ou privada onde se realizar o estágio.

Artigo 15 – O aluno poderá realizar estágios não-obrigatórios desde que estes não tenham conflito com as demais atividades do curso, sendo eventuais aproveitamentos submetidos ao Conselho de Departamento.

Artigo 16 – Os casos omissos deverão ser analisados e resolvidos pelos professores supervisores de estágio, em primeira instância e, em segunda instância, pelo Conselho de Departamento do Curso (CONDEP).

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR
CAMPUS DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM-DACL
BR 425, Km 2,5, Bairro: Jardim das Esmeraldas/ Guajará-Mirim/ 76.850-000
Fone: (69) 8434 – 4764/ E-mail: daciguajara@unir.br

**REGULAMENTO ESPECÍFICO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO – (TCC)**

Curso: Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)

(Ingressantes a partir de 2018)

(Alterações aprovadas pelo CONDEP na reunião ordinária de 01 de junho de 2017)

Guajará-Mirim/RO

2017

Identificação

- **Instituição:** Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR
- **Unidade:** Campus de Guajará-Mirim
- **Departamento:** Acadêmico de Ciências da Linguagem-DACL
- **Endereço:** BR-425, Km 2,5, Bairro: Jardim das Esmeraldas, Guajará-Mirim-RO, CEP. 76850-000

Projeto: Criação do **REGULAMENTO ESPECÍFICO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – (TCC)** do Curso de **Letras – Língua Portuguesa (Licenciatura)**.

Equipe de Trabalho – Núcleo Docente Estruturante-NDE/COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

- Prof. Dr. Edinaldo Flauzino de Matos (Membro do NDE/Coordenador do Curso)
- Profa. Dra. Auxiliadora dos Santos Pinto (membro do NDE)
- Profa. Ma. Avany Aparecida Garcia (Membro do NDE/Subcoordenadora do Curso)
- Prof. Me. Oziel da Silva Marques (membro do NDE)
- Profa. Dra. Geralda de Lima Vitor Angenot (Docente Colaboradora)
- Profa. Ma. Janine Félix da Silva (Docente Colaboradora)
- Profa. Ma. Márcia Dias dos Santos (Membro Presidente do NDE)
- Profa. Ma. Michela Araújo Ribeiro (Docente Colaboradora)
- Profa. Ma. Rosa Maria de Lima Ribeiro (Docente Colaboradora)
- Secretária Executiva: Sônia dos Santos (Técnica Colaboradora 2014-2016)
- Auxiliar Administrativo: Celielson de Aguiar Brito (técnico Colaborador atual)
- Discente: Thiago da Silva Peredo (Colaborador: 2014)
- Discente: Jorge Cleibson França da Silva (Colaborador: 2015-2016)
- Discente: Ane Caroline Rodrigues dos S. Fonseca (Colaboradora: 2017- Atual).

Guajará- Mirim/RO

2017

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este regulamento tem por finalidade estabelecer as normas relativas à elaboração, acompanhamento, orientação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso dos acadêmicos do Curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)**.

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular de caráter obrigatório e tem por objetivo promover a complementação da formação acadêmica e profissional no que se refere ao fomento da iniciação à pesquisa, criação, execução, avaliação e reflexão científica e corresponde a 07 (sete) créditos, referentes às disciplinas “Trabalho de Conclusão de Curso – elaboração de projeto” e “Trabalho de Conclusão de Curso – Produção e defesa”, com carga horária total de 140 (cento e quarenta) horas, as quais serão ofertadas nos 6º e 8º períodos respectivamente.

Art. 3º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e as atividades decorrentes de sua execução correspondem: i) atividade individual do acadêmico, quando a produção for monografia; ii) atividade individual ou em dupla, quando for artigo científico e/ou iii) atividade em grupo, quando for Teatro/Artigo, conforme item IV do Art. 15º.

Art. 4º - Os Trabalhos de Conclusão de Curso deverão estar vinculados aos eixos temáticos de formação do curso, ou seja: i) Eixo temático de formação em Língua Portuguesa e Linguística (LPL); ii) Eixo temático de formação na Área de Literatura (LI); iii) Eixo de temático de Formação Complementar (FC) e iv) Eixo temático de Formação Diversificada (FD).

Art. 5º - Se na execução da pesquisa para o TCC houver a previsão de envolvimento com seres humanos, o projeto deverá ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme previsto na Resolução CNS 196/96 e posteriores, se houver.

Parágrafo Único – A obtenção do Título de **Letras - Língua Portuguesa/Literaturas** terá como requisito indispensável, a elaboração, apresentação e defesa de: i) atividade individual do(s) acadêmico(s), quando a produção for monografia; ii) atividades em dupla, quando for artigo científico e/ou iii) atividade em grupo, quando for Teatro/Artigo, conforme item IV do Art. 15º.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS E DA ESTRUTURA

Art. 6º - São Objetivos do TCC:

- I – Aprofundar os conhecimentos na área da formação exigida.
- II – Demonstrar os conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica.
- III – Despertar e estimular a prática da pesquisa científica de forma contínua.

Art. 7º - O Trabalho de Conclusão de Curso, enquanto estrutura organizacional, está representado por:

- I – Professor (es) das disciplinas de “Trabalho de Conclusão de Curso – Elaboração de Projeto” e “Trabalho de Conclusão de Curso – Produção e defesa”.
- II – Professores Orientadores.
- III – Orientandos.

Art. 8º - A realização do TCC compreenderá as seguintes etapas:

- I – Elaborar um projeto de TCC na disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso – elaboração de projeto”.
- II – Elaborar Monografia, Artigo e Teatro/Artigo e realizar defesa final perante Banca Examinadora conforme cronograma estabelecido pelo professor da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso – Produção e defesa” previamente aprovado pelo CONDEP do Curso e de acordo com o calendário acadêmico em vigor para o período letivo.

Parágrafo Único – Quando o Trabalho de Conclusão de Curso for uma Peça Teatral, sendo em grupo, será apresentada adaptação dessa ou produção inédita além do projeto de TCC.

Art. 9º - O Tema do TCC deverá ser definido em comum acordo com o professor orientador, desde que esteja relacionado com as áreas de interesse definidas no curso de Letras do *Campus* de Guajará-Mirim.

Art. 10º - A orientação metodológica do Trabalho de Conclusão de Curso será conforme Normas Técnicas elaboradas por este Departamento com base nas Normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes.

Art. 11º - A pesquisa do TCC será desenvolvida sob a orientação de um docente, conforme Art. 14º, devendo ser respeitada a produção intelectual de outros, evitando-se plágios parciais ou totais, os quais, uma vez identificado, levam à reprovação do trabalho.

Art. 12º - Cabe ao Professor Orientador orientar, analisar e aprovar o Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo acadêmico.

CAPÍTULO III DOS PRÉ-REQUISITOS

Art. 13º - Somente poderá efetivar matrícula nas disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso, o acadêmico que não tiver pendências em quaisquer disciplinas em semestres antecedentes ao de oferta daquelas.

CAPÍTULO IV DA ORIENTAÇÃO

Art. 14º - O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido e realizado sob orientação de um docente do Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem e, eventualmente:

- a) Por um docente de outro Departamento da UNIR, desde que a atuação deste tenha afinidade com o tema em estudo, e mediante termo de aceite de orientação e aprovação do CONDEP/DACL.
- b) Por um docente devidamente credenciado neste Departamento, mediante termo de aceite de orientação e aprovação pelo CONDEP/DACL.

Art. 15º - Compete ao Docente Orientador:

- I- Ser corresponsável pelo TCC por ele orientado, devendo constar em todos os documentos o seu nome e titulação.
- II- Fornecer as orientações gerais do TCC e deste regulamento aos acadêmicos durante os semestres vinculados às etapas de sua elaboração.
- III- Tomar, no âmbito de sua competência, todas as medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste regulamento.
- IV- Orientar concomitantemente o máximo de 5 (cinco) trabalhos ou um grupo de teatro¹³.
- V- Atender aos orientandos nos dias, horas e locais pré-estabelecidos.
- VI- Preencher e assinar o relatório de atendimento de seu(s) orientando(s), que será entregue pelo discente/orientando ao Docente da(s) disciplina(s) de Trabalho de Conclusão de Curso.
- VII- Colaborar com o orientando sugerindo bibliografias e outras fontes de pesquisa necessárias para a realização do TCC;

¹³ O docente poderá exceder o referido número de orientandos se for de extrema necessidade desde que seja aprovado pelo CONDEP.

- VIII- Fazer as devidas correções normativas, gramaticais e estruturais necessárias antes da defesa.
- IX- Presidir as cerimônias de Avaliação de seu(s) orientando(s).
- X- Preencher e assinar, com os demais membros da banca examinadora, a ata final da sessão de defesa do TCC.
- XI- Certificar-se da autoria dos trabalhos desenvolvidos pelos respectivos orientandos, impedindo o andamento de trabalhos e/ou encaminhamento para defesa em banca final daqueles que configurarem plágio parcial ou total.
- XII- Inabilitar o(s) acadêmico(s) para a defesa do TCC quando o texto do TCC não merecer aprovação. Em qualquer caso, a decisão do orientador deverá ser entregue por escrito ao Docente da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso – Produção e Defesa, bem como à Chefia de Departamento.
- XIII- Orientar e exigir do orientando aprovado, o cumprimento das devidas correções exigidas pela banca, antes da entrega final do exemplar indicado ao ACERVO da Biblioteca local do *Campus*.

Parágrafo Único - Uma vez detectado e comprovado o plágio, o docente/orientador solicitará ao acadêmico uma nova versão do trabalho, impedindo-o da exposição deste. Não havendo o cumprimento da solicitação, o orientador deverá comunicar o caso ocorrido ao Docente da disciplina de “Trabalho de Conclusão de Curso – Produção e defesa”, para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Art. 16º - As reuniões entre orientador e orientando(s) deverão constar no calendário de orientação.

§ 1º - O orientador, em acordo com o(s) orientando(s), estabelecerá um “Calendário de Orientação” sobre as atividades e exigências a ocorrerem no decorrer da elaboração do TCC e o entregará ao Docente de TCC até o final da segunda semana letiva das disciplinas “Trabalho de Conclusão de Curso”.

Art.17º - Caso o orientador, por motivos plausíveis, queira se desligar da orientação, deverá comunicar ao CONDEP, através de um instrumento motivado, no prazo máximo de 03 (três) meses antecedentes à defesa.

CAPÍTULO V

DOS EIXOS TEMÁTICOS

Art. 18º - Os eixos temáticos norteadores do curso de **Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura)** estão subdivididos em quatro, a saber: i) Língua Portuguesa e Linguística, ii) Literaturas de Língua Portuguesa, iii) Formação Complementar e iv) Formação Diversificada.

Art. 19º - Os estudos que se encaixam na área de **Língua Portuguesa e Linguística** estão interligados às disciplinas:

- Português Instrumental;
- Introdução à linguística;
- Filosofia da Linguagem
- Fonética e Fonologia,
- Língua Latina;
- Morfologia Geral;
- Morfologia do Português;
- Introdução à Sintaxe;
- Sintaxe do Português;
- Semântica e Pragmática;
- Filologia Romântica;
- Sociolinguística e Dialetoлогия.

Art. 20º - Os estudos que se encaixam na área dos estudos literários incluem: **Teoria da Literatura e Literaturas de Língua Portuguesa** que estão interligados às disciplinas:

- Teoria da Literatura I;
- Teoria da Literatura II;
- Literatura Portuguesa I;
- Literatura Portuguesa II;
- Literatura Brasileira I;
- Literatura Brasileira II;
- Literatura Brasileira III;
- Literatura Africana de Língua Portuguesa;
- Literatura Regional/Amazônica;

Art. 21º - Os estudos que se encaixam na área de **Formação Complementar** estão interligados às disciplinas:

- Metodologia Científica;

- Psicologia Educacional;
- Culturas Indígenas;
- Didática;
- Legislação de Ensino;

Art. 22º - Os estudos que se encaixam na área de **Formação Diversificada** estão interligados às disciplinas:

- Análise do Discurso;
- Culturas Africanas e Afro-Brasileiras;
- Educação e Política Linguística;
- Literatura Infanto-Juvenil;
- Erotismo na Literatura;
- Introdução à Literatura Fantástica;
- Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino;
- Produção de Texto Acadêmico;
- Linguagem e Sexualidade;
- Semiótica do discurso;
- Linguística Bantu;
- Leitura e Produção de Textos.

CAPÍTULO VI DO ORIENTANDO

Art. 23º - É considerado discente em orientação no TCC, ou seja, orientando, aquele regularmente matriculado em uma das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso;

Parágrafo Único: Toda documentação referente ao TCC somente deverá ser entregue à Coordenação do Curso, ou seja, ao Chefe do Departamento, após a anuência do Docente Orientador.

Art. 24º - O orientando tem os seguintes deveres:

- Tomar conhecimento deste Regulamento e de sua sistemática.
- Efetuar elaboração e apresentação do projeto de pesquisa (diante de uma banca examinadora) na data indicada pelo Docente da disciplina de TCC - Elaboração de Projeto.

- Elaborar o TCC - Trabalho de Conclusão em consonância ao Calendário de Orientação estabelecido pelo Docente Orientador.
- Elaborar o TCC conforme as Normas Estabelecidas pelo DACL em consonância com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes.
- Apresentar ao DACL três cópias do TCC, o formulário de acompanhamento (apêndice B) e o parecer para encaminhamento de Trabalho de Conclusão de Curso à Banca Examinadora (apêndice D) na data definida pelo Docente/ Orientador e conforme apêndice C, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias para qualificação.
- Defender perante Banca Examinadora seu Trabalho de Conclusão de Curso, o qual será considerado aprovado quando obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta).
- **Parágrafo Único** - Não será encaminhado à Banca Examinadora o TCC que contenha as seguintes restrições:
 - a) Parecer negativo do Docente Orientador.
 - b) For entregue fora do prazo.
 - c) Ter sido elaborado sem o acompanhamento do Docente Orientador e do Docente da disciplina de Elaboração do Trabalho Monográfico.

CAPÍTULO VII

DA APROVAÇÃO OU REPROVAÇÃO

Art. 25º - A aprovação ou reprovação do acadêmico estará ligada à nota atribuída pela Banca Examinadora no ato da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 1º - A nota final do acadêmico será o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora, após o momento da arguição, no ato da defesa.

Art. 26º - Para aprovação o acadêmico deverá obter nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos;

Art. 27º - Os resultados finais, assinados por todos os membros da banca examinadora, deverão estar registrados em atas próprias, anexadas ao TCC, e arquivadas no DACL;

Parágrafo Único - Cabe à Banca Examinadora preencher as atas de aprovação constando os itens relativos à avaliação do TCC.

Art. 28º - O discente que não entregar o TCC nos prazos determinados ou que não se apresentar para a defesa oral sem justificativa na forma da legislação em vigor, estará automaticamente reprovado.

Art. 29º - O discente que entregar um Trabalho de Conclusão de Curso comprovadamente plagiado será advertido pelo orientador e terá nova oportunidade de redação.

§ 1º - será considerado plágio o uso indevido de textos ou trechos textuais sem as devidas referências bibliográficas.

Art. 30º - Competirá ao Conselho do Departamento do Curso analisar prováveis recursos das avaliações finais.

Art. 31º - Não haverá recuperação da nota final atribuída ao TCC pela Banca Examinadora. Como tal, a aprovação e reprovação será definitiva.

Art. 32º - Se reprovado, ficará a critério do discente continuar ou não com o mesmo tema e/ou com o mesmo orientador.

Art. 33º - Em caso de mudança de tema e/ou orientador, o acadêmico deverá reiniciar o processo de produção do Trabalho de Conclusão de Curso desde a elaboração do projeto com acompanhamento do Orientador (a), até a sua versão definitiva, porém, terá que efetuar nova matrícula apenas na disciplina (TCC – Produção e Defesa) sem, necessariamente, ter que refazer a disciplina (TCC – Elaboração do Projeto).

Art. 34º - Ao discente cujo TCC tenha sido reprovado será vedada a defesa de novo TCC, qualquer que seja a alegação, no semestre da reprovação.

Art. 35º - Após a aprovação, e consideradas as retificações sugeridas pela Banca Examinadora, o acadêmico que obtiver nota a partir de 90 (noventa) pontos deverá, com a aquiescência do Docente Orientador, proceder à entrega da versão final do TCC em 02 (dois) CDs (com o trabalho no formato em PDF), devidamente identificado, sendo um a ser entregue ao DACL e o outro com 01 (uma) cópia impressa e devidamente encadernada à Biblioteca Setorial.

§ 1º - A versão definitiva deverá ser encadernada em capa dura, na cor azul, em letras douradas e lombada com título e autor, seguindo regras de editoração e formatação do Curso, conforme as normas da ABNT.

§ 2º - A versão definitiva encadernada em capa dura com Ficha Catalográfica emitida pela bibliotecária, e assinada, se possível, pelo orientador e pelos componentes da banca convidados. Porém, se porventura, no momento da entrega, o Orientador ou convidados estiverem impedidos de ser encontrados por razões de (mudanças, transferências, demissões

ou licenciados etc.), a versão final do TCC poderá ser aceita mediante a assinatura de um dos componentes da banca e da Coordenação do Curso.

Obs.: Os casos omissos serão resolvidos pelos membros do CONDEP.

§ 3º - O(s) discente(s) aprovados com notas entre 60 (sessenta) e 90 (noventa) pontos deverá(ão) entregar ao DACL uma cópia do TCC definitivo, apenas encadernada em espiral, e em 01 (um) CD (com o trabalho no formado (WORD) e PDF), sem necessidade de Ficha Catalográfica pela), apenas devidamente identificado e assinado pela banca examinadora conforme § 2º.

§ 4º - O(s) discente (s) cederão os direitos autorais ao DACL/UNIR, para publicação e possíveis usos didáticos pela Instituição resguardado o direito de dispor de sua propriedade intelectual para possíveis publicações.

§ 5º - A autorização de publicação do TCC, constante no apêndice J, deverá ser anexada ao TCC na versão capa dura.

CAPÍTULO VIII

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 36º - A Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso será composta por 3 (três) Docentes, sendo um o Orientador e os outros dois conhecedores do tema abordado, podendo ser docente não vinculado à UNIR, desde que seja aprovado pelo Conselho de Departamento.

Parágrafo Único - A escolha da Banca Examinadora fica sob a responsabilidade do Orientador em consonância com o(s) orientando(s), de acordo com área de afinidade do tema trabalhado.

Art. 37º - A Banca Examinadora somente poderá executar os seus trabalhos com a presença dos três membros designados para este fim.

§ 1º. O não comparecimento de algum dos membros da Banca Examinadora deverá ser comunicado, por escrito, ao Professor do TCC, e uma nova data para apresentação deverá ser marcada, sem prejuízo do cumprimento da determinação deste parágrafo desde de que esteja dentro do prazo do calendário do Semestre Vigente.

CAPÍTULO IX

DA DEFESA

Art. 38º - As sessões de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso serão abertas ao público.

§ 1º - O Orientador poderá solicitar ao Docente da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso – produção e defesa” a fixação de prazos para qualificação do TCC.

§ 2º - A Chefia/Coordenação do DACL, após aprovação pelo Conselho de Departamento, divulgará previamente na página do Departamento e nos murais do *Campus* o calendário de defesa.

Art. 39º - Na apresentação, o(s) acadêmico(s) terá(ão) de 20 (vinte) a 30 (trinta) minutos para exposição do seu trabalho, em caso de monografia; de 15 (quinze) a 25 (vinte e cinco) minutos, se artigo científico, e de 60 (sessenta) a 90 (noventa) minutos em caso de Peça Teatral.

Art. 40º - Cada componente da Banca Examinadora contará com até 10 (dez) minutos para fazer a sua arguição, e o(s) acadêmico(s) disporá(ão) de 5 (cinco) minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art. 41º - A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento das arguições e constará do somatório e da divisão das notas dos 3 (três) componentes da Banca Examinadora.

Art. 42º - A Banca Examinadora poderá sugerir ao acadêmico que reformule aspectos de seu Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 1º - O Orientador, quando acatar as sugestões dos demais membros da banca, será responsável pelo acompanhamento das reformulações solicitadas pela Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 43º - As atas apenas aos Trabalhos de Conclusão de Cursos serão assinadas por todos os membros da Banca Examinadora e pelo(s) discente(s).

CAPÍTULO X

DA DEFINIÇÃO E ESTRUTURA DO PROJETO DE PESQUISA

Art. 44º - Considera-se projeto de pesquisa o documento que contém as linhas básicas e as ideias principais da pesquisa que se pretende realizar. A ABNT NBR 15287:2011 concebe projeto de pesquisa como “uma das fases da pesquisa”, a qual compreende “a descrição de sua estrutura”. Dessa acepção, a estrutura do projeto de pesquisa será ser apresentada pelo docente da disciplina com base nas Normas da ABNT e aprovada pelo CONDEP.

CAPÍTULO XI

DA DEFINIÇÃO E ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

Art. 45º - O termo monografia designa um tipo especial de trabalho científico, ou seja, “considera-se monografia aquele trabalho que reduz sua abordagem a um único assunto, a um único problema, com um tratamento especificado” (SEVERINO, 2007, p. 200).

Art. 46º - O trabalho será monográfico uma vez que satisfaça a exigência da especificação, ou seja, na razão direta de um tratamento estruturado de um único tema, devidamente especificado e delimitado, a ser defendido por um único discente. Este trabalho caracteriza-se mais pela unicidade e delimitação do tema e pela profundidade do tratamento do que por sua eventual extensão, generalidade ou seu valor didático.

Dessas acepções, a estrutura da MONOGRAFIA será apresentada pelo docente da disciplina de TCC com base nas Normas da ABNT e aprovada pelo CONDEP.

CAPÍTULO XII

DA DEFINIÇÃO E ESTRUTURA DO ARTIGO CIENTÍFICO

Art. 47º - A principal característica do artigo científico como (TCC) é que as suas afirmações devem estar baseadas em evidências advindas de um dos eixos de pesquisa do curso de **Letras – Língua Portuguesa (Licenciatura)**, sejam elas oriundas de pesquisa de campo ou comprovadas por estudos analíticos bibliográficos de outros autores em seus trabalhos. Isso não significa que o autor não possa expressar suas opiniões no artigo, mas que deve demonstrar para o leitor qual o processo lógico que o levou a adotar aquela opinião e quais evidências que a tornariam mais ou menos provável, formulando hipóteses.

Art. 54º - O Artigo Científico como modalidade de TCC, semelhante aos demais trabalhos acadêmicos, deve conter as seguintes partes: i) elementos pré-textuais, os quais antecedem o texto com informações que ajudam na sua identificação e utilização; ii) elementos textuais, parte do trabalho em que é exposta a matéria; e iii) elementos pós-textuais, os quais complementam o trabalho.

Dessas acepções, a estrutura do ARTIGO CIENTÍFICO será apresentada pelo docente da disciplina de TCC com base nas Normas da ABNT e aprovada pelo CONDEP.

CAPÍTULO XIII

DO TEATRO

Art. 55º - O Teatro como modalidade de TCC, obedecerá aos seguintes critérios:

- Produção de um Projeto de Pesquisa conforme as normas estabelecidas no Manual de Normas Técnicas elaborado por este Departamento, o qual está de acordo com as Normas da ABNT. Este projeto deverá conter, em apêndice, adaptação de uma obra literária ou texto inédito.
- O (a) professor(a) orientador(a) e os(a) acadêmicos deverão seguir as regras do TCC (Teatro) estabelecidas pelo DAACL.
- Elaboração de artigo científico, em grupo de no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) discentes, sendo esse composto de no mínimo 15 (quinze) páginas e no máximo 20 (vinte), o qual deverá ser entregue à Banca Examinadora no prazo de 15 (quinze) dias anterior à defesa (apresentação teatral).

Art. 56º - A apresentação teatral (defesa) compreenderá: i) um monólogo (01 discente) ou ii) grupo de no máximo 15 (quinze) discentes.

Art. 57º - A defesa do TCC (teatro) deverá ser apresentada publicamente diante de banca examinadora composta de três ou quatro docentes, incluindo o orientador.

§ 1º - O tempo mínimo para a apresentação da peça teatral será de 60 (sessenta) minutos e o tempo máximo de 90 (noventa) minutos.

Art. 58º - A Banca Examinadora será soberana para avaliar o Trabalho de Conclusão de Curso (Teatro) conforme critérios de avaliação expressos na ficha anexa a este.

Art. 59º - Deverá ser entregue à Banca Examinadora artigo científico elaborado pelos alunos participantes do teatro, o qual deverá apresentar discussão sobre os temas e itens que envolvam a peça teatral.

Art. 60º - A nota atribuída ao(s) discente(s) pela Banca Examinadora, tanto para o artigo quanto para a defesa, compreenderá a média mínima 60 (sessenta) e máxima 100 (cem), sendo somadas as duas médias e divididas para obter a média final.

Considerando as acepções acima, a estrutura do ARTIGO CIENTÍFICO referente à apresentação de TEATRO será apresentada pelo docente da disciplina de TCC com base nas Normas da ABNT e aprovada pelo CONDEP.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 61º - O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso, indispensável para a colação de grau.

Art. 62º - Compete ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Departamento Acadêmico de Ciências da Linguagem dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento e suprir as possíveis lacunas existentes, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Art. 63º - Os casos omissos serão resolvidos, em primeira instância, pelo NDE e, em segunda, pelo Conselho do Departamento do Curso.

Art. 64º - Este regulamento entra em vigor após aprovação pelos órgãos competentes na estrutura da UNIR.

APÊNDICE - A
TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO DE TCC

Pelo _____ presente _____ termo, _____ eu,
Docente _____, aceito a orientação do
trabalho de TCC em forma de _____ intitulado:

_____do(a) ou do(as)
acadêmico(a)s: _____

Turma: _____ - Fase: _____ do Curso de Letras: Língua Portuguesa
(Licenciatura).

Guajará-Mirim/RO - ____/____/_____.

Docente/Orientador(a)

Acadêmico(a)s Orientando(a)s

APÊNDICE-C
DECLARAÇÃO DE CIENTE

Eu

Discente do 8º Período do Curso de Letras – Língua Portuguesa (Licenciatura), do DACL, Campus de Guajará-Mirim, declaro estar ciente que deverei entregar, na forma deste Regulamento, o Trabalho de Conclusão de Curso até o dia ____/____/____, sob pena de estar automaticamente reprovado, conforme o Artigo 24º, parágrafo único, o qual deixa claro que:

Não será encaminhado à Banca Examinadora o TCC que contenha as seguintes restrições:

- a) Parecer negativo do Docente Orientador (a).
- b) For entregue fora do prazo.
- c) Ter sido elaborado sem o acompanhamento do Docente Orientador (a) e do (a)

Docente de Elaboração do Trabalho Monográfico.

Guajará-Mirim, ____/____/____

Assinatura: _____

APÊNDICE-D**PARECER PARA ENCAMINHAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO À BANCA EXAMINADORA**

Após análise prévia do Trabalho de Conclusão de Curso em forma de _____
intitulado:“ _____”

_____”
autorizo () não autorizo () o acadêmico (a) :

_____ a apresentar o trabalho citado à Banca
Examinadora do Curso de Letras – Língua Portuguesa (Licenciatura), da Fundação
Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Guajará-Mirim.

Banca Examinadora: _____

Observação:

Guajará-Mirim: ____/____/_____

Orientador(a): _____

Assinatura: _____

APÊNDICE-E**FICHA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**() **ARTIGO**() **MONOGRAFIA**

Banca Examinadora	
Acadêmico (a):	
Título:	
Orientador (a):	
Data:	

Quesitos de análise	Valor de referência	Valor obtido
Delimitação do tema, formulação do problema e objetivos claramente definidos.	0 a 10	
Revisão da literatura	0 a 10	
Metodologia utilizada para resolver o problema adequadamente e corretamente aplicada	0 a 10	
Relato descrito com clareza	0 a 10	
Conclusão estabelecida de forma clara e coerente com a apresentação dos dados	0 a 10	
Utilização adequada das normas do DACL	0 a 10	
Bibliografia atualizada	0 a 10	
Apresentação oral do trabalho de forma clara e consistente	0 a 10	
Tempo de apresentação (20 a 30 minutos) – monografia Tempo de apresentação (15 a 25 minutos) - artigo científico	0 a 10	
Respostas corretas e convenientes às arguições da Banca Examinadora.	0 a 10	
Total Geral		

 Avaliador (a), TÍTULO, NOME, ORIGEM

APÊNDICE-F**FICHA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO –****TEATRO: () APRESENTAÇÃO**

Banca Examinadora	
Acadêmico:	
Título:	
Orientador:	
Data:	

Quesitos de análise	Valor de referência	Valor obtido
Cenário	0 a 10	
Trilha sonora	0 a 10	
Iluminação	0 a 10	
Figurino/ adereços	0 a 10	
Expressão corporal	0 a 10	
Entonação de voz	0 a 10	
Sincronização das ações e falas	0 a 10	
Roteiro escrito (adaptação ou original)	0 a 10	
Elenco e equipe de produção	0 a 10	
Tempo de apresentação (60 a 90 minutos)	0 a 10	
Total Geral		

Avaliador (a), TÍTULO, NOME, ORIGEM

APENDICE-E**FICHA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO****TEATRO: () ARTIGO**

Banca Examinadora	
Acadêmico:	
Título:	
Orientador:	
Data:	

Quesitos de análise	Valor de referência	Valor obtido
Delimitação do tema, formulação do problema e objetivos claramente definidos.	0 a 20	
Revisão da literatura	0 a 10	
Metodologia utilizada para resolver o problema adequadamente e corretamente aplicada	0 a 10	
Relato descrito com clareza	0 a 10	
Conclusão estabelecida de forma clara e coerente com a apresentação dos dados	0 a 20	
Utilização adequada das normas do DACL	0 a 10	
Bibliografia atualizada	0 a 10	
Total Geral		

Avaliador (a), TÍTULO, NOME, ORIGEM

APENDICE-H
MAPA DE AVALIAÇÃO

Acadêmico _____	
Título do Trabalho: _____	
() Artigo	() Monografia
Banca Examinadora	
Presidente da Banca: _____	
Membro da Banca 1: _____	
Membro da Banca 2: _____	
Data: _____/_____/_____	Horário: _____
Existem modificações a serem feitas no trabalho: () sim () não	
Obs.:	
O(s) acadêmico(s) deverá(ão) entregar a versão definitiva encadernada: () sim () não	
Data da entrega (quando necessário): _____/_____/_____	
O(s) acadêmico(s) deverá(ão) entregar a versão definitiva em CD: () sim () não	
Data da entrega: _____/_____/_____	

Prof.(a) Orientador(a)

Membro 1

Membro 2

Membro 3

APENDICE-J
AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Autorizo a publicação total do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do título de licenciado em **Letras – Língua Portuguesa/Literaturas**, livre de qualquer ônus e de reserva de direitos autorais.

Discente(s):

Título:

Orientador(a): _____

Local: _____

Data: _____

Assinatura do(a) Discente(s)